



**Universidade de Brasília**

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE

Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública - PGAP

Mestrado Profissional em Administração Pública – MPA

LEGIBILIDADE E COMPREENSIBILIDADE NO RELATO INTEGRADO COMO  
INSTRUMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Ionara Oliveira Cardoso Oliveira Cruz

Brasília, DF  
2024

LEGIBILIDADE E COMPREENSIBILIDADE NO RELATO INTEGRADO COMO  
INSTRUMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Ionara Oliveira Cardoso Oliveira Cruz

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Diana Vaz de Lima

Brasília, DF

2024

Ionara Oliveira Cardoso Oliveira Cruz

LEGIBILIDADE E COMPREENSIBILIDADE NO RELATO INTEGRADO COMO  
INSTRUMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa:    /    /2024

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Doutora Diana Vaz de Lima  
Orientadora MPA/UnB

Professora Doutora Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho – Examinadora Interna  
PPGCOM-FAC/UnB

Professor Doutor André Carlos Busanelli de Aquino – Examinador Externo  
Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Professor Doutor Antonio Isidro da Silva Filho – Examinador Suplente  
PPGA/MPA/UnB

Dedico este trabalho a Deus, por saber que veio Dele este presente tão especial, e à minha família que, pacientemente, me apoiou com força e estímulo nos momentos de enfado e com compreensão e carinho nos longos períodos de minha inevitável ausência.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda bondade, Pai zeloso e fiel que tem se demonstrado extremamente gentil comigo.

Ao meu marido, Ozza Oliveira, um terno companheiro de jornada e entusiasta primeiro de minhas conquistas.

Aos meus filhos, Lorrane, Lorenzo e Kim Liv, que são a prova maior do amor do Pai em minha vida.

À minha neta, Isabella, que com doçura e alegria transformou o meu mundo mais feliz.

Ao meu genro, Matheus, e à minha “quase” nora, Ana Lúcia, pelo carinho e gentileza com que constantemente me cercam.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, cuja simples existência por si só foi um bálsamo para os dias secos do longo processo.

À professora doutora Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho e aos professores doutores André Carlos Busanelli de Aquino e Antonio Isidro da Silva Filho, pela honra de tê-los como examinadores do meu trabalho.

Aos meus colegas da turma MPA/MEC, com quem aprendi muito, compartilhei alegrias, e algumas poucas aflições neste processo fantástico que foi o Mestrado. Como resultado, saímos mais fortalecidos e melhorados pessoal e profissionalmente.

Aos docentes do MPA/UnB, por partilharem com tanta competência tão inestimável conhecimento e experiência, enriquecendo profundamente minha vida acadêmica.

À alta gestão do MPU pelo apoio incondicional e aos colegas de trabalho pela força, carinho e paciência nos dias em que o processo me exigia atenção dobrada.

E, por fim, a ela, minha incrível orientadora, professora doutora Diana Vaz de Lima, intelectual sofisticada e de incomensurável competência, profissional admirável, comprometida com os níveis inegociáveis da excelência educacional, que me abraçou quando precisei, mas continuou me conduzindo, sem me permitir retroceder, até o fim da jornada. Não tenho como recompensá-la, a não ser com a minha gratidão eterna.

*“Que ninguém se engane, só se consegue a simplicidade através de muito trabalho”.*

**Clarice Lispector**

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar se o uso de uma linguagem simples e a apresentação mais atrativa de informações podem contribuir para a legibilidade e compreensibilidade do Relatório de Gestão na forma do Relato Integrado (RG/RI) como instrumento de gestão orçamentária no setor público brasileiro e facilitador do entendimento das partes interessadas sobre as informações públicas fornecidas. Para alcance deste objetivo, o estudo comparou fragmento do RG/RI do Ministério Público Federal (MPF) de 2023 e uma versão de relatório simplificado desenvolvido pela pesquisadora para o mesmo fragmento. A análise da legibilidade foi feita com uso do software *ALT* e, para análise de compreensibilidade, foram aplicados questionários a dois grupos randomizados, compostos por gestores públicos. Esta análise comparativa é relevante do ponto de vista científico e social uma vez que os órgãos públicos são obrigados a prestar contas através do RG/RI, de forma simples e acessível. Mas, estudos demonstram que este intento de informar de maneira clara não vem sendo alcançado. O objetivo do caso prático foi avaliar se um relatório fundamentado na teoria da comunicação e no movimento da linguagem simples, consubstanciado nos constructos dos relatórios financeiros populares (RFPs) e nas diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), contribuiria para ampliar a legibilidade e compreensibilidade dos relatórios públicos, podendo resultar na melhora da tomada de decisão do gestor, bem como na compreensão e fiscalização da sociedade. O estudo adota os métodos descritivos, bibliográfico e documental, além de uma abordagem quantitativa resultante do caso prático de comparação de fragmentos do relatório atual e do elaborado para este estudo. Os resultados demonstram melhores notas do relatório desenvolvido pela pesquisadora em todos os quesitos avaliados, confirmando o impacto positivo resultante da simplificação na maneira de informar. A partir de tais constatações, foi desenvolvido um Produto Técnico-Tecnológico (PTT), que consistiu em um *Framework* para elaboração de um Relato Integrado Simplificado (RIS), desenvolvido no formato de um guia sobre como elaborar o RG/RI, atendendo aos ditames de integrar informações financeiras e não financeiras de modo claro, simples e compreensível, e acrescentando ainda mecanismos práticos de relação com as partes interessadas. Os achados desta pesquisa sinalizam que o uso de palavras mais simples, estratégias de tipologia textual e *design* mais atrativo podem resultar em melhorias na compreensão das informações prestadas pelo poder público às partes interessadas. No mesmo sentido, o trabalho conclui que relatar informações de modo integrado e simplificado pode, a partir de uma visão institucional holística, auxiliar no processo decisório dos gestores governamentais brasileiros, notadamente como instrumento de gestão orçamentária e, adicionalmente, gerar mais valor para a sociedade, atendendo às diretrizes do TCU.

Palavras-chave: Compreensibilidade; ESG; Legibilidade; Orçamento Público; Relato Integrado.

## ABSTRACT

The aim of this study was to analyze whether the use of simple language and a more attractive presentation of information can contribute to the readability and comprehensibility of the Management Report in the form of the Integrated Report (RG/RI) as a budget management tool in the Brazilian public sector and as a facilitator of stakeholders' understanding of the public information provided. In order to achieve this objective, the study compared a fragment of the 2023 RG/RI of the Federal Public Prosecutor's Office (MPF) and a simplified report version developed by the researcher for the same fragment. The readability analysis was carried out using ALT software and, for the comprehensibility analysis, questionnaires were administered to two randomized groups of public managers. This comparative analysis is relevant from a scientific and social point of view, since public bodies are obliged to render accounts through the RG/RI in a simple and accessible way. However, studies show that this attempt to provide clear information is not being achieved. The aim of the case study was to assess whether a report based on communication theory and the plain language movement, embodied in the constructs of popular financial reports (RFPs) and the guidelines of the Federal Court of Auditors (TCU), would contribute to increasing the readability and comprehensibility of public reports, which could result in improved decision-making by managers, as well as understanding and oversight by society. The study adopts descriptive, bibliographic and documentary methods, as well as a quantitative approach resulting from the case study of comparing fragments of the current report and the one prepared for this study. The results show that the report developed by the researcher scored better in all the areas evaluated, confirming the positive impact of simplifying the way information is provided. Based on these findings, a Technical-Technological Product (TTP) was developed, consisting of a Framework for preparing a Simplified Integrated Report (RIS), developed in the format of a guide on how to prepare the RG/RI, meeting the requirements of integrating financial and non-financial information in a clear, simple and understandable way, and also adding practical mechanisms for relations with stakeholders. The findings of this research indicate that the use of simpler words, textual typology strategies and more attractive design can result in improvements in the understanding of the information provided by public authorities to stakeholders. In the same vein, the study concludes that reporting information in an integrated and simplified way can, from a holistic institutional viewpoint, assist in the decision-making process of Brazilian government managers, notably as a budget management tool and, additionally, generate more value for society, complying with the TCU's guidelines.

**Keywords:** Comprehensibility; ESG; Readability; Public Budget; Integrated Reporting.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 <i>Modelo Conceitual de um Relatório Financeiro Popular</i> .....	27
Figura 2 <i>Resultado do Levantamento iESGo TCU</i> .....	31
Figura 3 <i>Dimensões do Relato Integrado</i> .....	32
Figura 4 <i>Organograma MPU</i> .....	38
Figura 5 <i>Análise de legibilidade – Fragmento do RG/RI 2023 MPF - Publicado</i> .....	45
Figura 6 <i>Análise de legibilidade – Relatório desenvolvido pela pesquisadora</i> .....	45
Figura 7 <i>Análise de legibilidade – Fragmento do RG/RI 2018 MPF - Publicado</i> .....	46
Figura 8 <i>Gráficos dos resultados da análise de Compreensibilidade – Parte II</i> .....	50
Figura 9 <i>Gráficos dos resultados da análise de Compreensibilidade – Parte III</i> .....	51
Figura 10 <i>Temáticas consideradas para o desenvolvimento do RIS</i> .....	58
Figura 11 <i>Infográfico de Atos Preparatórios (RIS)</i> .....	63
Figura 12 <i>Elementos de Conteúdo do RG/RI - TCU</i> .....	64
Figura 13 <i>Infográfico de Estrutura RG/RI (RIS)</i> .....	65
Figura 14 <i>Princípios do RG/RI – TCU</i> .....	66
Figura 15 <i>Infográfico de Conteúdo RG/RI (RIS)</i> .....	70
Figura 16 <i>Características dos Relatórios Financeiros Populares</i> .....	71
Figura 17 <i>Comparativo de Tipos de Fontes</i> .....	74
Figura 18 <i>Comparativo entre formas de apresentação de dados</i> .....	76

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 <i>Execução do MPF 2019 a 2023</i> .....	40
Tabela 2 <i>Comparativo de respostas e tempo da Parte I dos questionários</i> .....	48
Tabela 3 <i>Dotação e Execução das Despesas do MPF em 2023 e 2022</i> .....	76
Tabela 4 <i>Despesas MPF 2023 e 2022 – Autorizado e Executado (Novo layout)</i> .....	77

## LISTA DE ABREVIATURAS

ALT	Análise de Legibilidade Textual (Software)
ARI	<i>Automated Readability Index</i>
CASMPU	Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União
EC	Emenda Constitucional
ECIRI	Estrutura Conceitual Internacional para Relato Integrado
EIRI	Estrutura Internacional para Relato Integrado
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
ESMPU	Escola Superior do MPU
FACE	Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas
FRE	<i>Flesch Reading Ease</i>
HTML	<i>Hyper Text Markup Language</i>
iESGo	Índice ESG
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards Foundation</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
INAF	Indicador de Analfabetismo Funcional
IS	Instrução de Serviço
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPM	Ministério Público Militar
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPU	Ministério Público da União
PI	Plano Interno

PID	Plano Institucional de Demandas
PFR	<i>Popular Financial Report</i>
PLAIN	<i>Plain Language Association International</i>
PTT	Produto Técnico-Tecnológico
PGR	Procuradoria Geral da República
RFB	República Federativa do Brasil
RFP	Relatório Financeiro Popular
RG	Relatório de Gestão
RG/RI	Relatório de Gestão na forma do Relato Integrado
RI	Relato Integrado
RIS	Relato Integrado Simplificado
RP	Restos a Pagar
SG/MPU	Secretaria Geral do Ministério Público da União
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPOC/MPU	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Contabilidade do Ministério Público da União
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
UAG	Unidade Administrativa de Gestão
UGE	Unidade Gestora Executora
UnB	Universidade de Brasília
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade de Prestação de Contas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Contextualização.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Objetivos e Problema de Pesquisa .....</b>	<b>17</b>
<i>1.2.1 Objetivo Geral.....</i>	<i>17</i>
<i>1.2.2 Objetivos Específicos .....</i>	<i>17</i>
<i>1.2.3 Problema de Pesquisa.....</i>	<i>18</i>
<b>1.3 Justificativa .....</b>	<b>19</b>
<b>1.4 Produto Técnico-Tecnológico (PTT).....</b>	<b>21</b>
<b>2 ARTIGO CIENTÍFICO: LEGIBILIDADE E COMPREENSIBILIDADE NO RELATO INTEGRADO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Introdução .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Quadro Teórico-Conceitual.....</b>	<b>23</b>
<i>2.2.1 Teoria da Comunicação e Movimento Linguagem Simples .....</i>	<i>23</i>
<i>2.2.2 Relatório Financeiro Popular .....</i>	<i>25</i>
<i>2.2.3 Temática ESG.....</i>	<i>28</i>
<i>2.2.4 Relatório Integrado.....</i>	<i>31</i>
<b>2.3 Métodos .....</b>	<b>35</b>
<i>2.3.1 Fragmento de análise: Gestão Orçamentária e Financeira .....</i>	<i>36</i>
<i>2.3.2 Locus de Pesquisa: MPU/Ministério Público Federal.....</i>	<i>37</i>
<i>2.3.3 Definição dos grupos amostrais .....</i>	<i>40</i>
<i>2.3.4 Avaliando a Legibilidade.....</i>	<i>41</i>
<i>2.3.5 Avaliando a Compreensibilidade .....</i>	<i>43</i>
<b>2.4 Resultados e Discussão .....</b>	<b>44</b>
<b>2.5 Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>51</b>
<b>3 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO: FRAMEWORK PARA UM RELATO INTEGRADO SIMPLIFICADO.....</b>	<b>55</b>
<b>3.1 Introdução .....</b>	<b>55</b>
<b>3.2 Base Teórica .....</b>	<b>56</b>
<b>3.3 Diagnóstico e Desenvolvimento do <i>Framework</i> de Relato Integrado Simplificado ....</b>	<b>58</b>
<i>3.3.1 Diagnóstico .....</i>	<i>58</i>
<i>3.3.2 Desenvolvimento .....</i>	<i>62</i>

<b>3.4 Relevância do Produto .....</b>	<b>80</b>
<b>3.4.1 Complexidade e Aderência.....</b>	<b>81</b>
<b>3.4.2 Potencial Inovador .....</b>	<b>82</b>
<b>3.4.3 Aplicabilidade .....</b>	<b>83</b>
<b>3.4.4 Impacto potencial .....</b>	<b>83</b>
<b>3.5 Documentos Comprobatórios.....</b>	<b>84</b>
<b>4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICE A - RG/RI-MPF 2023 - Dotação Orçamentária e Financeira – Versão Publicada - Análise de Legibilidade Textual.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE B - RG/RI-MPF 2023 – Dotação Orçamentária e Financeira - Relatório elaborado pela pesquisadora e Análise de Legibilidade Textual .....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE C - RG/RI-MPF 2018 - Dotação Orçamentária e Financeira – Versão Publicada - Análise de Legibilidade Textual.....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE D - Carta de Apresentação e Questionário para Análise de Compreensibilidade – Grupo 1 .....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE E - Carta de Apresentação e Questionário para Análise de Compreensibilidade – Grupo 2 .....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICE F - Resultados da Análise de Compreensibilidade – Grupo 1 .....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE G - Resultados da Análise de Compreensibilidade – Grupo 2 .....</b>	<b>145</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

O orçamento público é tema de central importância na condução das políticas públicas, afinal, é imprescindível que todos os serviços e produtos públicos entregues à sociedade estejam autorizados na Lei Orçamentária Anual (Silva & Izá, 2020). Assim, uma vez que as demandas por serviços e produtos públicos são maiores que a oferta de recursos necessários para atendê-las, o orçamento público anual é resultado da avaliação de todas as demandas apresentadas e da escolha das alternativas selecionadas para serem atendidas (Giacomoni, 2021). Ao lado desta insuficiência de recursos para atender a todas as necessidades, o agravamento da situação fiscal de muitos países, em muito impactados pela crise de 2008 e acirrada pela recente pandemia da Covid-19, exige um esforço cada vez maior do poder público, de modo que a aplicação das regras do orçamento público tende a exercer um efeito positivo sobre a eficiência (D’Inverno et al., 2023).

No contexto de uma gestão pública eficiente, estudos demonstram que o gestor deve comprometer-se, conduzindo o processo da maneira mais apropriada possível, com a obtenção do melhor resultado entre o bem público entregue e o recurso aplicado, visto que cabe a ele aplicar os recursos disponíveis para ampliar a oferta de serviços tanto quanto possível (Silva & Revoêdo, 2005; Silva & Crisóstomo, 2019; Cassi & Gonçalves, 2020). Esta necessidade de escolha sobre o que atender exige que o gestor disponha de conhecimentos técnicos suficientes para garantir o melhor uso das dotações orçamentárias e financeiras sob sua responsabilidade. Porém, isto pode ser um desafio em virtude de os modelos de decisões orçamentárias estarem se tornando cada vez mais sofisticados (Valle-Cruz et al., 2022), e de estudos demonstrarem a baixa experiência de gestores na matéria orçamentária, bem como a necessidade de capacitação para o melhor uso dos recursos orçamentários (Silva Júnior, 2019; Valle-Cruz et al., 2022). A dimensão da qualificação e capacitação do gestor tem sido apontada, inclusive, como a mais desafiadora a ser enfrentada (Brandão & Scherer, 2019; Ouverney et al., 2020).

Além do desafio da qualificação do gestor para o melhor uso dos recursos públicos, estudos mostram que os relatórios financeiros tradicionais do governo, embora precisos e detalhados, falham em fornecer ao público uma compreensão geral do uso dos recursos públicos pelos governos (Yusuf et al., 2013; Lima et al., 2022). Isto significa dizer que a matéria é

complexa e, mesmo os relatórios que deveriam informar, falham em fazê-lo, uma vez que são permeados de termos técnicos, em formato pouco acessível e sem mecanismos de interação com as partes interessadas (Alves et al., 2023b).

Assim, com o propósito de facilitar a compreensão das atividades financeiras dos governos pelas partes interessadas (Yusuf & Jordan, 2012), iniciativas como o *Popular Financial Reporting* (PFR), ou Relatório Financeiro Popular (RFP) em português, começaram a ser difundidas, inicialmente nos Estados Unidos e Canadá e, mais recentemente no Brasil, que já contam com exemplares destes relatórios em governos de estados como Santa Catarina, Bahia, Rondônia e Goiás (Rodrigues et al., 2021; Lima et al., 2022).

Além da difícil compreensão do aspecto orçamentário e financeiro abordado por meio dos relatórios tradicionais, minorada mais recentemente por meio dos RFPs, outro desafio que se apresenta na entrega de informações às partes interessadas relaciona-se a aspectos não financeiros. A literatura começa a pesquisar sobre a necessidade de abordar aspectos não financeiros ligados ao meio ambiente e a questões sociais e de governança, como uma nova forma de comunicação com as partes interessadas, destacando o aspecto intangível desses ativos (Nagano et al, 2013; Eccles & Spieshoffer, 2015; Diwan & Sreeraman, 2023).

A partir dessa nova perspectiva, em todo o mundo começa a ganhar força a adoção da abordagem *Environmental, Social and Governance* (ESG), que traduzido significa Ambiental, Social e Governança, com o propósito de minimizar os impactos ambientais e desenvolver entidades e organizações para terem operações mais sustentáveis, conscientes e melhor gerenciadas (Biondi & Bracci, 2018; Kannenberg & Schreck, 2019). O fato é que a sustentabilidade tem sido vista como um diferenciador-chave que está emergindo com força disruptiva no mundo dos negócios (Diwan & Sreeraman, 2023). Isto significa dizer que o fornecimento de informações financeiras e não financeiras pode ser um diferencial importante para a qualidade da informação disponibilizada, gerando ganhos na tomada de decisões a partir de uma visão institucional holística (Esch et al., 2019; Kannenberg & Schreck, 2019).

Para integrar esse conjunto de informações financeiras e não financeiras, nasce a ideia do *Integrated Reporting*, ou Relato Integrado (RI), apresentado como um novo *framework* para auxiliar as entidades na abordagem de diversos requisitos de responsabilização, ao mesmo tempo que possibilita uma maior compreensão das formas como criam valor (Aggestam Pontoppidan & Sonnerfeldt, 2020). Observa-se nesse sentido um movimento para integrar tais

informações, inclusive no setor público (Sonnerfeldt & Aggestam Pontoppidan, 2022) onde, embora ainda focado em relatórios de sustentabilidade em instituições de ensino superior, o movimento demonstra a necessidade de ampliar o âmbito de pesquisas futuras, contribuindo para impactar positivamente o trabalho dos profissionais que atuam nas mais diversas instituições públicas.

No Brasil, a elaboração do RI ganhou destaque no setor público em razão da obrigatoriedade de sua adoção por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Decisão Normativa do TCU de nº 170, de 2018 (TCU, 2018a) que impôs um modelo a partir das diretrizes desenvolvidas pelo *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, substituídas em 2021 pela Estrutura Conceitual Internacional para Relato Integrado (ECIRI), atualmente publicada pela *International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS)*.

Seguindo a abordagem desenvolvida pelo IIRC, o modelo exigido pelo TCU buscou evoluir na prestação de contas, tentando garantir mais eficiência e efetividade no processo (TCU, 2018b). Mas, a experiência demonstra que os relatórios públicos apresentados até o momento no formato de RI, ao contrário da eficiência e efetividade esperados, estão mais complexos e menos compreensíveis, com linguagem muito técnica (Roman et al., 2019; Stone & Lodhia, 2019; Alves, 2021; Alves et al., 2023a).

É nesse ambiente que o problema de pesquisa se insere. Existe uma dificuldade em compreender a matéria orçamentária para a sociedade e para o próprio gestor público e, a despeito de todo o esforço, a legibilidade e a compreensibilidade dos relatórios públicos ainda são grandes desafios, visto que continuam muito extensos, com conteúdo e linguagem excessivamente técnicos, dificultando a compreensão das partes interessadas que não têm formação contábil ou financeira (Martins & Lima, 2021). Esta situação não se mostrou diferente com a adoção dos RIs, igualmente de difícil compreensão pelos tomadores de decisão no setor público (Roman et al., 2019; Stone & Lodhia, 2019; Alves, 2021; Alves et al., 2023a).

Nesse contexto, a autora da presente pesquisa elaborou um relatório em linguagem simples e com visual mais atrativo para comparar a legibilidade e compreensibilidade de um fragmento de Relatório de Gestão na forma do Relato Integrado (RG/RI) publicado e, após os resultados obtidos, propôs-se a desenvolver um Produto Técnico Tecnológico (PTT), que consiste em um *Framework* para elaboração de um Relato Integrado Simplificado (RIS). O objetivo é nortear os órgãos públicos na elaboração de relatórios escritos em linguagem simples,

permeados das características dos RFPs, que abordem a temática da sustentabilidade como aspecto não financeiro do RI, e que sejam capazes de efetivamente promoverem transparência e comunicabilidade com os tomadores de decisão, resultando em melhor gestão dos recursos públicos e maior compreensão da atuação governamental pelas demais partes interessadas.

## **1.2 Objetivos e Problema de Pesquisa**

### ***1.2.1 Objetivo Geral***

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar como o uso de uma linguagem simples e uma apresentação acessível de informações pode contribuir para melhorar a legibilidade e compreensibilidade do Relatório de Gestão na forma do Relato Integrado (RG/RI) como instrumento de gestão orçamentária no setor público e de ampliação do entendimento das partes interessadas nas informações fornecidas pelos órgãos públicos.

### ***1.2.2 Objetivos Específicos***

Para alcance do objetivo geral desta pesquisa, foram adotados os seguintes objetivos específicos:

- i) Relacionar a Teoria da Comunicação e Movimento Linguagem Simples com a compreensibilidade e legibilidade de um relatório público;
- ii) Analisar as características que compõem os relatórios financeiros populares, o crescente interesse pela temática ESG e as exigências do TCU para a elaboração do RG/RI no âmbito do setor público brasileiro;
- iii) Calcular os índices de compreensibilidade e de legibilidade do fragmento Gestão Orçamentária e Financeira do RG/RI publicado pelo Ministério Público Federal (MPF) no exercício de 2023;
- iv) Desenvolver um modelo de RG/RI Simplificado para o Fragmento Gestão Orçamentária e Financeira, que resulte em maior legibilidade e compreensibilidade para fins de comparabilidade com a versão publicada;
- v) De posse dos resultados, desenvolver um *Framework* de RIS com diretrizes norteadoras para os órgãos públicos na elaboração de um RG/RI capaz de

efetivamente promover transparência e comunicabilidade, auxiliando na tomada de decisão do gestor e na compreensão das demais partes interessadas, a partir de uma visão institucional holística.

### ***1.2.3 Problema de Pesquisa***

Como melhorar a legibilidade e compreensibilidade ao relatar informações orçamentário-financeiras e, ao mesmo tempo, integrar as informações não financeiras atualmente requeridas aprimorando a qualidade da tomada de decisão na alocação dos recursos públicos por meio de um relatório mais claro, legível e compreensível para as partes interessadas?

A presente pesquisa, seguindo estudos anteriores (Yusuf & Jordan, 2012; Garwood, 2014; Fischer, 2018; Cabral & Aquino, 2020; Alves, 2021; Martins & Lima, 2021; Rodrigues et al., 2021; Lima et al., 2022; Alves et al., 2023a) abordou a necessidade de simplificação da linguagem na Administração Pública com as diretrizes do RFP, adicionando a adoção da temática ESG como informações não financeiras na composição de um RI.

O diferencial proposto está no foco de atenção que passa a ser também o gestor público que precisa tomar decisões sobre alocação de limites orçamentários e financeiros e, como já mencionado, muitas vezes não compreende a complexidade da linguagem técnica que envolve o sistema brasileiro de orçamento e finanças públicas, o que limita seu poder de decisão sobre as prioridades institucionais amplas que devem ser consideradas nesse processo. Ainda, a expectativa do estudo foi de que o ato de relatar informações integradas e de maneira simplificada, além de auxiliar o gestor na tomada de decisão, contribui também para facilitar o acesso de todas as partes interessadas aos valores produzidos e entregues à sociedade por cada órgão e entidade pública.

Além do que, a presente pesquisa propôs inserir a temática ESG como o componente não financeiro do RG, uma vez que a sustentabilidade, nas suas vertentes ambiental, social e de governança, já é um pilar no mundo corporativo que vem cobrando métricas cada vez mais claras e precisas, sendo apontada mesmo como um verdadeiro código de conduta da nossa época (Beneton, 2022). Tanto é assim que o TCU, após o Acórdão 1205/2023 – TCU – Plenário, passou a coletar, em 2024, iniciativas da temática por meio do Levantamento iESGo 2024 -

Índice ESG, corroborando com a ideia inicial deste estudo de que a temática ESG tende a ser adotada como o componente não financeiro no relato integrado (TCU, 2023a).

### **1.3 Justificativa**

No Brasil, considerando a robustez da disciplina orçamentária trazida pela Constituição da República de 1988, foram usados termos como “Constituição Orçamentária” e “Estado Orçamentário” (Torres, 2007). Soma-se a isto o fato de que vigora no país um teto de gastos trazido pela Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal e definiu, para todos os Órgãos e Poderes da União, um limite orçamentário e financeiro anual para vigorar, a princípio, por 20 anos (Mariano, 2019). A EC nº 95/2016 foi fortemente impactada pela Lei Complementar 200, de 31 de agosto de 2023 (Lei n. 200, 2023), resultante das discussões do Novo Arcabouço Fiscal, mas, no que se refere à existência de tetos para os Poderes e Órgãos, a determinação permanece.

Desta disciplina orçamentária e financeira resulta que, se um gestor decidir sobre aplicar determinado recurso e não conseguir executar as três fases da despesa pública - empenho, liquidação e pagamento – dentro do exercício, perde seu espaço financeiro do presente exercício, fazendo com que esta despesa iniciada, mas não concluída, venha a rivalizar por espaço financeiro com as despesas dos exercícios seguintes. Estas despesas empenhadas em um exercício e pagas em outro são inscritas em Restos a Pagar (RP), podendo ser processados, quando a inscrição é feita para uma despesa liquidada, e não processados, quando a inscrição se refere à despesa não liquidada.

Esta prática de inscrição em RP, além de fragilizar a credibilidade do orçamento, flexibilizar o princípio da anualidade, diminuir a transparência e ampliar espaço para endividamento (Aquino & Azevedo, 2017), tem agora o agravante de implicar, também, na perda do espaço financeiro correspondente do exercício. Assim, os gestores públicos devem conhecer os fundamentos a serem observados em tais decisões para planejar uma gestão de recursos que garanta o uso eficiente das dotações que foram postas sob sua responsabilidade, evitando perdas.

Contudo, a despeito da importância do assunto, ainda não existe no Brasil uma cultura de difusão do conhecimento orçamentário e financeiro no âmbito das instituições públicas. É provável que a complexidade da linguagem e dos termos orçamentários e financeiros dificultem

a disseminação do conhecimento na área. Mas estas características complexas não são exclusivas do sistema orçamentário brasileiro, tanto que o Movimento Linguagem Simples teve início nos Estados ainda no ano de 1940, diante da constatação da dificuldade em compreender documentos públicos (Fischer, 2018).

Com o crescimento da *accountability* e da necessidade de prestar contas à população, os agentes públicos começaram a desenvolver relatórios contábeis, porém, a eficiência foi questionada diante da dificuldade de se entender o conteúdo (Stanley et al., 2008), gerando esforços para simplificação da informação apresentada, resultando em produtos como o RFP.

Com o passar dos anos, as demandas por informações foram se ampliando, sendo requeridas também informações não financeiras e aspectos intangíveis das instituições (Nagano et al., 2013; Eccles & Spieshoffer, 2015; Diwan & Sreeraman, 2023). Não era mais suficiente saber quanto era gasto e como isso era feito, fazia-se necessário verificar se esses gastos guardavam consonância com os valores institucionais; importava saber como os empregados eram tratados, como a instituição tratava as minorias, o meio ambiente, dentre outros aspectos. Neste cenário, a temática ESG ganha força, a ponto de estudos afirmarem que interrelacionar a gestão estratégica com critérios ESG resultaria em possível melhora da eficiência operacional e na tomada de decisões (Esch et al., 2019; Kannenberg & Schreck, 2019).

Estudos começam a apontar para a oportunidade de se integrar tais informações, resultando, assim, nos chamados RIs, que, para seus defensores, devem substituir a prática corrente de publicar separadamente relatórios financeiros e de temática ESG (Biondi & Bracci, 2018; Kannenberg & Schreck, 2019; Diwan & Sreeraman, 2023).

No entanto, outros estudos demonstram que a forma como os RIs têm sido apresentados até o momento mostram-se mais complexos e menos compreensíveis, com linguagem muito técnica (Roman et al., 2019; Stone & Lodhia, 2019; Alves, 2021; Alves et al., 2023a).

Assim, considerando toda a produção acadêmica sobre o uso de uma Linguagem Simples, das características dos RFPs que simplificam a apresentação de informações financeiras, das métricas da temática ESG que crescem a passos largos e das diretrizes atuais do TCU para elaboração de relatórios pelos órgãos públicos, este estudo propõe um *Framework* de RIS capaz de nortear os órgãos públicos na elaboração de RGs na forma de RI, de modo a, efetivamente, promover transparência e comunicabilidade com os tomadores de decisão da

instituição pública, resultando em melhor gestão dos recursos públicos e, conseqüentemente, na melhor prestação de contas à sociedade.

#### **1.4 Produto Técnico-Tecnológico (PTT)**

A ideia de desenvolver o PTT embasou-se em quatro pontos principais: a) existência de extensa bibliografia sobre a necessidade de simplificar a linguagem e apresentar dados de forma mais compreensível; b) observação prática dos desafios na elaboração do RG/RI no MPU, ambiente de trabalho da pesquisadora; c) práticas exitosas de difusão de uma cultura orçamentária mais clara e simples, implantadas na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Contabilidade do Ministério Público da União (SPOC/MPU) a partir de 2019; e d) resultados obtidos com a análise de legibilidade e compreensibilidade de fragmento do RG/RI 2023 do MPF, a partir da comparação entre o tópico “Gestão Orçamentária e Financeira” publicado e um novo modelo desenvolvido pela pesquisadora para o mesmo fragmento.

Diante disso, a proposta do trabalho foi, a partir dos trabalhos que já estão sendo desenvolvidos, para “traduzir” para a população os termos complexos que permeiam os relatórios públicos, desenvolver um PTT enquadrado como Processo/Tecnologia não patenteável, que consiste em um *Framework* denominado Relato Integrado Simplificado e objetiva nortear os órgãos públicos na elaboração de um RG/RI mais simples, legível e compreensível.

O RIS deve ser capaz de garantir maior transparência e comunicabilidade com todas as partes interessadas e auxiliar os agentes públicos brasileiros a decidirem o melhor uso dos recursos orçamentários e financeiros sob sua responsabilidade, a partir de uma visão institucional ampla, permitindo que as demais partes interessadas compreendam as informações apresentadas pelos órgãos públicos e façam uso das mesmas, caso desejem.

Os resultados do caso prático demonstraram que o modelo de relatório proposto obteve melhores pontuação de legibilidade e de compreensibilidade, conforme detalhado adiante nos resultados. Assim, de posse destes dados, e diante da constatação de melhora da legibilidade e compreensibilidade, desenvolveu-se o *Framework* RIS, que, espera-se que seja replicado em todos os órgãos públicos.

## **2 ARTIGO CIENTÍFICO: LEGIBILIDADE E COMPREENSIBILIDADE NO RELATO INTEGRADO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **2.1 Introdução**

Diante de uma demanda crescente por produtos e serviços públicos e a oferta de recursos incapaz de atender a totalidade dessas demandas (Giacomoni, 2021), resta ao poder público desenvolver meios de qualificar sua tomada de decisão e incutir mais eficiência nas despesas públicas.

Ao analisar o gasto público italiano, Bandiera et al. (2009) dividiram o desperdício total em dois grandes grupos: (i) corrupção, categorizado como desperdício ativo, e (ii) ineficiência, que seria o desperdício passivo. Os autores concluíram que 83% de desperdício de recursos italiano decorriam da ineficiência. Estudo de Arvate e Mittlaender (2017) ratificaram essa constatação, concluindo que perdas relacionadas à má gestão de recursos públicos da Petrobrás foram sete vezes maiores que as realizadas por atividades de corrupção, demonstrando que grande parte do dinheiro público é desperdiçada em razão de uma gestão ineficiente.

A ausência ou insuficiência de conhecimento técnico sobre orçamento e finanças públicas é um fator que, indubitavelmente, vai refletir na qualidade da despesa pública realizada, visto que nem todos os gestores envolvidos no processo de decisão compreendem os termos técnicos utilizados, bem como o reflexo das decisões adotadas em sede do processo de planejamento e execução do orçamento público, o que, conseqüentemente, traz reflexo para toda a Administração Pública. Este fenômeno da complexidade da linguagem em torno da matéria orçamentária e financeira tende a levar o gestor a tomar decisões equivocadas e, como o planejamento e o orçamento regem toda a gestão dos órgãos públicos, isso pode comprometer a efetivação das políticas públicas.

Soma-se a isto o fato de que não basta mais a mera disponibilização de dados financeiros, é necessário que as informações prestadas transcendam unicamente este aspecto; importa agora que ativos intangíveis sejam considerados no processo de decisão (Nagano et al., 2013; Eccles & Spieshoffer, 2015; Diwan & Sreeraman, 2023). Destas novas demandas surgem temáticas como a ESG, que traduzido para o português significa Ambiental, Social e Governança, e maneiras de integrar os dados para apresentação às partes interessadas, surgindo relatórios no formato de RI, por exemplo.

Todas estas iniciativas, de destacada importância para a busca da transparência e *accountability*, têm encontrado, na complexidade dos termos utilizados e na forma de apresentar as informações, uma barreira para sua maior efetividade, seja nos relatórios financeiros, seja nos integrados (Roman et al., 2019; Stone & Lodhia, 2019; Alves, 2021; Alves et al., 2023a), razão da necessidade de buscar mecanismos de aumento da compreensibilidade dos mesmos. Estudo utilizando o *eye-tracker*, método que registra o movimento ocular, aplicado aos relatórios populares, concluiu que a simplificação do texto auxilia em tarefas mais simples e que, em um texto com uso de jargões, o movimento ocular é afetado, indicando maior dificuldade no processamento da informação (Cabral & Aquino, 2020).

## **2.2 Quadro Teórico-Conceitual**

### ***2.2.1 Teoria da Comunicação e Movimento Linguagem Simples***

A efetividade de um produto de comunicação prescinde de plena compreensão, pelo receptor, da mensagem trazida pelo emissor, quando o trajeto entre ambos for concluído (Lima et al., 2022). Na ausência de estudos específicos da aplicação da teoria da comunicação ao orçamento público, este trabalho toma emprestada a literatura sobre esta teoria aplicada à contabilidade, visto que ambas as áreas em muito se assemelham no que se refere à complexidade dos termos e à técnica de execução.

As informações contábeis representam um tipo de comunicação organizacional que se expressa, em grande parte, através das demonstrações financeiras (Merkl-Davies & Brennan, 2017). Dias Filho (2000) ao abordar a capacidade de os usuários dos demonstrativos contábeis compreenderem os termos apresentados destaca que, se o mesmo não for capaz de compreender, a utilidade da informação ficará prejudicada. Ao abordar a importância da comunicação nos relatórios de sustentabilidade em governos australianos, Williams (2015) concluiu que não havia um nível equilibrado de compreensão e que o processo era unilateral, sem oportunizar a retroalimentação por parte do destinatário.

Rodrigues et al (2021) exploraram o RFP à luz dos aspectos da Teoria da Comunicação com o objetivo de relacionar os pontos a serem observados na comunicação entre o poder público e os cidadãos. Os referidos autores destacam que “as divulgações financeiras do setor

público carecem de análise como um processo de comunicação, dado o número de *stakeholders* e sua habilidade de compreensão das informações contidas nesses informes” (Rodrigues et al., 2021, p. 9). De outro lado, o RFP contribui para o avanço da comunicação em relação aos relatórios financeiros gerais no que se refere aos elementos e aspectos da comunicação, uma vez que adiciona diálogo e envolvimento com os cidadãos, o que pode levar à participação mais efetiva destes (Rodrigues et al., 2021).

Um relatório público pode ser um instrumento de comunicação ativa entre os órgãos públicos e as partes interessadas, com uma ação de entrada (informação apresentada) e uma de saída (resposta das partes interessadas) mais cadenciadas. Porém, para que este processo seja eficiente, é imprescindível conseguir fazer com que o outro consiga compreender o que se pretende transmitir (Silva & Machado, 2020). Ao comunicar é imprescindível ter em mente que a eficácia de um texto está atrelada à relação interdependente entre clareza, concisão, adequação, organização, relevância e quantidade das informações prestadas (Stella, 2020).

Diante da constatação da complexidade da linguagem no âmbito do poder público e da necessidade de encontrar formas de minimizar o problema, ainda na década de 1940 têm início os primeiros passos do que viria a ser o movimento conhecido por *Plain Language*, ou Linguagem Simples, na tradução brasileira. Fischer (2018) informa que em 1944 o ex-deputado estadunidense Maury Maverik determinou para a sua equipe que os memorandos deveriam ser curtos, claros e sintéticos, diverso da linguagem prolixa até então adotada. Segundo Garwood (2014), o presidente estadunidense Nixon exigiu que documentos públicos fossem escritos para que pessoas leigas pudessem compreender o conteúdo. A Comissão da Reforma Legislativa do Canadá, em 1970, passou a exigir mudança na forma de escrever os documentos públicos, o que resultou posteriormente em iniciativas como o Centro Canadense de Informações Legais.

Linguagem Simples é um movimento global que conta com o apoio e incentivo da *Plain Language Association Internacional* (PLAIN), entidade que congrega membros de mais de trinta países trabalhando em comunicação em mais de quinze idiomas e entende que “uma comunicação está em linguagem simples quando o texto, a estrutura e o *design* são tão claros que o público-alvo consegue encontrar facilmente o que procura, compreender o que encontrou e usar essa informação (Plain, n/d)”.

No Brasil, o movimento surgiu em 2005, voltado para a linguagem jurídica, com o lançamento da Campanha Nacional pela Simplificação da Linguagem Jurídica, encabeçada pela

Associação dos Magistrados Brasileiros. Ele ainda se encontra em estágio incipiente, contando com iniciativas mais amplas para o poder público nos estados do Ceará, Espírito Santo e São Paulo, sendo este o primeiro estado a oficializar a iniciativa através da Lei nº 17.316/2020 e do Decreto nº 59.067/2019. Em um país onde 70% dos indivíduos que possuem os anos iniciais do Ensino Fundamental permanecem como analfabetos funcionais, conforme o Indicador de Alfabetismo Funcional - Inaf (2018), a necessidade de simplificação da linguagem ganha contornos mais urgentes.

A despeito da necessidade de o poder público comunicar-se de forma clara e compreensível com as partes interessadas em geral, inclusive com pessoas com baixo nível de escolaridade, a linguagem prolixa e permeada de termos técnicos complexos é um dificultador também para o trabalho dos próprios burocratas que conduzem a ação pública (Clay, 2007; Rodrigues et al., 2021; Alves et al., 2023b). Assim, a dificuldade de compreensão tem reflexo na comunicação entre todas as partes interessadas, razão da necessidade de simplificar a linguagem, seja entre os executores das políticas, seja para os destinatários das mesmas.

Neste sentido, a Teoria da Comunicação e o Movimento Linguagem Simples podem contribuir com mecanismos de simplificação da informação disponibilizada às partes interessadas, guiando os profissionais na elaboração de relatórios mais claros e compreensíveis (Rodrigues et al., 2021). Assim, acredita-se que o desenvolvimento de um RIS que faça uso das técnicas adequadas de cores, palavras e forma de apresentar determinada informação (Williams, 2005), somado ao uso de uma linguagem simples, sem jargões técnicos e termos rebuscados (Cabral & Aquino, 2020), contribuirá com a entrega de dados legíveis e compreensíveis ao gestor público que precisa decidir sobre como aplicar os recursos de que dispõe e não entende a informação que lhe é apresentada.

### ***2.2.2 Relatório Financeiro Popular***

Tendo em vista a complexidade dos relatórios públicos desenvolvidos, cuja eficiência é questionada diante da dificuldade de se entender o conteúdo (Stanley et al., 2008), pesquisadores e gestores de países como os Estados Unidos e Canadá, movidos pela necessidade de compreender a atuação do poder público e conseguir avaliar seus resultados e condutas, iniciaram esforços em torno da simplificação da informação apresentada, resultando em produtos como o RFP que, inclusive, dispõe de vasta literatura a respeito (Clay, 2007; Yusuf

& Jordan, 2012; Martins & Lima, 2021; Rodrigues et al., 2021; Lima et al., 2022; Alves et al., 2023b).

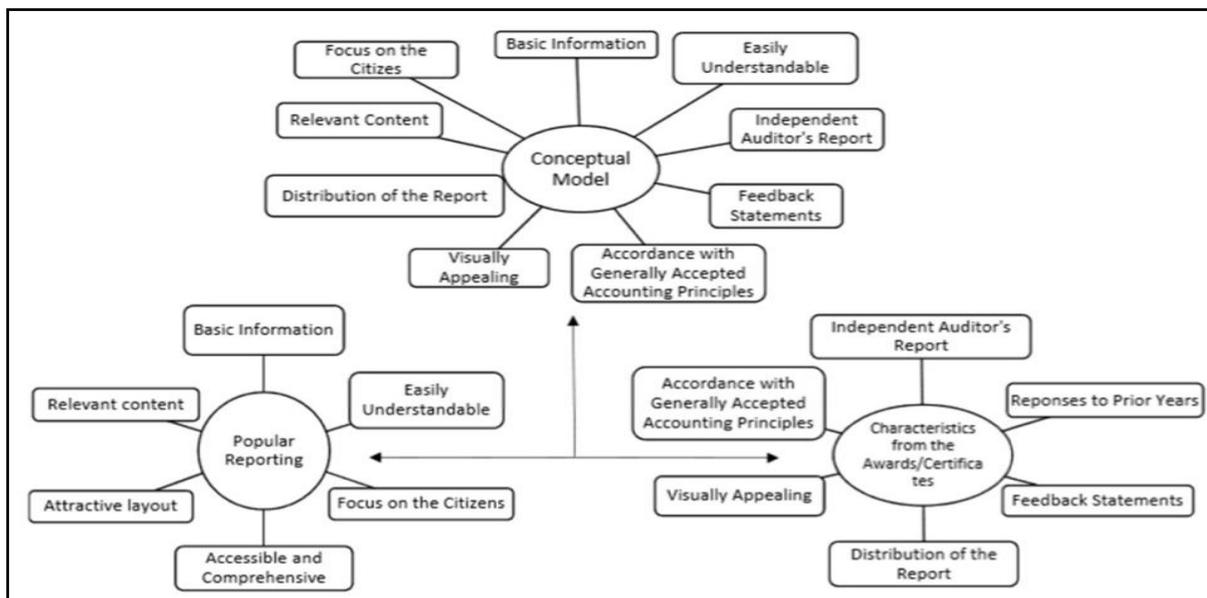
No que concerne ao RFP, as características básicas já estão bem desenhadas na literatura. Clay (2007) elege a tempestividade, escopo definido, interligação com os relatórios financeiros tradicionais, apresentação de dados comparativos, *layout* atrativo e uso de elementos gráficos como características essenciais. Yusuf e Jordan (2012) acrescentam que o RFP precisa ser curto, visualmente atraente, fornecer informações relevantes para os cidadãos e ser amplamente divulgado. Estudos conduzidos por Jordan et al. (2017) dão conta que os RFPs apresentaram alta pontuação nos critérios “acesso” e “aparência”, contudo, nas demais características os componentes apontam fraquezas que podem refletir o desafio que é traduzir informações financeiras. Martins e Lima (2021) analisam diversos RFPs e suas principais características para, ao combiná-las aos critérios de certificações internacionais que premiam os melhores RFPs, proporem o modelo ilustrado na Figura 1.

Martins e Lima (2021) concluem que, apesar de haver uma evolução na adoção de um modelo mais atraente para divulgar os dados, bem como do próprio aumento da divulgação de relatórios populares, no Brasil o produto disponibilizado ainda é longo, se comparado aos modelos internacionais, e com linguagem e conteúdos técnicos, o que dificulta a compreensão do público que não possui formação ou conhecimento financeiro e contábil.

Uma análise de modelos internacionais e nacionais (Santa Catarina, 2022; Bahia, 2022; Ministério da Agricultura e Pecuária, 2022; Republic of the Philippines, 2022; Rondônia, 2022; New York City Comptroller, 2022; Brasil, 2022) direcionam os resultados para conclusões semelhantes às apresentadas por Jordan et al. (2017) no que se refere aos critérios de aparência, visto que, em sua maioria, os RFPs possuem apelo visual. Contudo, aspectos de acesso ao conteúdo, foco no cidadão, facilidade na compreensão e a possibilidade de a sociedade reportar suas impressões e descontentamentos são aspectos que precisam ser mais explorados, construídos e aperfeiçoados.

**Figura 1**

*Modelo Conceitual de um Relatório Financeiro Popular*



Fonte: Lima e Martins (2021, p. 100).

Quando da avaliação do RFP da cidade de Turim, na Itália, através de um questionário sobre a satisfação dos *stakeholders*, 73,75% dos entrevistados acreditavam que o RFP possibilitava maior divulgação dos serviços executados pela cidade sendo, portanto, um importante instrumento de comunicação transparente com as partes interessadas, prestação de contas e capacitação dos cidadãos (Biancone et al., 2016).

Assim, embora os estudos apontem que na prática ainda ocorram fragilidades na efetividade dos RFPs, até mesmo para alguns gestores da área (Brusca & Montesinos, 2006), estes mesmos autores defendem que se amplie cada vez mais a adoção do RFP. Uma observação interessante é trazida por Biondi e Bracci (2018) que, ao analisarem tais relatórios, destacam que a difusão de inovações gerenciais depende de fatores diversos e, em particular, de quem promove e legitima o referido relatório dentro da organização. Daí a importância de inserir o gestor neste movimento de tradução da linguagem, o que é parte do objeto da presente pesquisa.

Um dos pontos desencadeadores do presente trabalho foi a percepção, a partir da experiência profissional da autora, de que muitos gestores públicos, ainda que especialistas em suas áreas de atuação, desconhecem os aspectos e linguagem típicos do processo orçamentário, o que pode ser corroborado por estudos recentes que atestam esta percepção (Silva Júnior, 2019; Valle-Cruz et al., 2022). Assim, diante dos avanços mundiais e nacionais trazidos pelos RFPs

no sentido de garantir mais clareza e compreensibilidade para os complexos relatórios financeiros (Yusuf et al., 2013; Lima et al., 2022; Alves et al., 2023b), acredita-se que apresentar tais informações a partir dos avanços de concisão e simplificação já observados na literatura do RFP podem contribuir para a tradução tão necessária de informações financeiras, permitindo ao gestor ter uma visão mais clara, qualificando assim sua decisão pela melhor alocação orçamentária.

### **2.2.3 Temática ESG**

Soma-se a tais aspectos de busca de simplificação da informação financeira apresentada a temática da sustentabilidade, que emerge como um diferenciador-chave e uma ferramenta de disrupção no mundo dos negócios (Diwan & Sreeraman, 2023), o que pode representar um novo desafio para esses gestores que precisam tomar decisões sobre a adequada aplicação de recursos públicos sob a sua responsabilidade, considerando aspectos mais amplos que apenas o orçamentário e financeiro.

Isto significa dizer que não basta aos gestores à frente das instituições a disponibilização de relatórios financeiros; há também uma demanda por informações não financeiras, ativos intangíveis, que precisam ser conhecidos e divulgados para conhecimento das partes interessadas. Esta integração de dados fornecerá uma gama mais ampla de informações, permitindo às instituições apresentarem uma imagem holística de sua gestão (Esch et al., 2019).

Esta demanda por aspectos não financeiros foi em muito fortalecida diante das crises econômicas, quando o mundo financeiro passa a exigir atenção também a aspectos mais amplos de uma instituição (Clément et al., 2022), ganhando força a adoção de critérios ESG, com o propósito de minimizar os impactos ambientais e desenvolver entidades e organizações para adotarem operações mais sustentáveis, conscientes e melhor gerenciadas (Biondi & Bracci, 2018; Kannenberg & Schreck, 2019).

A sigla ESG surge no universo da Responsabilidade Social Corporativa, aparecendo pela primeira vez no relatório *Who Cares Wins* (Irigaray & Stocker, 2022), que em tradução livre significa “Quem se Importa Ganha”. Há uma multiplicidade de aspectos envolvidos na temática ESG, o que exige critérios que permitam avaliar se as instituições estão cumprindo com tais iniciativas, afinal, o objetivo que resultou no desenvolvimento destas iniciativas foi o

de mostrar para as partes interessadas que as instituições estão adotando medidas para uma atuação mais sustentável e consciente.

A busca por formas de acompanhar e apresentar o cumprimento de tais aspectos da ESG resultou na proliferação de índices e de instituições medindo as pontuações ESG. A intenção era que as empresas avaliadoras criassem uma metodologia que combinasse a análise dos três pilares da temática (E, S, G) em unidades de medidas capazes de garantir comparabilidade entre as instituições. Porém, a atual falta de padronização das métricas e o fato de tais medidas partirem muitas vezes de informações fornecidas pela própria instituição avaliada são vistas como fragilidades no processo de medição (Clément et al., 2022).

Muitas críticas começam a surgir sobre as pontuações ESG, a exemplo do entendimento de que as métricas não conseguem captar o impacto positivo das instituições ou o quanto sustentável ela é (Escrig-Olmedo et al., 2019; Clément et al., 2022), de que lhes falta transparência e convergência (Widyawati, 2020), que elas são demasiado confusas e complexas (Eccles & Strohle, 2018), havendo inconsistência de dados, falha na forma como as empresas reportam os dados e divergência entre os fornecedores de dados (Kotsantonis & Serafeim, 2019), sendo a comparabilidade e generalização dos resultados questionáveis (Huang, 2021). Parte da literatura sinaliza que a dificuldade em compreender as métricas ESG são tão ou mais intensas que aquelas relacionadas aos relatórios financeiros, demonstrando a necessidade de aperfeiçoar a linguagem, tornando-a mais clara e acessível às partes interessadas.

Contudo, a despeito de tais críticas, as pontuações ESG ainda são a principal medida utilizada pelos investidores, bem como pelos acadêmicos, para fins de cálculo e comparação da sustentabilidade nas empresas (Clément et al., 2022). Dessa forma, ainda que careçam de ajustes e melhorias, as pontuações ESG são uma métrica largamente utilizada e têm despertado o interesse crescente da academia, de modo que a tendência é a melhoria das métricas, sobretudo, pela demanda da comunidade de investidores que buscam e esperam maior clareza e comparabilidade das questões ESG entre as empresas, e requerem padronização de tais dados (Cort & Esty, 2020). Assim, considerando o interesse dos investidores e acadêmicos sobre os índices ESG, parece acertado esperar pontuações cada vez mais mensuráveis, comparáveis e confiáveis.

Além do que, corrobora o entendimento da importância crescente da temática ESG nas instituições públicas a iniciativa do TCU no sentido de avaliar o nível de adesão das

organizações públicas federais a tais práticas. Em janeiro de 2024, os órgãos federais foram instados a responderem um questionário eletrônico de auto avaliação intitulado “Avaliação das organizações públicas federais em relação às práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*)”[Levantamento iESGo 2024 - Índice ESG”, abordando sete temas: governança organizacional pública; gestão de pessoas; gestão da tecnologia da informação e da segurança da informação; gestão de contratações; gestão orçamentária e financeira; sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. O iESGo é uma reformulação do questionário IGG, que abordava índices de governança e gestão, ampliando o rol para inserir a sustentabilidade ambiental e social.

Nos elementos de conteúdo atualmente elencados pelo TCU não há menção expressa à dimensão ambiental e social, mas apenas a de governança e, via de regra, as ações que se enquadrariam como de sustentabilidade ambiental e social acabam dispersas em gestão de pessoas e gestão patrimonial, mais especificamente no desfazimento de bens em benefício de pessoas carentes ou instituições sem fins lucrativos e reciclagem. Neste sentido, o resultado do levantamento iESGo 2024 do TCU mostra as fragilidades atuais para a sustentabilidade ambiental e social nos órgãos (Figura 2).

Outro ponto a destacar quanto ao uso da temática ESG na composição do RG/RI é o fato de que as prioridades orçamentárias podem representar um importante sinalizador do posicionamento institucional na busca da sustentabilidade nestas três dimensões. Além do que, estudos demonstraram a relação positiva entre práticas de gestão sustentável e melhorias nos resultados operacionais e de desempenho, com menores custos de capital e melhores resultados financeiros (Cort & Esty, 2020). Dessa forma, considerando que a decisão pela alocação orçamentária envolve questões que suplantam o mero aspecto financeiro e que as demandas são maiores que a oferta (D’Inverno et al., 2023), faz-se necessário observar as diretrizes e prioridades institucionais que resultarão em optar por uma ou outra iniciativa.

**Figura 2**

*Resultado do Levantamento iESGo TCU*



Fonte: TCU (2024).

Neste sentido, tendo em vista a necessidade de reunir e divulgar informações não financeiras (Biondi & Bracci, 2018; Kannenberg & Schreck, 2019; Diwan & Sreeraman, 2023), a opção pela temática ESG prende-se à abordagem de aspectos que vêm sendo exigidos das instituições públicas e privadas, inclusive com estudos diversos sobre formas de mensuração de tais componentes (Escrig-Olmedo et al., 2019; Cort & Esty, 2020; Clément et al., 2022), o que pode resultar em melhoria das métricas, facilitando a medição dos indicadores e auxiliando o gestor na decisão sobre o melhor uso dos recursos tangíveis e intangíveis de que dispõe.

### **2.2.4 Relatório Integrado**

Em sua concepção, o RI é uma forma de elaborar relatórios abordando aspectos financeiros e não-financeiros e tem despertado intenso interesse dos pesquisadores (Stubbs & Higgins, 2018; Gerwanski et al., 2019; Fernandez-Feijoo et al., 2019; Stone & Lodhia, 2019; Vitolla et al., 2019; Alves, 2021; Alves et al., 2023b). Nesse sentido, interessantes as considerações de Kannenberg e Schreck (2019) que veem no RI mais que uma mera alteração

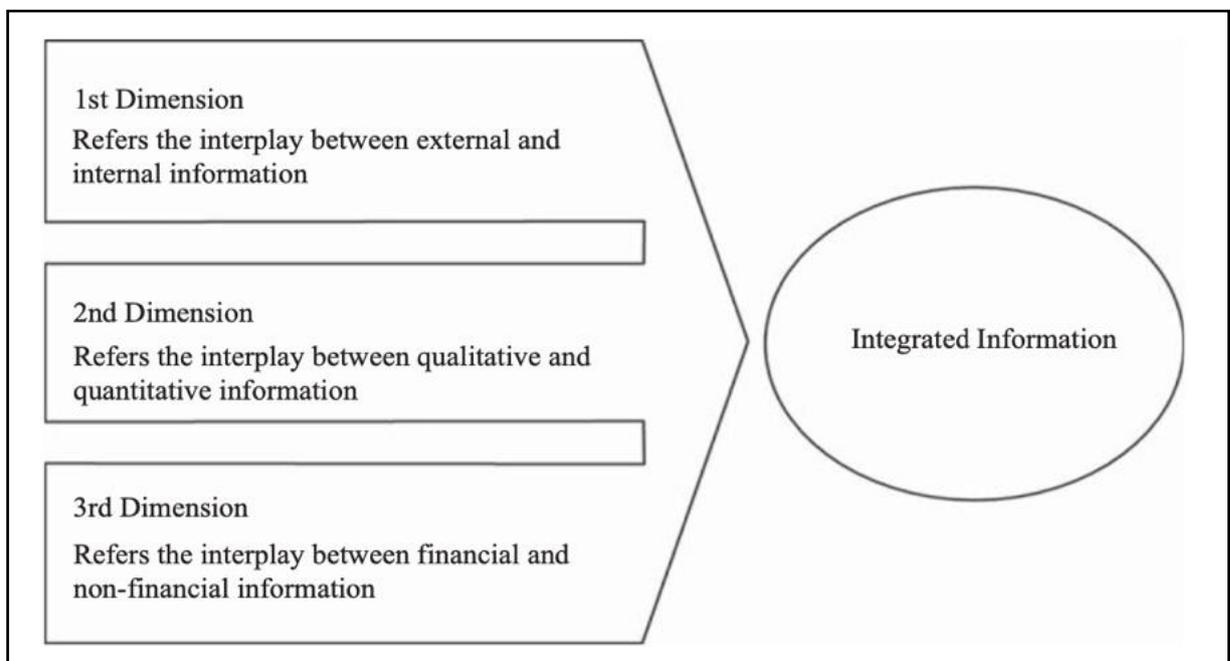
na forma de divulgar informações, mas um relatório com potencial de influenciar as estratégias, a comunicação e a tomada de decisão que, ao unir sustentabilidade e informações financeiras, por exemplo, pode resultar em decisões ecológica e socialmente vantajosas.

Embora a maioria das pesquisas esteja centrada na adoção do RI no âmbito de instituições privadas, a literatura já oferece estudos de seu uso em instituições públicas (Cohen & Karatzimas, 2015; Biondi & Bracci, 2018; Montecalvo et al., 2018; Caruana & Grech, 2019). Esta espécie de relatório ganhou destaque no Brasil com sua adoção, por determinação do TCU, por meio da Decisão Normativa do TCU de nº 170, de 2018 (TCU, 2018b), que imprimiu mudanças na forma de as entidades e órgãos públicos apresentarem seu RG. A partir de 2020, o RG na forma de RG/RI foi oficializado através da Instrução Normativa 84/2020 (TCU, 2020).

Esch et al. (2019) apresenta uma imagem resumindo as dimensões de uma informação integrada, destacando a interação entre informações internas e externas, qualitativas e quantitativas e financeiras e não financeiras (Figura 3).

**Figura 3**

*Dimensões do Relato Integrado*



Fonte: Esch et al. (2019, p. 325).

As diretrizes e normativos adotados pelo TCU para o RG/RI são embasadas na Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI), publicada em 2013 pelo IIRC e substituída em 2021 pela ECIRI, atualmente publicada pela IFRS.

Uma leitura da ECIRI permite deduzir que, embora ela mencione um mundo com pensamento integrado enraizado nas principais práticas comerciais dos setores público e privado, a ideia de retorno financeiro permeia todo o conteúdo, conforme se depreende do trecho: “A capacidade de uma organização de criar valor para si mesma permite um retorno financeiro aos provedores de capital financeiro” (IFSR Foundation, 2021, p. 6). Neste sentido, o TCU destaca que, embora a EIRI tenha sido desenvolvida para organizações privadas, sua flexibilidade permite adequá-la e aplicá-la ao setor público.

Para tanto, o TCU disponibiliza o "Relatório de Gestão - Guia para Elaboração na Forma de Relato Integrado", atualizando-o a cada exercício. Segundo a Corte de Contas, "o relato integrado é uma abordagem para preparação de relatórios, o qual tem por objetivo divulgar informações concisas, relevantes e estratégicas, para facilitar a gestão integrada, a comunicação interna e a prestação de contas" (TCU, 2022, pág. 13). Os princípios norteadores do RI são: foco estratégico, conectividade da informação, confiabilidade e completude, coerência e comparabilidade, clareza, tempestividade, relações com partes interessadas, materialidade, concisão e transparência (TCU, 2022, pp. 14-15).

Os princípios da concisão e da completude do RI podem parecer contraditórios ou, no mínimo, complexo o seu atingimento concomitante (Alves, 2021), pois, na prática, os gestores à frente desses órgãos precisam fazer um esforço no sentido de reportar as informações de forma objetiva, mas, ao mesmo tempo, necessitam contextualizar as decisões e medidas adotadas, explicando às partes interessadas as razões para tais escolhas e destacando o que é materialmente importante.

Neste sentido, estudos demonstram que a concisão vem ficando em segundo plano comparativamente à completude. Ao analisar a legibilidade de tais relatórios, Alves (2021) concluiu que "no intento de se explicarem melhor ao TCU, já que sabiam que seriam auditadas, as instituições com contas julgadas escreveram mais, em mais páginas e com palavras mais difíceis, tornando-as menos legíveis" (Alves, 2021, p. 82). Este aspecto de as autoridades auditadas tentarem atender a instituições como as Cortes de Contas, em razão da legitimidade que estes atores detêm na sociedade, foi abordado por Lino et al. (2019) que afirmaram: “Assim,

prefeitos, secretários e auditores irão atender ou parecer que atendem as expectativas desses atores” (p. 377).

A literatura destaca ainda o aumento da complexidade de tal processo de integração no âmbito das instituições (Esch et al., 2019), uma vez que as informações não financeiras, de obtenção e métrica destacadamente complexa (Eccles & Strohle, 2018; Kotsantonis & Serafeim, 2019; Escrig-Olmedo et al., 2019; Widyawati, 2020; Huang, 2021; Clément et al., 2022), precisam ser obtidas e vinculadas aos dados financeiros existentes. Um agravante adicional à complexidade do processo é o fato de que as informações provêm de diferentes departamentos que, não raras vezes, não estão integrados na forma de trato com os dados (Esch et al., 2019).

A importância concedida às informações financeiras e às informações não financeiras também vem sendo objeto de atenção de estudiosos, concluindo que informações financeiras ainda detêm mais importância no processo de decisão em razão da dificuldade de apresentar as informações não financeiras às partes interessadas (Esch et al., 2019). De toda forma, a literatura vem destacando aspectos como o ganho na tomada de decisão e a melhora do desempenho advindos da integração de informações financeiras e informações ESG não financeiras, enfatizando a importância de apresentá-las através de um RI (Kannenberg & Schreck, 2019; Esch et al., 2019).

Neste sentido, mais destacadamente no que se refere à tomada de decisão quanto à gestão orçamentária, este estudo pretende propor um *Framework* para elaboração de um RIS que adote informações não financeiras ESG, relatadas de forma integrada a informações financeiras, de maneira mais simples, clara, legível e compreensível, como instrumento de melhoria na gestão orçamentária, a partir de uma visão holística da instituição.

Por essa razão, acredita-se que a junção da temática ESG às características já desenhadas do RFP e às técnicas de comunicação e simplicidade no uso de termos, proporcionada pelo estudo da Teoria da Comunicação e do Movimento Linguagem Simples, contribua para ampliar a clareza da informação disponibilizada, melhorando a legibilidade e compreensibilidade para o gestor que vai decidir sobre como aplicar os recursos financeiros e não financeiros, além de permitir que a sociedade e demais partes interessadas conheçam como a instituição pública gere seus recursos e como se compromete com ações sustentáveis.

## 2.3 Métodos

O trabalho adota os métodos descritivo, bibliográfico e documental, além de uma abordagem quantitativa resultante das análises de legibilidade e compreensibilidade de fragmento do RG na forma de RI publicado pelo MPF em 2023.

Iniciando com pesquisa documental e bibliográfica centrada nos estudos, livros e artigos publicados no Brasil e no mundo sobre Linguagem Simples no âmbito do setor público, Teoria da Comunicação para aplicação aos relatórios públicos, RPFs, temática ESG, RI e planejamento e execução orçamentária e financeira, o presente trabalho propôs-se a desenvolver uma versão simplificada para o tópico Gestão Orçamentária e Financeira do RG/RI MPF 2023 para fins de comparabilidade com o mesmo fragmento publicado.

Da junção da pesquisa documental e bibliográfica e dos resultados da comparabilidade na legibilidade e compreensibilidade dos dois fragmentos do RG/RI, o trabalho propôs-se ainda a desenvolver um *Framework* para elaboração de um RIS cuja adoção resulte em um RG/RI que se busca claro e compreensível, sobretudo para pessoas que não são especialistas em orçamento e finanças, mas precisam compreender e/ou decidir sobre a matéria.

Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 174), a “característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, “é desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2008, p. 68).

Efetou-se uma revisão da literatura sobre os temas mencionados nesta seção, com foco em artigos nacionais e internacionais, bem como iniciativas desenvolvidas pelos governos nacionais a partir da experiência internacional. As buscas dos periódicos que sustentaram o referencial teórico deste estudo foram realizadas no Portal da Capes, no repositório de artigos científicos *Spell*, na biblioteca eletrônica *SciELO* e no Google Acadêmico, com atenção às publicações dos últimos cinco anos, embora, em abordagens específicas, recorreu-se a publicações seminais.

A academia conta com vasta literatura e modelos de RFPs no Brasil e no mundo (Clay, 2007; Yusuf & Jordan, 2012; Biancone et al., 2016; Jordan et al., 2017; Martins & Lima, 2021; Lima et al., 2022); além de estudos já desenvolvidos sobre a Linguagem Simples (Garwood, 2014; Fischer, 2018); bem como trabalhos sobre a Teoria da Comunicação aplicada a relatórios

populares (Williams, 2015; Merkl-Davies & Brennan, 2017; Rodrigues et al., 2021; Lima et al., 2022).

Há ainda estudos cada vez mais robustos sobre os critérios ESG (Biondi & Bracci, 2018; Esch et al., 2019; Kannenberg & Schreck, 2019; Diwan & Sreeraman, 2023) e Relatos Integrados (Stubbs & Higgins, 2018; Gerwanski et al., 2019; Fernandez-Feijoo et al., 2019; Stone & Lodhia, 2019; Vitolla et al., 2019; Alves, 2021; Alves et al., 2023b), inclusive, voltados para o poder público (Cohen & Karatzimas, 2015; Biondi & Bracci, 2018; Montecalvo et al., 2018; Caruana & Grech, 2019).

No mesmo sentido, considerando a obrigatoriedade no Brasil de adoção dos RGs na forma de RI, a literatura já apresenta farta produção sobre o tema (Cohen & Karatzimas, 2015; Biondi & Bracci, 2018; Montecalvo et al., 2018; Stubbs & Higgins, 2018; Caruana & Grech, 2019; Esch et al., 2019; Gerwanski et al., 2019; Fernandez-Feijoo et al., 2019; Stone & Lodhia, 2019; Vitolla et al., 2019; Huang, 2021; Clément et al., 2022; Alves, 2021; Alves et al., 2023a) o que demonstra a importância e oportunidade da temática abordada.

### ***2.3.1 Fragmento de análise: Gestão Orçamentária e Financeira***

Tendo em vista que o objetivo geral desta pesquisa é analisar como o uso de uma linguagem simples e acessível pode contribuir para a legibilidade e a compreensibilidade do RG/ RI e como essa capacidade de compreensão pode ser usada como instrumento de gestão orçamentária no setor público brasileiro, e considerando que a estrutura sugerida pelo TCU para o RG/RI conta com um tópico denominado “Gestão Orçamentária e Financeira”, a análise no presente estudo recaiu sobre este fragmento do RG/RI publicado pelo MPF (MPU, 2023).

Diferentemente do que ocorria até 2020, quando os relatórios eram disponibilizados em arquivo com formato portátil de documento, através do *Adobe PDF*®, a partir de então, o MPU passou a disponibilizar o relatório exclusivamente em HTML (abreviação para *Hyper Text Markup Language*), o que pode representar um limitador da transparência, à medida que não há controle sobre eventuais alterações, além de dificultar a análise do referido relatório para pessoas que pretendem fazê-lo *off-line*, ou para os que não dispõem de acesso à internet para utilização durante a leitura de todo o relatório e, ainda, exigir muitos ajustes para obtenção de versão editável. O ideal seria disponibilizar em vários formatos.

Após a obtenção deste relatório editável, procedeu-se à extração unicamente do texto para análise da legibilidade, visto que o meio utilizado no presente trabalho não analisa gráficos e tabelas. Uma vez copiado o texto, cuidou-se de verificar eventuais falhas na pontuação, quebra de páginas, uso de hifenização para separar palavras e outros problemas que poderiam alterar a análise da legibilidade, uma vez que a ausência de um ponto ao final de uma frase pode levar a entender que se trata de um período maior que o real. As imagens dos resultados obtidos na análise de legibilidade da versão publicada no fragmento utilizado seguem em anexo (Apêndice A).

Em paralelo, mediante o uso de características presentes na literatura dos RFPs e do RG/RI, somados aos elementos da Teoria da Comunicação e do Movimento Linguagem Simples, foi desenvolvida uma nova versão de RG/RI do MPF para o tópico “Gestão Orçamentária e Financeira”, o qual também foi submetido à análise de legibilidade da parte textual e os resultados seguem em anexo (Apêndice B).

### ***2.3.2 Locus de Pesquisa: MPU/Ministério Público Federal***

A autora do presente estudo exerce, há mais de cinco anos, a função de Secretária Nacional da Secretaria de Planejamento Orçamento e Contabilidade do Ministério Público da União (SPOC/MPU) e, observando a tomada de decisão dos gestores sobre alocação orçamentária, observou que a dificuldade na compreensão dos termos e procedimentos relacionados à temática orçamentária e financeira dificultava a decisão, sobretudo em uma instituição com alta capilaridade, com unidades em todos os estados, regiões federais e mais de 200 municípios.

No mesmo sentido, observou-se que as decisões muitas vezes são adotadas de forma isolada, faltando uma visão institucional holística no trato com a totalidade dos recursos disponíveis. Assim, a exemplo de outras práticas exitosas que vêm sendo adotadas na SPOC com ganhos mensuráveis, pareceu oportuno avaliar se um RG/RI desenvolvido a partir do uso de informações claras e simples, apresentadas de maneira mais atrativa e intuitiva, com ênfase numa visão institucional de prioridades e estratégias, poderia auxiliar no processo de gestão da instituição.

O MPU é um órgão essencial à justiça, com assento constitucional previsto no Título IV – Da Organização dos Poderes, Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça, Seção I –

Do Ministério Público, artigos 128 a 130 da Constituição da República Federativa do Brasil (RFB), e congrega o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), conforme se depreende do art. 128, I, CRFB.

O organograma do MPU pode ser apresentado conforme a Figura 4.

**Figura 4**

*Organograma MPU*



Fonte: MPU (n/d).

Dentro da estrutura MPU, subordinada à Secretaria Geral do MPU, situa-se a SPOC/MPU, sendo a única secretaria nacional que atua como setorial dos quatro ramos institucionais, bem como da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) que, sob a ótica orçamentária, compõe juntamente com os ramos, as cinco Unidades Orçamentárias (UOs) do MPU, todas autônomas para decidir sobre a aplicação dos limites e recursos destinados para elaboração de suas propostas orçamentárias anuais.

Assim, considerando a semelhança dos desenhos das UOs do MPU, optou-se por elaborar um modelo de RG/RI do tópico “Gestão Orçamentária e Financeira”, inicialmente no âmbito do MPF, que configura a maior das cinco UOs, sendo o único ramo presente em todos os estados e Distrito Federal, nas seis regiões judiciais e em 130 municípios, totalizando mais de 200 unidades no país. Soma-se a isto o fato de que o MPF detém mais de 50% (cinquenta por cento) do orçamento total do MPU e possui a estrutura administrativa mais extensa dentre todas as Unidades.

A escolha pelo MPF embasa-se também em razão de práticas exitosas de difusão de cultura orçamentária e de tomada de decisão, adotadas a partir de 2020, a exemplo da Política Saldo Zero e a Proposta Orçamentária Simplificada, ambas idealizadas e executadas pela SPOC/MPU, e adotadas inicialmente no âmbito do MPF, mas em fase de ampliação para os demais ramos e Escola. As mencionadas iniciativas destacam-se pelo acesso facilitado à uma informação mais clara, simples e uniforme.

Através da realização de reuniões periódicas para ajustes na aplicação dos recursos públicos espalhadas nas mais de 200 unidades regionais, estaduais e municipais do MPF, somado à disponibilização de informações e orientações claras, a Política Saldo Zero reduziu a perda orçamentária de R\$ 12,3 milhões em 2019, para apenas R\$ 474 mil em 2023; já a perda financeira diminuiu de R\$ 20,7 milhões para 3,8 milhões no mesmo período, conforme dados financeiros do Tesouro Gerencial, em consulta realizada em 09 de janeiro de 2023 (Tabela 1).

Também merece destaque o modelo de Proposta Orçamentária Simplificada que, a partir da adoção de uma linguagem simples e concisa, técnicas de comunicação visual, e uso de gráficos, infográficos e imagens, reduziu em 80% o tamanho adotado na mesma proposta, se comparada ao exercício de 2019. O novo modelo traz ainda *QR Code* com o detalhamento das despesas previstas até o nível de elemento e subelemento.

**Tabela 1***Execução do MPF 2019 a 2023*

R\$ 1,00

	<b>Execução Orçamentária</b>				<b>Execução do Limite de Pagamento</b>			
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO ORÇAMENTÁRIO	UTILIZAÇÃO % DO ORÇAMENTO	LIMITE DE PAGAMENTO	TOTAL PAGO	SALDO DE LIMITE DE PAGAMENTO	UTILIZAÇÃO % DO LIMITE DE DE PAGAMENTO
	a	b	c = a - b	d = b / a	e	f	g = e - f	h = f / e
<b>2019</b>	<b>3.720.046.787</b>	<b>3.707.681.681</b>	<b>12.365.106</b>	<b>99,67%</b>	<b>3.720.046.787</b>	<b>3.699.295.905</b>	<b>20.750.882</b>	<b>99,44%</b>
OBRIGATORIO	3.248.098.647	3.248.093.932	4.715	100,00%	3.248.098.647	3.249.162.789	-1.064.142	100,03%
DISCRICIONARIO	471.948.140	459.587.749	12.360.391	97,38%	471.948.140	450.133.115	21.815.025	95,38%
<b>2020</b>	<b>3.829.009.438</b>	<b>3.826.265.985</b>	<b>2.743.453</b>	<b>99,93%</b>	<b>3.829.009.438</b>	<b>3.824.702.207</b>	<b>4.307.231</b>	<b>99,89%</b>
OBRIGATORIO	3.348.232.584	3.348.035.254	197.330	99,99%	3.348.232.584	3.351.685.942	-3.453.358	100,10%
DISCRICIONARIO	480.776.854	478.230.731	2.546.123	99,47%	480.776.854	473.016.265	7.760.589	98,39%
<b>2021</b>	<b>3.820.628.457</b>	<b>3.819.084.296</b>	<b>1.544.161</b>	<b>99,96%</b>	<b>3.820.628.457</b>	<b>3.814.461.410</b>	<b>6.167.047</b>	<b>99,84%</b>
OBRIGATORIO	3.388.245.092	3.387.902.467	342.625	99,99%	3.388.245.092	3.387.329.756	915.336	99,97%
DISCRICIONARIO	432.383.365	431.181.829	1.201.536	99,72%	432.383.365	427.131.654	5.251.711	98,79%
<b>2022</b>	<b>4.110.485.233</b>	<b>4.108.724.548</b>	<b>1.760.685</b>	<b>99,96%</b>	<b>4.110.485.233</b>	<b>4.102.905.522</b>	<b>7.579.711</b>	<b>99,82%</b>
OBRIGATORIO	3.590.514.448	3.590.504.775	9.673	100,00%	3.590.514.448	3.587.693.609	2.820.839	99,92%
DISCRICIONARIO	519.970.785	518.219.773	1.751.012	99,66%	519.970.785	515.211.913	4.758.872	99,08%
<b>2023</b>	<b>4.602.388.936</b>	<b>4.601.914.603</b>	<b>474.333</b>	<b>99,99%</b>	<b>4.602.388.936</b>	<b>4.598.555.702</b>	<b>3.833.234</b>	<b>99,92%</b>
OBRIGATORIO	4.037.255.514	4.037.244.679	10.835	100,00%	4.037.255.514	4.037.206.525	48.989	100,00%
DISCRICIONARIO	565.133.422	564.669.924	463.498	99,92%	565.133.422	561.349.177	3.784.245	99,33%

Nota: exclui os valores enviados para outros órgãos e UOs e recebidos de outros órgãos e UOs.

Fonte: Tesouro Gerencial (2023).

Assim, a partir de iniciativas que já demonstram resultados efetivos de ganhos na aplicação e aproveitamento dos recursos públicos, acredita-se que um relatório desenvolvido a partir do uso de uma linguagem simples e acessível contribui para que os gestores compreendam melhor temáticas tidas como complexas, otimizando a aplicação dos recursos públicos financeiros e não financeiros, bem como facilitando a compreensão das demais partes interessadas sobre a atuação do serviço público.

### 2.3.3 Definição dos grupos amostrais

O trabalho traz uma análise de dois relatórios diferentes submetidos a dois grupos amostrais formados por gestores que atuam na elaboração, aprovação e execução do orçamento do MPF. Ao todo foram selecionadas 78 pessoas a partir das seguintes funções:

- ✓ Secretária-Geral e Secretário-Geral Adjunto do MPU/MPF (2);

- ✓ Membros do Colégio de Procuradores (as) da República do MPF (33);
- ✓ Secretários Nacionais, Regionais e Estaduais do MPF (42);
- ✓ Auditor-Chefe (1).

Foram selecionados os seguintes dados: nome, idade, sexo, e-mail e tempo de serviço no MPF. Do total de 78 pessoas, 25 são mulheres e 53 são homens. A idade média é de 47,7 anos e o tempo médio de serviço no MPF é de 18,6 anos.

De posse de tais informações, foi realizada randomização com uso do *Microsoft® Office Excel®* para a criação automática de dois grupos o mais igual possível. O primeiro passo foi classificar os participantes por ordem de tempo de serviço e separar em dois estratos, um com maior tempo de serviço e outro com menor tempo de serviço. Dentro de cada estrato foi utilizada a função aleatório do Excel para garantir que a metade com menos tempo de serviço ficasse em um grupo e a outra metade em outro. O mesmo procedimento foi feito com o segundo estrato com maior tempo de serviço.

Observou-se que a randomização gerou grupos muito semelhantes. O Grupo 1 ficou composto por 13 mulheres e 26 homens e o tempo médio de serviço foi de 18,28 anos. Já o grupo 2 ficou com 12 mulheres e 27 homens, e o tempo médio de serviço foi de 19 anos.

#### **2.3.4 Avaliando a Legibilidade**

A legibilidade relaciona-se à complexidade na forma de exibir informações, sendo observada a partir da facilidade ou dificuldade que o usuário lê a informação posta (Smith & Taffler, 1992). Nos estudos para avaliação do grau de dificuldade de leitura de um texto, além de legibilidade, é comum também o uso do termo leiturabilidade, sendo muitas vezes tratados como sinônimos (Farias, 2013). Neste estudo será utilizado o termo legibilidade.

Existem diversas métricas para aferir o grau de legibilidade de relatórios, a exemplo do Teste de facilidade de leitura de Flesch (*Flesch reading ease*); Índice Gulpease (*Gulpease index*); Nível de escolaridade de Flesch-Kincaid (*Flesch-Kincaid grade level*); Índice de nebulosidade de Gunning (*Gunning fog index*); Índice de leiturabilidade automatizado (*Automated Readability Index - ARI*); e Índice de Coleman-Liau (*Coleman-Liau index*).

O *Flesch Reading Ease* (FRE) vem sendo utilizado em número robusto de estudos sobre legibilidade (DuBay, 2007; Borges & Rech, 2019) na avaliação de relatórios diversos (Moreno & Casasola, 2016; Pasko et al., 2020), inclusive nos RIs (Du Toit, 2017; Alves, 2021; Supratiwi et al., 2022; Alves et al., 2023a).

Ao abordar a legibilidade em educação de adultos, Flesch (1948) testou fatores como o número e tamanho das frases, de afixos e de referências a pessoas, a partir do que, desenvolveu modelos de regressão e uma fórmula para calcular a legibilidade. Em 1948, considerando a ampla aplicação da fórmula por ele desenvolvida, e inclusive em razão de pontos falhos apresentados por outros estudos, Flesch decidiu reexaminar a fórmula para analisar e corrigir suas eventuais deficiências e erros de interpretação (Flesch, 1948). Os cálculos resultantes da aplicação da fórmula da facilidade de leitura desenvolvida por Flesch variam de 0 a 100, sendo o número diretamente proporcional à legibilidade, ou seja, quanto menor o número, pior a legibilidade, evidência que pode ser obtida a partir da seguinte equação (Flesch, 1948):

$$\text{R.E.} = 206,835 - 84,6 \left( \frac{\text{número de sílabas}}{\text{número de palavras}} \right) - 1,015 \left( \frac{\text{número de palavras}}{\text{número de frases}} \right)$$

Ao pesquisar meios para análise de legibilidade, tomou-se conhecimento do software Análise de Legibilidade Textual (ALT), disponível gratuitamente no site [www.legibilidade.com](http://www.legibilidade.com), que adaptou as fórmulas originais do FRE e de outras cinco métricas de legibilidade para o uso em textos na Língua Portuguesa (Moreno et al., 2023).

O ALT, além de realizar a análise e fornecer vários índices para o mesmo texto, ainda apresenta críticas adicionais, destacando em azul as palavras que são consideradas complexas, por não constarem entre as 5 mil palavras mais utilizadas, conforme banco de palavras da Liguatca (Moreno et al., 2023). No mesmo sentido, o software grifa em amarelo as frases longas, com 30 a 45 palavras, e em vermelho as frases muito longas, com mais de 45 palavras, sugerindo a divisão das mesmas.

O software ALT fornece uma métrica própria a partir da junção das fórmulas adaptadas, e sua nota, diferentemente do que ocorre com o FRE, é inversamente proporcional, ou seja, quanto menor a nota, maior a legibilidade.

Embora existam outras ferramentas para análise de legibilidade, a exemplo do *Readability Checker* da *Check-Plagiarism.com*, considerando a facilidade de obtenção de resultados, bem como as muitas possibilidades de uso de métricas diversas, adaptadas para o

português, e ainda as sugestões de melhorias para o texto avaliado, este trabalho optou por analisar a legibilidade por meio do software ALT.

A análise da legibilidade foi realizada em dois momentos:

- ✓ avaliação do RG/RI do MPF de 2023 - “Gestão Orçamentária e Financeira” publicado;
- ✓ avaliação do RG/RI - “Gestão Orçamentária e Financeira” desenvolvido pela autora.

### **2.3.5 Avaliando a Compreensibilidade**

A compreensibilidade está relacionada à capacidade que o usuário possui de entender o significado da informação apresentada (Smith & Taffler, 1992). Assim como ocorre na legibilidade, existem formas diversas de analisar a compreensibilidade.

Inicialmente este estudo tentou utilizar o Procedimento de Cloze, técnica desenvolvida por Wilson Taylor na década de 1950, que consiste em excluir sistematicamente uma série de palavras de diferentes passagens do texto, substituí-las por espaços em branco do mesmo tamanho e submeter ao grupo alvo para que preencha os espaços. A medição da compreensibilidade se dá pelo número de substituições corretas (Joly et al., 2014).

Houve contato prévio desta pesquisadora para utilização dos softwares *In-Cloze*, *OnlineCloze* e *Awari*, mas não se obteve retorno. No mesmo sentido, buscou-se uma possível aquisição de software junto a empresa que comercializa o teste de Cloze, mas não havia entre seus produtos um teste aplicável a adultos, público alvo deste trabalho.

Diante desta limitação, cogitou-se sobre a possibilidade de utilização do *eye-tracker*, método que registra o movimento ocular e já foi aplicado aos relatórios populares, com resultados conclusivos no sentido de que a simplificação do texto auxilia em tarefas mais simples e que, em um texto com uso de jargões, o movimento ocular é afetado, indicando maior dificuldade no processamento da informação (Cabral & Aquino, 2020).

Contudo, a utilização do *eye-tracker* demanda uso de aparelhos e/ou softwares específicos de que não dispõe a Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB), e nem outras instituições de ensino que foram consultadas para este fim.

A dificuldade em obter um método aplicável para a medição da compreensibilidade agrava-se no presente trabalho pelo fato de que o grupo amostral está espalhado em todos os estados e regiões federais do país, sendo um limitador para aplicação de técnicas presenciais.

Diante da impossibilidade de uso automatizado do procedimento de Cloze, bem como do *eye-tracker*, foram elaborados 2 (dois) questionários para submissão a dois grupos amostrais criados de forma randomizada entre gestores do MPF, ambos seguem em anexo (Apêndice D – Grupo 1 e Apêndice E – Grupo 2).

Cada questionário está dividido em 3 partes: a parte I dos questionários adotou tópicos do texto do relatório publicado em 2023 para o Grupo 1 e do relatório desenvolvido pela pesquisadora para o Grupo 2, sendo as perguntas idênticas para os dois grupos. Na parte II dos questionários há textos, dados e imagens de ambos os relatórios, e as perguntas também são idênticas para os dois grupos. A parte III apresenta perguntas, também idênticas para os dois grupos, sobre formação e conhecimento na temática avaliada.

A aplicação dos questionários se efetivou com o uso do *Google Forms*®, aplicativo de gerenciamento de pesquisas desenvolvido e disponibilizado gratuitamente pelo *Google*.

## **2.4 Resultados e Discussão**

### *Resultados da Análise de Legibilidade*

As notas obtidas para o fragmento publicado pelo MPF em 2023 foi de 51.7 para o índice FRE e nível 12 para o ALT, que significa “alta legibilidade” sendo legível para um público de adolescentes entre 17 e 18 anos. Quanto à complexidade das palavras, 15% foram consideradas complexas e as frases longas e muito longas estão muito presentes no texto. Todo o detalhamento da análise consta no Apêndice A. A Figura 5 apresenta uma síntese.

## Figura 5

Análise de legibilidade – Fragmento do RG/RI 2023 MPF - Publicado

<b>Resultado: nível 12. Alta legibilidade.</b> Texto simples. Adequado para adolescentes entre 17 e 18 anos.		<b>Resumo descritivo</b>	
<b>Métrica</b>	<b>Pontuação</b>	Letras	9262
Teste de facilidade de leitura de Flesch	51.7	Sílabas	3990
Índice Gulpease	54.5	Palavras	1874
Nível de graduação de Flesch-Kincaid	11.4	Sentenças	93
Índice de nebulosidade de Gunning adaptado	12.7	Letras/palavra	4.9
Índice de legibilidade automatizado (ARI)	11.6	Sílabas/palavra	2.1
Índice de Coleman-Liau	11.6	Palavras/sentença	20.2
		Palavras complexas	281 (15.0%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos do software ALT (2024).

Já para o relatório desenvolvido pela pesquisadora, a nota do índice FRE foi 60.9, quase 10 pontos acima do atual; e o nível ALT foi 9, que representa “alta legibilidade” sendo legível para um público de adolescentes entre 14 e 15 anos. No que se refere à complexidade das palavras, o percentual de palavras complexas baixou para 10.2% na nova versão. Permaneceram apenas sete frases longas e nenhuma considerada muito longa. A integralidade da análise consta no Apêndice B e a Figura 6 apresenta uma síntese.

## Figura 6

Análise de legibilidade – Relatório desenvolvido pela pesquisadora

<b>Resultado: nível 9. Alta legibilidade.</b> Texto simples. Adequado para adolescentes entre 14 e 15 anos.		<b>Resumo descritivo</b>	
<b>Métrica</b>	<b>Pontuação</b>	Letras	8585
Teste de facilidade de leitura de Flesch	60.9	Sílabas	3705
Índice Gulpease	63.2	Palavras	1760
Nível de graduação de Flesch-Kincaid	8.6	Sentenças	135
Índice de nebulosidade de Gunning adaptado	8.3	Letras/palavra	4.9
Índice de legibilidade automatizado (ARI)	8.2	Sílabas/palavra	2.1
Índice de Coleman-Liau	10.7	Palavras/sentença	13.0
		Palavras complexas	180 (10.2%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos do software ALT (2024).

Embora o novo relatório proposto tenha obtido notas bem superiores ao atual, há que se observar que o relatório publicado em 2023 já demonstrou alta legibilidade, o que levou a autora do presente estudo a questionar se as iniciativas implantadas nos últimos anos na SPOC/MPU, no sentido de adotar uma linguagem mais simples e clara poderiam ter influenciado nesta nota, uma vez que o fragmento avaliado é produzido nesta Secretaria. Assim, decidiu-se avaliar o

mesmo fragmento publicado para 2018 (Ministério Público Federal, 2019), ano anterior à adoção das iniciativas de simplificação no âmbito da SPOC/MPU e primeiro no formato RI (Apêndice C).

As notas para o mesmo fragmento de 2018 resultaram em um índice FRE de 29.1 e nível ALT 16, que representa “média legibilidade”, sendo adequado para universitários em final de graduação. O percentual de palavras complexas foi de 26.3% e a quase totalidade das frases aparecem grifadas em amarelo (longas) ou em vermelho (muito longas).

Os resultados mostram que o índice FRE do relatório anterior às medidas de facilitação da linguagem adotadas na SPOC/MPU mais que dobrou, comparativamente ao relatório elaborado para este estudo. Quanto ao nível ALT, saiu de 16 para 9, ou seja, enquanto universitários em final de graduação conseguiam entender o fragmento de 2018 avaliado, adolescentes de 14 e 15 anos já conseguem fazê-lo para o fragmento proposto neste estudo. Uma síntese da análise pode ser observada na Figura 7.

**Figura 7**

*Análise de legibilidade – Fragmento do RG/RI 2018 MPF - Publicado*



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados extraídos do software ALT (2024).

Estes dados podem reforçar a ideia de que as mudanças adotadas nos últimos cinco anos no âmbito da SPOC/MU impactaram positivamente a legibilidade do relatório, para o fragmento Gestão Orçamentária e Financeira, que é desenvolvido por esta Secretaria.

Isto significa que em cinco anos foi possível sair de uma legibilidade adequada a universitário em final de graduação para um texto legível para adolescente de 14 e 15 anos, resultando em um ganho de 8 a 9 anos, se considerado apenas a métrica da escolaridade.

### *Resultados da Análise de Compreensibilidade*

Os questionários foram enviados por e-mail para os dois grupos amostrais. Em um período de 2 semanas foram recebidas 41 respostas, sendo 20 no Grupo 1 e 21 no Grupo 2. Na parte I dos questionários, foi inserido o tópico para medição do tempo de resposta para as dez primeiras questões. O objetivo era o de verificar se a versão proposta permitia encontrar com mais facilidade o que se perguntava. Intento que foi verificado no sentido de substancial melhora. Contudo, uma fragilidade no procedimento é que a contagem do tempo foi monitorada pelo próprio respondente, não tendo como a pesquisadora aferir sua exatidão.

De toda forma, ainda que presente a fragilidade apontada, o quesito tempo foi muito diferente para os dois grupos analisados. Os resultados mostram que o Grupo 1, que trabalhou com dados do relatório publicado em 2023 levou ao todo 811,8 minutos para responder as 10 primeiras questões da Parte I do questionário, com uma média individual de 40,59 minutos por respondente, e uma média de 4,27 minutos por questão. Na mesma Parte I do questionário, agora respondido pelo grupo 2, com base no relatório desenvolvido pela pesquisadora, o tempo total do grupo foi de 332,33 minutos, com uma média individual de 21,82 por respondente, e uma média de 1,64 minutos por questão. A Tabela 2 resume os acertos, erros, informações não localizadas e o tempo médio de resposta para cada umas das 10 questões que demandaram mensuração de tempo nos dois grupos.

A contagem de respostas de item não localizado prende-se ao fato de que o relatório de 2023 apresenta um encontro de contas entre recebido e enviado de outros órgãos e UOs, sem, contudo, informar quanto se refere a crédito e débito, o que consiste em uma informação importante para um relatório de prestação de contas. Neste sentido, embora a Figura 2 da Parte II de ambos os questionários, criada pela pesquisadora, forneça a resposta, tendo em vista que as questões 1 e 2 estão atreladas à Parte I, considerou-se a opção de resposta “não localizada e afins” quando não constante do trecho a que se referem.

Neste aspecto, observando os dois relatórios, a apresentação das movimentações orçamentárias em infográfico feita no relatório proposto pela autora, além de informar sobre os recursos enviados a outros órgãos e unidades e recebidos destes, o que aumenta a transparência, resultou em 20 respostas certas, contra 1 (um) acerto e 8 (oito) não localizados do relatório de 2023.

**Tabela 2***Comparativo de respostas e tempo da Parte I dos questionários*

Questões	Grupo 1		Grupo 2	
	Respostas	Tempo médio	Respostas	Tempo médio
1	Acertos	1	Acertos	20
	Erros	11	Erros	1
	Não consta/localizado	8	Não consta/localizado	-
2	Acertos *	2	Acertos	21
	Erros	12	Erros	0
	Não localizado	6	Não localizado	-
3	Acertos	14	Acertos**	19
	Erros	6	Erros	2
	Não localizado	-	Não localizado	-
4	Acertos	14	Acertos	20
	Erros	6	Erros	1
	Não localizado	-	Não localizado	-
5	Acertos	16	Acertos	14
	Erros	4	Erros	7
	Não localizado	-	Não localizado	-
6	Acertos	6	Acertos	7
	Erros	14	Erros	14
	Não localizado	-	Não localizado	-
7	Acertos	20	Acertos***	18
	Erros	0	Erros	3
	Sem resposta	1	Não localizado	-
8	Acertos	16	Acertos***	18
	Erros	4	Erros	3
	Não localizado	-	Não localizado	-
9	Acertos	6	Acertos	16
	Erros	14	Erros	5
	Não localizado	-	Não localizado	-
10	Acertos	12	Acertos	21
	Erros	8	Erros	0
	Não localizado	-	Não localizado	-

*Nota.* \* Na questão 2, no Grupo 1, houve transferência de recursos, mas o valor de R\$ 38,7 milhões induz o respondente a erro porque é encontro de crédito e débito, e não o total transferido que foi de R\$ 35,8 mi; \*\* Na questão 3, no Grupo 2, percebe-se que a pergunta não especifica se o aumento se refere ao aprovado inicial ou ao autorizado, razão porque as duas respostas serão consideradas como certas; \*\*\* Nas questões 7 e 8, percebeu-se que houve um erro nos dados informados no RG/RI do MPF, fazendo constar uma diferença entre os valores dos gráficos da página 2 e a tabela da página 3, razão porque os respondentes poderiam ter respondido o valor 4.110,41 ou 4.110,63 para a questão 7 e 561,87 ou 566,33 para a questão 8.

Nas questões envolvendo os dados orçamentários e financeiros, observa-se um tempo substancialmente menor para resposta no grupo 2, que trabalhou com o relatório proposto pela pesquisadora. No que se refere à precisão das respostas fornecidas, o número de acertos também é, em regra, bastante superior quando o texto avaliado é o proposto pela autora, inclusive com duas questões com 100% de acertos. Contudo, as questões 5 e 7 destoam ao apresentar mais acertos para o grupo 1, e a questão 6 tem mais erros que acertos nos dois grupos. O número de acertos foi de 107, ou 53,5%, no Grupo 1 e de 174, ou 82,9%, no grupo 2. Considerando que o

Grupo 2 teve um respondente a mais, os resultados em percentuais garantem a paridade para fins de comparação.

Avaliando algumas respostas, observa-se que, na questão 4, os erros refletem confusão entre autorizado e empenhado. Na questão 5, as respostas confundem valor pago com empenhado; ou informam valor autorizado ou empenhado de 2022, quando a questão se refere a 2023; ou ainda informam o valor de inscrição de retos a pagar. Nas respostas à questão 6 a quantidade de erros foi muito significativa nos dois grupos e estão relacionados à confusão entre pagamentos efetuados no total, os que se referem ao exercício e os relacionados a restos a pagar, sendo muito comum responderem parte como o todo. Na questão 7 muitos erros referem-se à informação do que foi aprovado inicialmente em vez do que foi autorizado, que é resultante das movimentações orçamentárias que ocorrem durante o exercício.

Estes erros, na compreensão do que se pede, podem refletir dificuldades em entender os próprios conceitos da temática, o que pode ser minorado com o uso do Glossário que compõe o relatório criado pela autora, que não acompanhou o questionário, mas que é sugerido como parte indispensável para qualquer relatório que aborde assuntos complexos, como o orçamentário-financeiro.

Com relação à Parte II dos questionários, mais voltada para a estética e o *design* da informação apresentada, os resultados são muito significativos quanto à preferência de ambos os grupos para a versão proposta pela pesquisadora. As Figuras 1 e 3 (azul no gráfico) foram retiradas do relatório de 2023, e as Figuras 2 e 4 (laranja no gráfico) compõem o relatório desenvolvido pela pesquisadora. O resultado gráfico das respostas obtidas está apresentado na Figura 8.

A opção pelos modelos propostos pela pesquisadora detém um percentual muito alto e os motivos de escolha dos respondentes constam em detalhes nos Apêndices F, para o Grupo 1, e G para o Grupo 2, sendo muito comuns considerações sobre a facilidade de encontrar as informações, vantagens do uso de cores e gráficos, facilidade de leitura, dentre outros. Porém, também constam motivos para preferir a versão de 2023 por gostar mais de tabelas ou por conter valores percentuais, que são itens cujas orientações para uma linguagem simples sugerem evitar (%), ou usar com menos informações (tabelas).

**Figura 8**

Gráficos dos resultados da análise de Compreensibilidade – Parte II

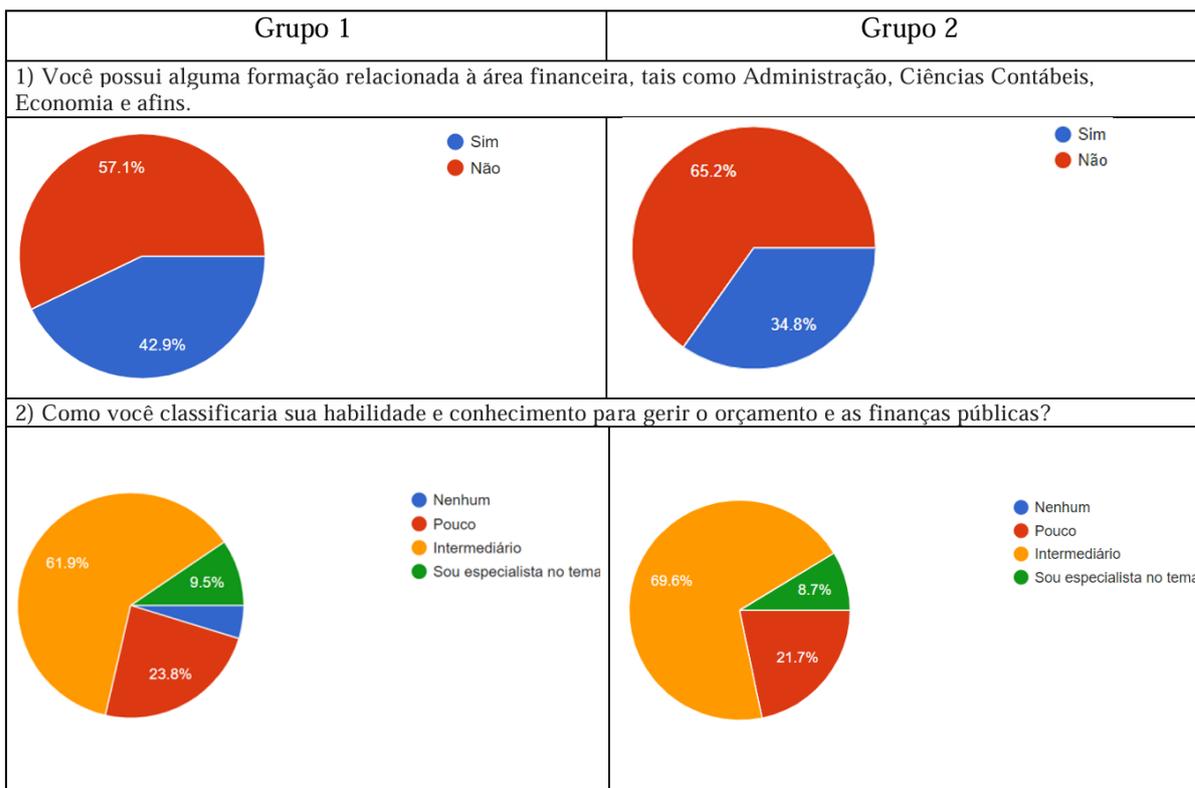
Grupo 1	Grupo 2
1) Qual das figuras acima você tem mais facilidade de entender o conteúdo e por qual motivo?	
<p>60% (FIGURA 2), 40% (FIGURA 1)</p>	<p>52.4% (FIGURA 2), 47.6% (FIGURA 1)</p>
2) Qual figura acima tem o layout/desing mais interessante e por qual motivo?	
<p>80% (FIGURA 2), 20% (FIGURA 1)</p>	<p>81% (FIGURA 2), 19% (FIGURA 1)</p>
3) Alguma das figuras acima oferece informação adicional? Se sim, qual figura e que informação?	
<p>100% (FIGURA 2)</p>	<p>85.7% (FIGURA 2), 14.3% (FIGURA 1)</p>
4) Considerando a <b>forma</b> de apresentar o conteúdo, qual a figura lhe parece mais adequada a um relatório público e por qual motivo?	
<p>80% (FIGURA 4), 20% (FIGURA 3)</p>	<p>76.2% (FIGURA 4), 23.8% (FIGURA 3)</p>
5) Qual figura lhe parece mais compreensível e por qual motivo?	
<p>85% (FIGURA 4), 15% (FIGURA 3)</p>	<p>81% (FIGURA 4), 19% (FIGURA 3)</p>
6) Se você fosse elaborar um relatório dos resultados da sua unidade, e precisasse optar por apenas um modelo de apresentação aqui utilizado, optaria por qual conjunto de figuras e por qual motivo?	
<p>78.9% (Conjunto Figuras 2 e 4), 21.1% (Conjunto Figuras 1 e 3)</p>	<p>76.2% (Conjunto Figuras 2 e 4), 23.8% (Conjunto Figuras 1 e 3)</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados extraídos do aplicativo *Google Forms* (2024).

Com relação à Parte III dos questionários, que aborda a formação e habilidade dos respondentes em áreas relacionadas às finanças e a habilidade e conhecimento para gerir o orçamento e as finanças públicas, os resultados são os apresentados na Figura 9.

**Figura 9**

*Gráficos dos resultados da análise de Compreensibilidade – Parte III*



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados extraídos do aplicativo *Google Forms* (2024).

Estes números apontam para uma melhora na compreensão do relatório proposto, embora apresentem fragilidades como a métrica do tempo, realizada pelo próprio respondente, e a permanência de confusão entre conceitos básicos, o que pode ser minimizado com a inserção do Glossário, proposto no relatório desenvolvido pela autora.

## 2.5 Conclusões e Recomendações

O presente estudo buscou avaliar como a utilização de uma linguagem simples, apresentada de forma mais simples e atraente, poderia contribuir para o aumento da legibilidade e compreensibilidade do RG na forma de RI como instrumento de gestão orçamentária no setor

público e de ampliação do entendimento das partes interessadas sobre as informações fornecidas pelos órgãos públicos.

Para tanto, o estudo buscou responder ao problema de pesquisa de como melhorar a legibilidade e compreensibilidade ao relatar informações orçamentário-financeiras e, ao mesmo tempo, integrar as informações não financeiras atualmente requeridas, aprimorando a qualidade da tomada de decisão na alocação dos recursos públicos por meio de um relatório mais claro, legível e compreensível para as partes interessadas?

A literatura é bastante frutífera em estudos tratando da importância de simplificar a forma como se apresenta as informações às partes interessadas e destacando as dificuldades ainda enfrentadas atualmente neste desafio (Yusuf & Jordan, 2012; Garwood, 2014; Fischer, 2018; Cabral & Aquino, 2020; Alves, 2021; Martins & Lima, 2021; Rodrigues et al., 2021; Lima et al., 2022; Alves et al., 2023a).

Assim, a partir da análise desta extensa literatura; da experiência prática no ambiente de trabalho da pesquisadora, por meio da adoção de iniciativas exitosas de simplificação de linguagem e forma de apresentação de informações; e dos resultados obtidos a partir da análise de legibilidade e compreensibilidade de fragmento do atual RG/RI e um novo modelo desenvolvido pela pesquisadora para o mesmo fragmento; este estudo conclui que o uso de palavras mais simples, *design* mais atrativo, uso de gráfico e estratégias de tipologia textual podem resultar em melhorias na forma de prestar contas às partes interessadas.

A análise de legibilidade revelou melhoria substancial nas notas obtidas pelos relatórios submetidos à análise, passando de um FRE de 51.7 para 60.9, quase 10 pontos mais alto. No que se refere ao nível do software ALT, o número saiu de 12 para 9, passando a ser legível para adolescentes de 14 e 15 anos, enquanto antes era apto para adolescentes de 17 e 18 anos. Nesse sentido, ampliado o escopo de análise para avaliar o efeito das práticas de simplificação que já vêm sendo adotadas na SPOC/MPU a partir de 2020, o índice FRE mais que dobra, quando comparados os fragmentos do RG/RI de 2018 e o desenvolvido pela autora do presente estudo. As notas da análise do fragmento de 2018 resultaram em um FRE de 29.1 e nível ALT 16, que representa “média legibilidade”, sendo adequado para universitários em final de graduação.

Quanto a compreensibilidade, os questionários mostraram ganhos robustos de tempo nas respostas apresentadas. Enquanto o grupo 1 totalizou 811,8 minutos para responder as 10 primeiras questões da Parte I, este tempo foi de 323,33 minutos para o grupo 2 mesmo com um

respondente a mais. A média de resposta por questão foi de 4,27 minutos no grupo 1 e apenas 1,64 no grupo 2. O número de acertos foi de 107, ou 53,5%, no Grupo 1 e de 174, ou 82,9%, no grupo 2.

Contudo, a despeito dos ganhos, o estudo apresenta fragilidades, a exemplo das limitações para encontrar modelos mais robustos para aferição da compreensibilidade. No mesmo sentido, o estudo não foi capaz de medir com precisão o tempo gasto informado pelos respondentes, aspecto que fragiliza os resultados, uma vez que o quesito tempo detém relevada importância na métrica, podendo demonstrar o quanto a informação está ou não apresentada de forma clara e simples.

De toda sorte, com base nos resultados, recomenda-se que a elaboração de um RG/RI adote uma linguagem mais clara, com uso de palavras mais simples, frases curtas e diretas, *design* mais atrativo, gráficos e infográficos, estratégias de tipologia textual e disponibilização de glossário para palavras técnicas complexas, mas cuja ausência dificulta ou inviabiliza a compreensão da informação.

A partir dos resultados obtidos, entende-se que novas pesquisas poderiam abordar a legibilidade e compreensibilidade a partir do uso da análise de conteúdo, tendo em vista o impacto positivo que esta técnica pode incutir transformando grande quantidade de textos, característico do RG/RI, em resumos sistematicamente organizados e concisos (Erlingsson & Brysiewicz, 2017).

No mesmo sentido, novos trabalhos podem avaliar o desenvolvimento de métricas da temática ESG para o Poder Público, bem como métodos de aferição do que vem sendo feito a este respeito e a forma como tais iniciativas são comunicadas. Também parece oportuno pesquisas comparativas entre organizações que adotam ou não a temática ESG como componente não financeiro do RG/RI. E, ainda, pesquisas em torno da capacidade dos órgãos públicos em relacionar orçamento, planejamento estratégico e sustentabilidade, entregando mais valor à sociedade.

Por fim, e considerando o crescimento da importância de buscar uma linguagem simples na administração pública, seria oportuno a realização de estudos avaliando as mediadas adotadas para este fim e a efetividade de tais iniciativas em outras áreas além da orçamentária e financeira abordada neste trabalho.

Em síntese, a despeito das fragilidades apontadas, acredita-se que este estudo contribui com a academia e o poder público ao demonstrar resultados positivos a partir da comparação de fragmento atual e outro desenvolvido com uso de linguagem mais simples, apresentação em *design* mais claro e instrumentos de tipologia textual. Os resultados obtidos são promissores, sobretudo em razão de o RG/RI ser um instrumento de prestação de contas que deve permitir que os cidadãos entendam o que está escrito e façam uso destas informações, caso desejem fazê-lo. Entende-se que um RG/RI mais claro e visualmente atrativo pode configurar um importante instrumento de melhora da tomada de decisão para o gestor e, sobretudo, de ampliação da participação social no acompanhamento da atuação dos órgãos públicos.

### **3 PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO: FRAMEWORK PARA UM RELATO INTEGRADO SIMPLIFICADO**

#### **3.1 Introdução**

Considerando que a decisão sobre onde aplicar o recurso público deve embasar-se também em critérios outros que não apenas o financeiro, o RG na forma do RI, exigido de todos os órgãos públicos pelo TCU, deve ser capaz de relacionar iniciativas de sustentabilidade institucional, a exemplo da temática ESG e, ainda, apresentar tais informações de modo mais claro e compreensível, permitindo a mensurações da atuação da instituição quanto à aplicação dos recursos, ações de sustentabilidade e demais ações estratégicas.

É nesse ambiente de conceitos e linguagens complexos, somado a exigências normativas de prestação de contas claras, simples e completas, que demonstrem a entrega de valor da instituição pública à sociedade, que se insere a proposta deste trabalho pelo desenvolvimento de um PTT que contribua para simplificar a informação divulgada pelos órgãos públicos, de maneira mais alinhada com as orientações do TCU e absorvendo práticas exitosas já bastante desenvolvidas na academia.

O PTT proposto é um *Framework* para a elaboração de um Relatório Integrado Simplificado visando ampliar a legibilidade e compreensibilidade do RG/RI como instrumento de gestão orçamentária; inserindo a temática ESG como elemento não financeiro do RI, dando sustento à visão integral do ambiente onde o gestor público atua e decide; e garantindo maior acesso e compreensão da população ao que é realizado e entregue pelos órgãos públicos.

O PTT *Framework* RIS enquadra-se como Processo/Tecnologia e Produto/Material não patenteáveis, vez que não conta com um mecanismo formal de proteção no Brasil (CAPES, 2019) e caracteriza-se como uma nova técnica para apresentar informações cuja divulgação decorre de obrigação legal.

O desenvolvimento do RIS foi motivado pela extensa bibliografia que destaca a necessidade de simplificar a linguagem e apresentar dados de forma mais compreensível (Yusuf & Jordan, 2012; Garwood, 2014; Fischer, 2018; Cabral & Aquino, 2020; Alves, 2021; Martins & Lima, 2021; Rodrigues et al., 2021; Lima et al., 2022; Alves et al., 2023a); pelos desafios percebidos na elaboração atual de um RG/RI no ambiente de trabalho da pesquisadora; e

também pelos resultados obtidos a partir da análise de legibilidade e compreensibilidade de fragmento do RG/RI do novo modelo desenvolvido pela pesquisadora.

Acredita-se que abordando a necessidade de simplificação da linguagem na Administração Pública; a tradução dos complexos relatórios financeiros e contábeis, através do Relatório Financeiro Popular; e a inserção da temática ESG como componente não financeiro do Relato Integrado, o RIS vai contribuir com uma prestação de contas mais clara e compreensível.

### **3.2 Base Teórica**

O desenvolvimento deste PTT embasa-se em extensa produção acadêmica sobre a necessidade e modos de apresentar informações de maneira mais clara e simples que, combinado com preceitos normativos e uma análise prática de fragmento de relatório de gestão mostrando melhoras na legibilidade e compreensibilidade, a partir de mudanças no conteúdo e forma de apresentar os dados, deram sustento à elaboração deste *Framework* para elaboração do RIS.

Há mais de quatro décadas países como Canadá e Estados Unidos da América vêm envidando esforços para adoção de uma linguagem mais simples nos atos da Administração Pública (Fischer, 2018; Garwood, 2014; Rodrigues et al., 2021) e, nas últimas três décadas, este foco de simplificação foi adicionado aos RFPs, pois, no orçamento público, *locus* a partir do qual todas as políticas públicas se efetivam, a complexidade e dificuldade da linguagem não é diferente, o que exige apuro e conhecimento dos tomadores de decisão sobre onde aportar os recursos, sabidamente escassos, de modo a entregar o maior valor possível à sociedade.

Esta constatação sobre a dificuldade em entender atos, dados e processos públicos não está restrita, contudo, à população em geral. Muitos gestores públicos, a despeito de serem especialistas em suas áreas de atuação, desconhecem a linguagem, termos e processos que permeiam sistemas complexos como o orçamentário e financeiro nacional (Silva Júnior, 2019), o que é um dificultador para o trabalho destes burocratas que conduzem a ação pública (Clay, 2007; Rodrigues et al., 2021; Alves et al., 2023b).

No mesmo sentido, a ausência de clareza e simplicidade nos termos dificulta, quando não inviabiliza, a noção de todo e, não raras vezes, os burocratas acabam por atuar de forma

isolada em seus nichos, sem uma noção panorâmica da instituição, resultando muitas vezes em tomada de decisões menos eficientes na alocação dos recursos de que dispõem (Barbera et al., 2016).

Uma iniciativa para evitar ações e informações isoladas é o ato de relatar a atuação governamental de forma integrada, prática a partir da qual a instituição apresenta informações financeiras juntamente com não financeiras, de modo a criar mais valor para a sociedade. A partir dessa nova forma de relatar, Kannenberg e Schreck (2019) apontam o RI como mais que uma mera alteração na forma de divulgar informações, mas um relatório com potencial de influenciar as estratégias, a comunicação e a tomada de decisão que, ao unir sustentabilidade e informações financeiras, por exemplo, pode resultar em decisões ecológica e socialmente vantajosas.

Nesse sentido, estudos demonstraram a relação positiva entre práticas de gestão sustentável e melhorias nos resultados operacionais e de desempenho, com menores custos de capital e melhores resultados financeiros (Cort & Esty, 2020), sobretudo para organizações localizadas em países emergentes (Lima & Jucá, 2024).

Seguindo a tendência de relatar de forma integrada, o TCU passa a exigir que os órgãos apresentem seus relatórios de gestão neste formato integrado e, inclusive, disponibiliza um guia com pontos a serem observados. Soma-se a isto o fato de que, a partir do Acórdão 1205/2023 – TCU Plenário, a Corte de Contas passou a coletar iniciativas da temática ESG por meio do Levantamento iESGo 2024 - Índice ESG, corroborando com a ideia inicial deste estudo de que tais métricas tendem a ganhar força também no serviço público.

Contudo, a despeito da grande quantidade de iniciativas e orientações para informar de maneira mais simples e clara, estudos demonstram que os relatórios apresentados até o momento se mostram mais complexos e menos compreensíveis, e com linguagem muito técnica (Roman et al., 2019; Stone & Lodhia, 2019; Alves, 2021; Alves et al., 2023b).

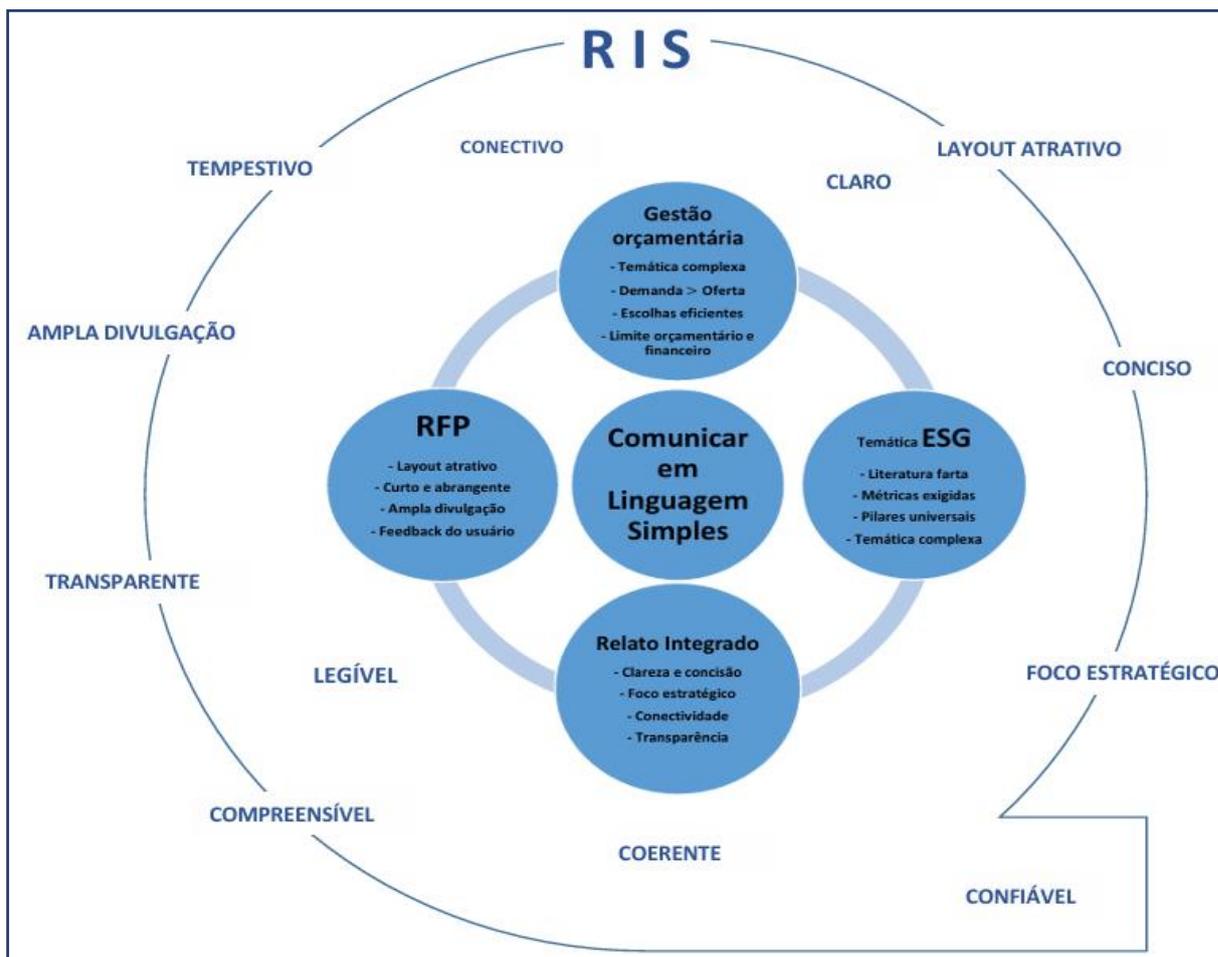
Dessa forma, o *Framework* para elaboração do RIS foi desenvolvido a partir da junção das características presentes na literatura dos RFPs e do RG/RI, utilizando nesse processo os elementos da Teoria da Comunicação e orientações de Linguagem Simples, sugerindo ainda o acréscimo de tópico específico para abordar os três critérios da temática ESG. Espera-se que o RIS contribua para a produção de relatórios públicos que efetivamente consigam “traduzir” para os gestores públicos, bem como para a sociedade, o que é feito com os recursos públicos e como

as decisões podem ser tomadas levando em conta os interesses prioritários de cada instituição, a partir de uma visão holística.

As temáticas que subsidiaram a decisão pelo desenvolvimento do RIS podem ser esquematizadas conforme a Figura 10.

**Figura 10**

*Temáticas consideradas para o desenvolvimento do RIS*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

### 3.3 Diagnóstico e Desenvolvimento do *Framework* de Relato Integrado Simplificado

#### 3.3.1 Diagnóstico

A ideia de desenvolver o PTT embasou-se em quatro pontos principais: a) existência de extensa bibliografia sobre a necessidade de simplificar a linguagem e apresentar dados de forma

mais compreensível; b) práticas exitosas que já vêm sendo desenvolvidas no âmbito da SPOC, com ganhos na aplicação dos recursos; c) observação prática dos desafios na elaboração do RG na forma de RI (RG/RI) no ambiente de trabalho da pesquisadora; e d) resultados obtidos com a análise de legibilidade e compreensibilidade de fragmento do RG/RI 2023 do MPF, a partir da comparação do tópico “Gestão Orçamentária e Financeira” publicado e um novo modelo desenvolvido pela pesquisadora para o mesmo fragmento.

A base teórica usada no PTT demonstra a profusão de estudos versando sobre a importância de uma comunicação clara e simples para a apresentação de informações, sobretudo aquelas que envolvem temáticas complexas como a orçamentário-financeira e ESG.

O desenvolvimento do RIS também foi motivado por práticas exitosas de difusão de uma cultura orçamentária mais clara e simples, implantadas no MPF e MPU a partir de 2020, cujos resultados positivos são mensuráveis, a exemplo da Política Saldo Zero e da Proposta Orçamentária Simplificada.

A Política Saldo Zero teve início em 2020 com o objetivo de garantir a utilização plena e qualificada dos recursos. Através de reuniões, uso de informações e orientações em linguagem mais clara e simples foi possível evitar grandes perdas. Em 2019, a perda orçamentária foi de R\$ 12,3 milhões de reais, chegando a apenas 474 mil em 2023; já a perda financeira diminuiu de R\$ 20,7 milhões para 3,8 milhões no mesmo período. Os dados sobre a execução do MPF, que demonstra, em parte, os efeitos da Política Saldo Zero, podem ser visualizados na Tabela 1 desta Dissertação.

Merece destaque ainda a Proposta Orçamentária Simplificada, que, por meio de linguagem simples e concisa, técnicas de comunicação visual e uso de imagens e gráficos, reduziu em 80% o tamanho da proposta orçamentária de 2024 se comparado à proposta de 2019. O novo modelo traz ainda *QR Code* com o detalhamento das despesas previstas até o nível de elemento e subelemento.

A opção pela simplificação da proposta orçamentária e utilização mais eficiente dos recursos orçamentários e financeiros institucionais relaciona-se com a abordagem proposta pelo RIS, pois ambos os projetos mencionados apresentam dados de forma mais concisa, clara e compreensível, facilitando a visualização e compreensão do usuário em geral e auxiliando na tomada de decisão do gestor.

No que se refere especificamente à elaboração do RG/RI, a realização de reuniões com vários setores envolvidos, bem como a análise da integralidade do relatório publicado no MPF em 2023 demonstrou que, a exemplo do que ocorre em outros órgãos públicos, tem sido observada a estrutura básica sugerida pelo TCU, contudo, aspectos como a simplificação da linguagem, concisão, *design* mais atrativo e interação com as partes interessadas ainda demandam atenção. No mesmo sentido, a adoção de um guia com diretrizes para todos os setores envolvidos pode facilitar a elaboração deste importante relatório que atende aos ditames legais de prestação de contas.

Já o caso prático cuidou de analisar a legibilidade e compreensibilidade de fragmento do RG/RI 2023 do MPF “Gestão Orçamentária e Financeira” publicado em 2023 e um novo modelo desenvolvido e proposto pela pesquisadora para o mesmo fragmento.

A análise da legibilidade resultou em um índice FRE de 51.7 para o texto publicado pelo MPF em 2023 e nível 12 para o ALT, considerado “alta legibilidade” o que significa que o texto é legível para um público de adolescentes entre 17 e 18 anos. Quanto à complexidade das palavras, 15% foram consideradas complexas e as frases longas e muito longas estão muito presentes no texto.

Já para o relatório desenvolvido pela pesquisadora, a nota do FRE foi 60.9, quase 10 pontos acima do atual. O nível ALT foi 9, que também é uma “alta legibilidade”, mas alcança um maior contingente por ser legível para um público de adolescentes a partir de 14 e 15 anos. No que se refere à complexidade das palavras, o percentual baixou para 10,2% na nova versão. Permaneceram apenas sete frases longas e nenhuma considerada muito longa.

Diante da alta legibilidade do relatório publicado em 2023, buscou-se analisar se os resultados poderiam estar relacionados às iniciativas de simplificação da linguagem e apresentação mais clara de dados que já vêm sendo adotadas nos últimos cinco anos, no âmbito da SPOC, unidade responsável pela elaboração do fragmento Gestão Orçamentária e Financeira. Ao analisar o fragmento semelhante publicado em 2018, relatório que antecedeu às novas iniciativas, as notas obtidas foram bem diferentes: o índice FRE foi de 29.1 e o nível ALT de 16, que representa “média legibilidade”, sendo adequado para universitários em final de graduação. O percentual de palavras complexas foi de 26,3% e a quase totalidade das frases são longas ou muito longas.

Isto significa que em cinco anos foi possível sair de uma legibilidade adequada a universitário em final de graduação (texto de 2018) para um texto legível para adolescente de 14 e 15 anos (texto proposto pela pesquisadora), resultando em um ganho de aproximadamente 8 anos, se considerarmos apenas a métrica da escolaridade.

Quanto a compreensibilidade, os questionários mostraram ganhos robustos de tempo nas respostas apresentadas no modelo proposto. Enquanto o grupo 1 totalizou 811,8 minutos para responder as 10 primeiras questões, este tempo foi de 323,33 minutos para o grupo 2, mesmo com um respondente a mais. A média de resposta por questão foi de 4,27 minutos no grupo 1, e apenas 1,64 no grupo 2. O número de acertos foi de 107, ou 53,5%, no Grupo 1, e de 174, ou 82,9%, no grupo 2.

A análise entre o modelo atual publicado e o proposto mostrou que alterações como o tamanho e escolha das palavras, tamanho das frases, uso de gráficos e infográficos, tipologia textual, uniformidade de cores e adoção de um *design* mais atrativo podem contribuir para ampliar a legibilidade e compreensibilidade dos relatórios públicos, podendo resultar na melhora da tomada de decisão do gestor, bem como na compreensão e fiscalização da sociedade.

As conclusões obtidas a partir do estudo teórico, da experiência profissional e da análise prática de legibilidade e compreensibilidade de relatórios de gestão podem ser assim resumidas:

- ✓ O uso de uma linguagem simples e acessível contribui para que as partes interessadas compreendam melhor os conceitos relacionados aos recursos públicos e à atuação institucional;
- ✓ A aplicação dos recursos disponíveis precisa estar relacionada às prioridades da instituição, de modo a entregar mais valor à sociedade, e estas prioridades precisam ser relatadas e claramente compreendidas;
- ✓ Estudos demonstram que a adoção das características usadas nos RFPs facilita a compreensão das partes interessadas;
- ✓ A iniciativa privada e, mais recentemente, os órgãos públicos, começam a ser demandados a prestarem contas de ações relacionadas à sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e de governança, ganhando destaque a temática ESG;

- ✓ O TCU passou a exigir, desde 2018, que os órgãos públicos apresentem seus RGs na forma de RI, e disponibiliza orientações para a apresentação desses relatórios, com definição de características básicas;
- ✓ Apesar de todos os instrumentos e mecanismos já fartamente divulgados pela academia, estudos mostram que os relatórios continuam longos e complexos.

Diante dessas conclusões, o RIS propõe unir as características dos RFPs e do RG/RI com elementos de comunicação e da temática ESG, todos abordados com uma linguagem simples, que resulte na entrega de diretrizes norteadoras para os órgãos públicos elaborarem um RG na forma de RI, de maneira mais simplificada e com resultado mais inteligível.

Espera-se que o RIS seja capaz de efetivamente auxiliar na promoção da transparência e comunicabilidade com os tomadores de decisão das instituições públicas, refletindo positivamente nas escolhas alocativas e resultando em otimização na aplicação dos recursos públicos financeiros e não financeiros, além de permitir melhor compreensão das atividades públicas pela sociedade em geral.

### **3.3.2 Desenvolvimento**

A partir dos resultados obtidos com a comparação da legibilidade e compreensibilidade de relatórios de gestão, para o fragmento Gestão Orçamentária e Financeira, realizada mediante análise do fragmento publicado e outro desenvolvido pela pesquisadora, o *Framework* para elaboração do RIS foi idealizado para funcionar como um guia prático na elaboração do RG/RI, e sugere a observação de seis tópicos inter-relacionados.

#### **3.3.2.1 Atos Preparatórios**

Considerando que o RG/RI é um instrumento oficial de prestação de contas que decorre de determinação legal, é imprescindível o cuidado com os aspectos que o cercam, sendo importante formalizar o processo de sua elaboração com a definição dos setores e servidores que irão atuar.

Como a publicação e disponibilização do relatório deve ocorrer até 31 de março do ano seguinte ao que se refere, conforme dispõe a Portaria-TCU Nº 75, de 29 de março de 2023,

Anexo II, seria adequado que os atos preparatórios fossem iniciados ainda no ano anterior ao da publicação, tais como a edição de portaria ou outro ato formal designando os setores e servidores envolvidos na elaboração do RG/RI e a reunião inicial de alinhamento.

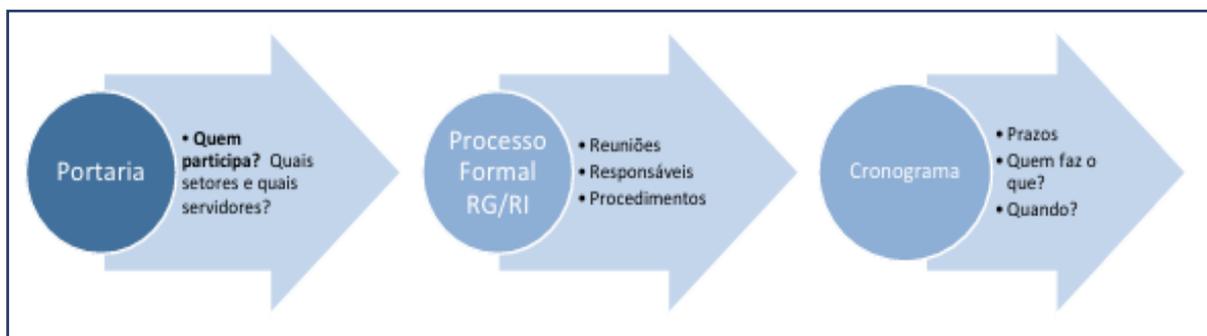
É imprescindível a criação de um processo eletrônico que englobe todos os atos relacionados à elaboração do RG/RI. Isto agrega segurança nos dados disponibilizados, bem como facilita consultas e ajustes futuros.

Ato contínuo, é importante uma primeira reunião de alinhamento para definição do papel de cada setor e indivíduo no processo, aprovação de um cronograma de entregas e considerações iniciais sobre estrutura, conteúdo e forma. Nestes contatos iniciais também pode ser destacada a importância de avaliar o RG/RI de outros órgãos buscando ideias e adotando boas práticas. É importante lembrar que não é preciso criar tudo, é possível e recomendável adotar boas ideias de outros órgãos, sempre tendo o cuidado de informar os créditos.

Os atos preparatórios podem ser resumidos conforme a Figura 11.

**Figura 11**

*Infográfico de Atos Preparatórios (RIS)*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

### 3.3.2.2 Estrutura

O ponto de partida para os elaboradores de RG/RI é a consciência de que este relatório corresponde à prestação de contas do órgão e decorre de mandamento constitucional, conforme dispõe o artigo 71 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Constituição Federal, 1988). A competência para julgar estas contas dos órgãos federais é do TCU, logo, é imprescindível que os órgãos públicos observem as diretrizes e os normativos do TCU sobre a apresentação de seu RG/RI.

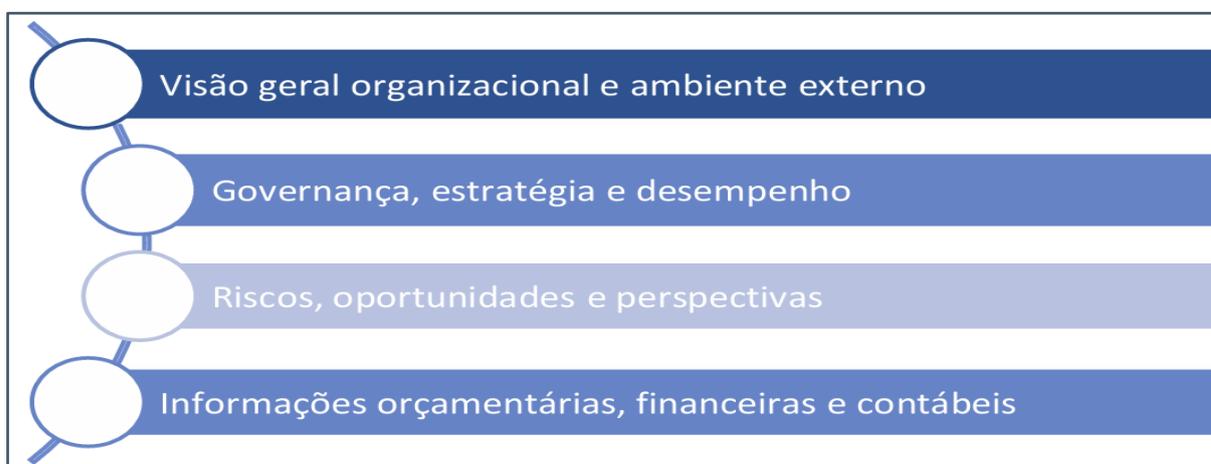
Através do RG – Guia para elaboração na forma de RI, da Estrutura Internacional de RI e da Decisão Normativa-TCU 198/2022, o TCU apresenta as diretrizes a serem adotadas pelos órgãos que são obrigados a prestarem contas. Como diretrizes que são, parte deste conteúdo pode ser adaptado para a realidade do órgão que está elaborando seu RG/RI, uma vez que os órgãos públicos possuem naturezas muito distintas.

A Estrutura é o esqueleto do RG/RI, normalmente pode ser resumida no sumário do relatório. Nesta fase, o importante é definir os itens que o TCU aponta como essenciais e avaliar o que é importante acrescentar, segundo a natureza do órgão. A materialidade já começa a ser observada aqui para eleger o que é mais importante fazer parte ou não do RG/RI.

Baseado nos 8 (oito) Elementos de Conteúdo elencados no EIRI, e adaptando-os para o setor público, o TCU apresenta 4 (quatro) Elementos de Conteúdo para sustentar a preparação do RG/RI pelos órgãos federais (Figura 12).

**Figura 12**

*Elementos de Conteúdo do RG/RI – TCU*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

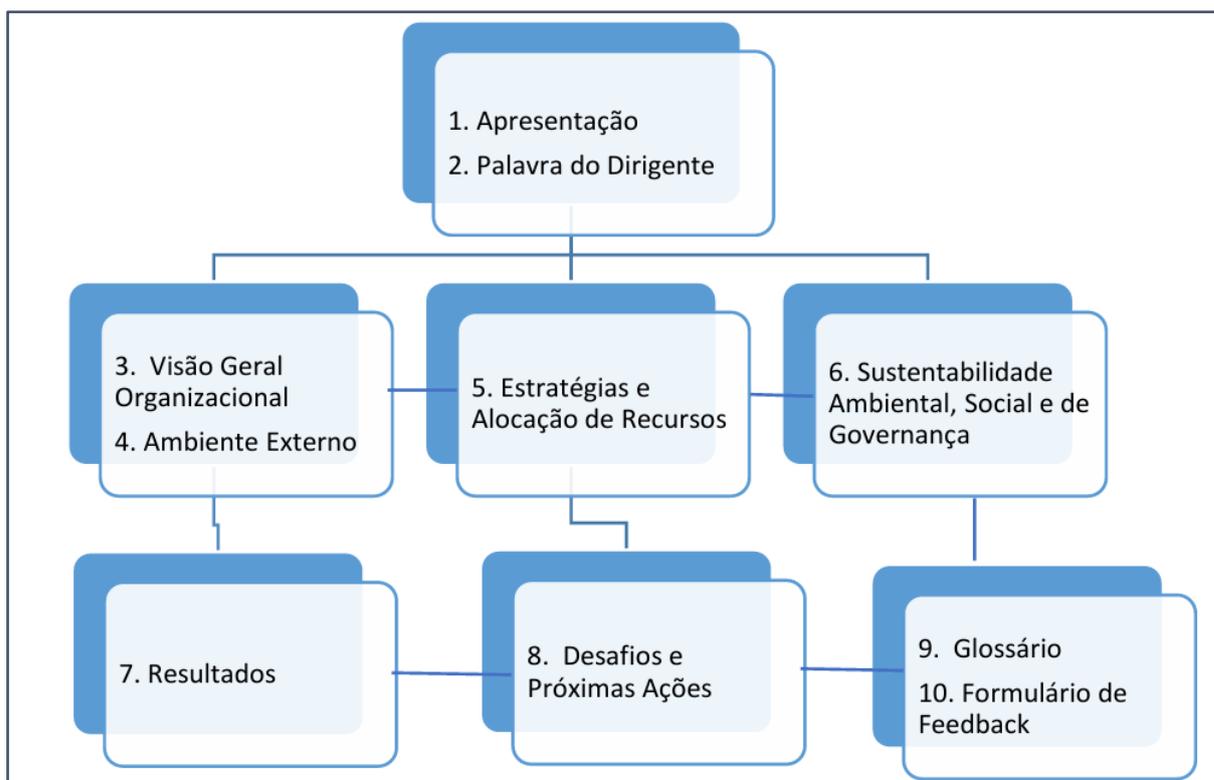
Embora o termo usado pelo TCU seja Elementos de Conteúdo, optou-se por deixá-los na parte de Estrutura do *Framework* RIS, onde são elencados os tópicos. Na parte de Conteúdo vai-se discorrer sobre as informações que irão preencher tais tópicos estruturais.

É importante observar que entre os 4 (quatro) Elementos do TCU não há menção especificamente à sustentabilidade ambiental e social. O lado não financeiro do RI ainda está por conta da governança e estratégia. Contudo, considerando o recente questionário eletrônico do TCU “Levantamento iESGo 2024 - Índice ESG”, somado a estudos que apontam a cultura

ESG como um dos códigos de conduta da época atual (Beneton, 2022), parece importante destinar tópico próprio no RG/RI para abordar a Sustentabilidade Ambiental, Social e de Governança, relacionando estas iniciativas institucionais com os objetivos estratégicos e a alocação de recursos, de modo a criar um histórico de iniciativas, passível de medição. Uma representação gráfica da Estrutura pode ser semelhante à Figura 13.

**Figura 13**

*Infográfico de Estrutura RG/RI (RIS)*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em síntese, é importante observar os 4 (quatro) Elementos do TCU, embora a forma de dispô-los no texto é livre, bem como a opção para inserir outros elementos que o órgão entender oportuno. Neste sentido, considere inserir um tópico específico sobre Desafios e Próximas Ações ou conclua cada tópico mencionando os desafios e as próximas ações para aquele assunto abordado. Isto auxilia o gestor a entender as dificuldades da instituição como um todo, bem como as expectativas para o ano seguinte, o que contribui para sua tomada de decisão.

### 3.3.2.3 Conteúdo

Definida a Estrutura, o próximo passo é escolher o Conteúdo que irá preenchê-la. Para facilitar, existem princípios elencados pelo TCU a serem observados (Figura 14).

**Figura 14**

*Princípios do RG/RI – TCU*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No Conteúdo será definido o que é materialmente importante para preencher os tópicos que foram definidos anteriormente na Estrutura para o relatório, sendo importante que todos os aspectos apontados como materialmente importantes sejam abordados, inclusive eventuais aspectos negativos, atendendo ao princípio da completude. Este é um ponto desafiador, sobretudo em órgãos com atuação muito pulverizada, porque pode resultar que cada unidade queira apresentar com riqueza de detalhes sua atuação, ou que seja difícil conectar informações muito diferentes, o que comprometeria princípios como concisão e conectividade.

Uma estratégia para evitar o agigantamento do relatório é definir o espaço disponível e um modelo a ser preenchido pelas áreas cujas informações são mais subjetivas, solicitando, por exemplo, apontar as cinco principais iniciativas no ano e explicando cada uma delas em um ou dois parágrafos. A criação de um roteiro básico a ser seguido por unidades semelhantes também pode ajudar no estabelecimento do conteúdo. No mesmo sentido, é importante avaliar como a atuação das unidades do órgão se relacionam com o planejamento estratégico institucional.

Para fins de observância dos princípios de confiabilidade, transparência, coerência e comparabilidade, entende-se imprescindível a necessidade de uniformização no uso de critérios para coleta e apresentação dos dados, para as áreas semelhantes. Por exemplo, ao prestar informações da execução orçamentária e financeira, o relatório vai adotar o critério de UO ou

de Unidade Gestora Executora (UGE)? Não há obrigatoriedade de usar um ou outro, mas é preciso que se diga qual será usado e, definido qual, todos os dados sejam obtidos a partir do critério escolhido.

A depender da escolha para o exemplo acima, os números serão diferentes em razão dos valores executados por outros órgãos ou recebidos de outros órgãos. Assim, para os operadores de orçamento, finanças e contabilidade, é importante definir o critério que vai adotar e, tanto quanto possível, explicar as variações e a que elas se referem, afinal, é um relatório de prestação de contas, logo, os números não podem deixar espaço para dúvidas.

Ainda quanto aos critérios, imaginem a apresentação de dados sobre gastos com tecnologia da informação ou infraestrutura administrativa. Qual critério será adotado para a coleta de dados? Será a execução pela UGE ou por Plano Interno (PI)? Estes são aspectos internos e pretéritos à elaboração do RG/RI, mas que precisam ser claramente definidos entre os técnicos para evitar que os dados pareçam imprecisos ou errados na análise de quem os recebe e não conhece estas particularidades de execução orçamentária.

É oportuno destacar que, a depender da natureza do órgão, apresentar resultados de sua atuação pode ser algo complexo, o que vai exigir mais esforço dos envolvidos. Por exemplo, se a competência principal de um órgão é construir e adequar estradas, a métrica é mais simples, podendo girar em torno de quilômetros construídos, restaurados ou duplicados.

Mas, o que fazer quando a atuação finalística de um órgão é atuação judicial e extrajudicial? Como se mede o valor entregue em uma ação civil pública apresentada para defender os interesses de 20 mil pessoas? Do ponto de vista público, foram 20 mil potenciais ações individuais que deixaram de ser propostas, evitando sobrecarregar o Poder Judiciário; sob a ótica privada, 20 mil pessoas deixaram de arcar com custos advocatícios ou de buscar apoio na Defensoria Pública. A complexidade de uma iniciativa deste porte dificulta a medição. Se usada a métrica de número de ações propostas, ela representa apenas 1 (uma), mas não reflete o valor social efetivamente entregue pela iniciativa.

Assim, dadas estas particularidades, é importante que as partes envolvidas na elaboração do RG/RI discorram sobre a criação de métricas que consigam refletir a entrega de valor do órgão e possam ser medidas e comparadas ao longo dos anos, permitindo compor uma série histórica.

Ainda no que se refere aos critérios, é importante destacar que não se trata de determinar a escolha de um ou outro, mas de escolher aqueles que o órgão entenda mais adequados e uniformizar sua adoção para assuntos semelhantes, evitando que algumas informações aparentem estar distorcidas ou falhas quando, de fato, apenas foram obtidos por critérios distintos.

Retomando o princípio da confiabilidade da informação, é imprescindível a apresentação de fonte e data da consulta que originou aquela informação. Via de regra, o RG/RI é elaborado com a participação de diversas unidades dentro de cada órgão, sendo imprescindível a ratificação das informações pelo responsável da área mediante assinatura do conteúdo enviado para compor o RG/RI.

Neste mesmo sentido, os organogramas das estruturas de decisão exigem uma atenção especial porque remetem a aspectos hierárquicos. Assim, não é adequado usar a mesma cor ou símbolo para apresentar unidades hierarquicamente distintas na instituição, pois isto gera confusão para o leitor. Destacando mais uma vez que se trata de um relatório oficial de prestação de contas, os organogramas do RG/RI precisam informar o embasamento legal para a referida estrutura apresentada.

Ainda tratando de confiabilidade, transparência e inserindo o princípio da relação com as partes interessadas, é imprescindível a disponibilização do RG/RI também em formato portátil de documento. Isto facilita o acesso e consulta das partes interessadas, permite acompanhar mais facilmente eventuais alterações de conteúdo, e não exige que o usuário permaneça todo o tempo de leitura na internet, como ocorre com as publicações feitas exclusivamente no formato direto em rede (HTML). De toda forma, para os que preferem acesso direto, importa também a disponibilização em rede, sendo adequado a exibição em ambos os formatos.

De toda sorte, para além do formato de exibição de relatórios, que indubitavelmente precisam garantir segurança e transparência das informações e maior acesso aos usuários, é importante que os órgãos públicos busquem outras formas de interação com o público, a exemplo da adoção de *storytelling* visual, vídeos, painéis *online* e até mesmo o desenvolvimento de um aplicativo. Estes são exemplos de iniciativas que podem aproximar as pessoas da atuação pública por meio de uma apresentação mais amigável dos dados.

Ainda com relação às partes interessadas, é necessário um olhar dos órgãos públicos para um contingente de 18,6 milhões de pessoas com deficiência (IBGE, 2023) que demandam soluções que lhes permitam exercer plenamente seus direitos, inclusive o de acesso à informação. Inserir a temática das pessoas com deficiência nas estratégias e políticas dos órgãos públicos é essencial para efetivar a *accountability* social sobre inclusão e acessibilidade, como advogam Lima et al. (2023).

Iniciativas vêm sendo adotadas através do uso de avatares, uma espécie de tecnologia assistiva que traduz textos ou sons, em tempo real, do Português para Libras (Moraes et al., 2018). A respeito da importância no uso desta tecnologia, Gesser (2009) destaca que a legitimação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é capaz de mudar a visão atual de surdez como uma deficiência e torná-la apenas uma diferença linguística.

Outro ponto importante é disponibilizar os contatos dos gestores responsáveis pelas áreas cuja atuação e informações constam do RG/RI, isto aumenta a transparência, facilita o esclarecimento de dúvidas e permite que o usuário saiba a quem se dirigir para esclarecimentos de questões específicas.

Para ampliar a disponibilização de informação sem inserir todo o conteúdo no RG/RI, é possível fazer remissão ao relatório de atividade usualmente elaborado pelas unidades dos órgãos, onde consta o detalhamento do que foi feito. Isto permite o acesso pormenorizado a informações detalhadas sem que o RG/RI fique repleto de texto com informações específicas de determinado segmento. Neste ponto, é importante utilizar o instrumento do hiperlink para que o usuário possa acessar o relatório de atividade a partir do RG/RI, caso assim prefira.

Outro aspecto importante para as informações contábil, orçamentária e financeiras é a disponibilização do detalhamento das despesas com a simples utilização de um *QR Code*, o que pode ser feito até o nível de elemento ou subelemento. De fato, a imensa maioria das pessoas não demanda uma informação neste nível de detalhamento, sobretudo por não conhecer a temática. Contudo, caso alguém tenha interesse, é importante que a concisão do relatório não impeça o acesso à informação completa. Trata-se de medida simples, mas de grande impacto em um relatório de prestação de contas.

Vale destacar ainda que uma maneira de facilitar a compreensão de quem lê é desenvolver uma introdução para cada novo capítulo, informando o que vai ser abordado no

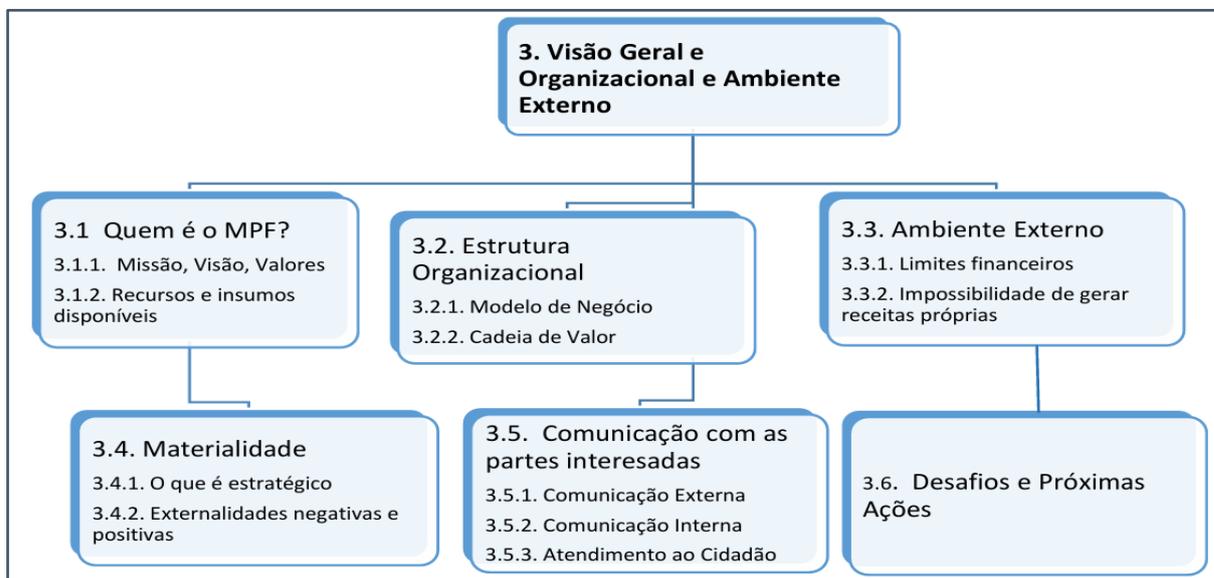
tópico em questão, bem como encerrar o capítulo com uma conclusão sobre os principais pontos tratados e, sempre que possível, fazendo um vínculo com o tópico ou capítulo seguinte.

Por fim, é importante dar oportunidade para que as partes interessadas atuem diante das informações que lhe foram prestadas. Para tanto, o órgão precisa adotar iniciativas de ampla divulgação do RG/RI e disponibilizar instrumentos para *feedback*, ou seja, que permitam ao cidadão sugerir, questionar e opinar sobre as informações que lhe foram prestadas. Estas são características já sedimentadas para os RFPs e que podem ser utilizadas no RG/RI como mecanismo de ampliação do acesso, participação das partes interessadas e ajustes a partir das considerações e/ou críticas recebidas.

Uma apresentação gráfica do Conteúdo pode ser visualizada na Figura 15 e toma como modelo de detalhamento o item 3 do infográfico apresentado na Figura 13, para o tópico Estrutura.

**Figura 15**

*Infográfico de Conteúdo RG/RI (RIS)*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

#### 3.3.2.4 Forma

Tendo em vista que um dos pontos de destaque do RIS é informar de maneira clara e simples o modo como o conteúdo é apresentado faz toda a diferença, logo, a escolha de cores,

elementos gráficos, imagens, símbolos, fontes e até espaçamento vai influenciar na compreensão da informação apresentada (Williams, 2005; Almeida, 2023). Neste tópico, subdivide-se o assunto em 3 partes:

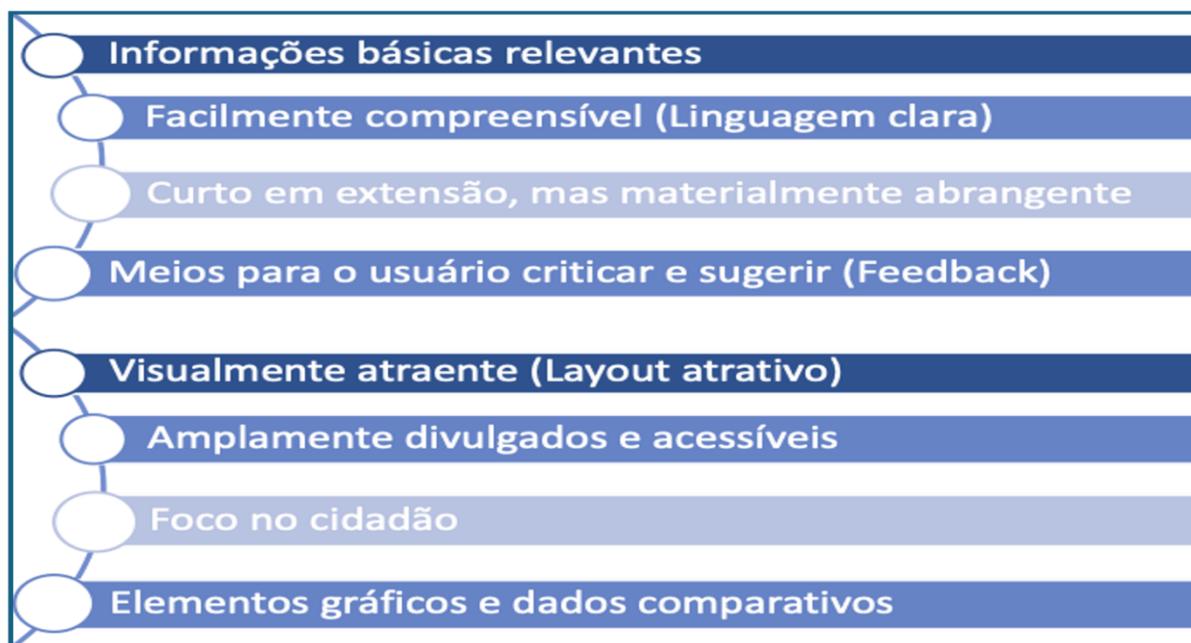
- ✓ Características dos Relatórios Financeiros Populares;
- ✓ Identidade visual do órgão;
- ✓ *Design* e Tipologia.

### *Características dos Relatórios Financeiros Populares*

Considerando as características já fortemente sedimentadas na literatura para apresentação de RFPs, seu uso pode contribuir para um RI mais claro, visualmente atrativo e com melhor legibilidade. As características dos RFPs são resumidas na Figura 16.

**Figura 16**

*Características dos Relatórios Financeiros Populares*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Da junção destas características já utilizadas nos RFPs com os princípios apontados pelo TCU pode-se observar um espelhamento em muitos aspectos, mas também uma complementariedade.

Os princípios da materialidade, concisão e completude assemelham-se às características de um relatório “curto em extensão, mas materialmente abrangente” e com “informações básicas e relevantes”; o princípio da relação com as partes interessadas é mais amplo e engloba a característica do foco no cidadão; e os princípios da clareza e comparabilidade assemelham-se às características de um relatório facilmente compreensível, com linguagem simples e dados comparativos.

Assim, o RIS sugere abordar tais princípios e características sempre atendendo aos ditames normativos e buscando a complementariedade. Entende-se que o RG/RI pode ser enriquecido com elementos gráficos em um *layout* mais atraente, com iniciativas de ampla divulgação às partes interessadas e com instrumentos que permitam ao cidadão sugerir, questionar e opinar sobre as informações que lhe foram prestadas (*Feedback*).

### *Identidade visual*

A identidade de uma instituição forma-se ao longo de sua história e a partir do compartilhamento de valores com as partes interessadas. O liame entre a atuação institucional e o público alvo é fortalecido a partir da identidade visual que cada órgão ou empresa constrói, criando uma conexão entre seus valores e sua atuação com as partes interessadas e, sobretudo, individualizando-a, ao diferenciá-la das demais (Strunk, 2012).

Assim, é imprescindível que as informações divulgadas por um órgão público guardem consonância com sua unidade visual. Tamanha a importância deste aspecto que muitos órgãos dispõem de normas padronizadas sobre a identidade visual, de modo a criar este elo entre sua atuação e a comunicação sobre o que faz. Assim, o RG/RI deve adotar as cores e símbolos da instituição para definição dos aspectos visuais, criando uma uniformidade para o relatório. Neste momento, ganha destaque a atuação da equipe de comunicação do órgão para o desenvolvimento de um *design* claro, atraente, legível e relacionado à Identidade Visual do Órgão.

Definida a identidade visual, a atenção adicional na forma de apresentação deve seguir orientações de comunicação centradas nas fontes, cores secundárias, estratégias de destaque, uso de gráfico e infográficos e busca de unidade e descanso visual. A este respeito, oportuno lembrar o destaque bem-humorado feito por Williams (2005), para quem “os números e as porcentagens podem ser organizados de maneira a convidar à leitura e não a dormir” (p. 11).

## *Design e Tipologia*

Contraste, repetição, alinhamento e proximidade são os quatro princípios básicos de *design* apresentados por Williams (2005) e envolvem técnicas que auxiliam na construção de um texto mais claro e visualmente mais atrativo.

O contraste é apresentado como uma das maneiras mais eficazes de criar um atrativo visual, além de mostrar uma hierarquia de conteúdo. Assim, considerando que se deve hierarquizar as informações, começando com as mais importantes, seguidas das complementares e adicionais (Almeida, 2023), o contraste pode ser uma boa estratégia estética e de conteúdo. O contraste pode ser feito com uso de letras ou objetos grandes e pequenos, cores quentes e frias, elementos em direções opostas, espessuras diferentes de linhas, etc. O contraste permite criar interesse sobre o texto e organizar as informações hierarquicamente (Williams, 2005).

A repetição acrescenta uniformidade visual ao texto. Em um relatório, que costuma ser um texto maior, a adoção de um elemento de repetição melhora a uniformidade visual, passando a ideia de completude. A estratégia pode ser a de utilizar a mesma fonte para a primeira letra de cada capítulo, que pode ser destacada pelo contraste do tamanho; pode ser uma parte do logotipo do órgão; um símbolo eventualmente adotado no *design*, uma linha de mesma cor e espessura, dentre outros. O importante é utilizar este instrumento para garantir uniformidade em todo o texto.

O alinhamento relaciona-se à conexão visual, segundo Williams (2005), ele cria uma linha invisível que conecta o conteúdo e pode gerar a impressão de um texto mais limpo e esteticamente agradável. “Seus olhos gostam de ver tudo em ordem, pois isso cria uma sensação de calma e segurança” (Williams, 2005, p. 35).

A proximidade está ligada à relação que os itens têm entre si. Itens relacionados devem estar próximos, e os não relacionados distantes. É um princípio importante para segmentar e organizar as informações, permitindo a criação de espaços em branco que descansam o olhar do leitor, bem como facilitando a compreensão do que está sendo apresentado.

No que se refere à tipologia, ainda que o foco seja a questão estética, o objetivo principal continua sendo a comunicação. Assim, os tipos e as letras usadas não devem jamais inibir a comunicação, mas ao contrário, devem facilitá-la (Williams, 2005).

Considerando que o relatório é geralmente um texto de grande extensão, no fragmento de relatório desenvolvido para análise de legibilidade e compreensibilidade, optou-se por adotar uma relação concordante de tipos, utilizando fontes de uma mesma família e sem serifas. Esta opção facilita a harmonia do texto e confere uma estética mais calma e formal, (Williams, 2005), o que pareceu mais adequada a um texto versando sobre temática complexa, como o orçamento.

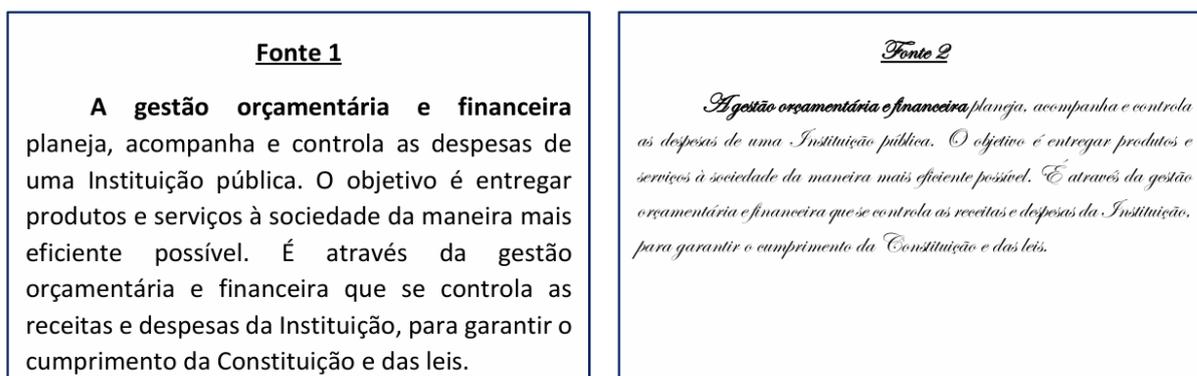
Porém, considerando que os órgãos, em regra, dispõem de *designers* em sua estrutura de comunicação, nada impede a adoção de fontes com relações conflitantes (combinar fontes diferentes, mas compostas de elementos similares) ou contrastantes (fontes diferentes compostas de elementos substancialmente diferentes), desde que a escolha consiga atrair a atenção do leitor, permitindo também descanso visual. Nunca é demais lembrar que o RG/RI é um texto extenso e, ainda que se alcance a concisão, será um texto que exige tempo e que conta com muitas informações, inclusive numéricas.

Assim, o cuidado com a fonte é muito importante, sendo oportuno adotar uma fonte legível, sem serifas, com tamanho igual ou maior que 12 (a partir de 16 para pessoas com baixa visão), tomando o cuidado de negritar ou colorir as palavras a destacar, em vez de usar itálico e sublinhado (Almeida, 2023).

Neste sentido, as imagens da Figura 17 mostram parte do relatório produzido para análise de legibilidade e compreensibilidade. O conteúdo é o mesmo, mas com fontes diferentes.

**Figura 17**

*Comparativo de Tipos de Fontes*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A fonte 1 é a *Calibre*, e fonte 2 é a *Edwardian Script ITC*. Ambas estão no tamanho 12 e com o mesmo espaçamento entrelinhas. Pode-se perceber a dificuldade para compreender o conteúdo na fonte 2, o que mostra o impacto que a escolha de uma fonte pode causar.

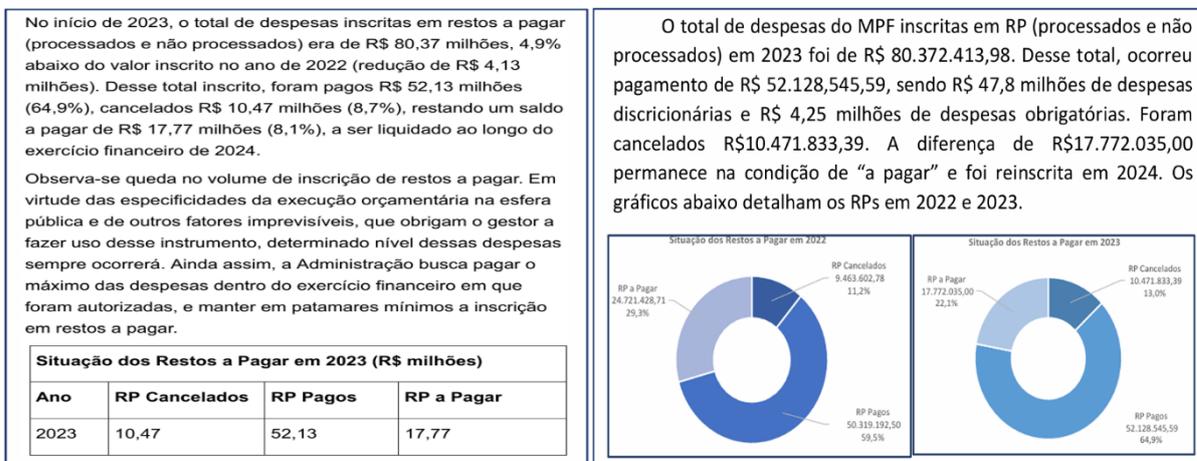
O conforto visual é algo a ser perseguido, sobretudo em textos maiores como relatórios. Almeida (2023) e Williams (2005) apontam alguns cuidados a serem observados:

- Use espaçamento 1,5 entre as frases, o que amplia a nitidez e reduz o cansaço;
- Opte por cores e elementos gráficos para individualizar os tópicos. No sumário, por exemplo, experimente ter uma cor ou uma imagem diferente para cada capítulo, mas sempre respeitando o padrão de cores escolhido no projeto gráfico;
- As imagens precisam ser claras, simples, autoexplicativas, remeter ao tema abordado e fazer sentido para o público e sua cultura. Evite imagens estrangeiras e prefira usar a imagem à esquerda do texto, para introduzir o que será lido. Atente sempre para eventuais direitos autorais;
- Evite separação de sílabas com hífen. Além de dificultar a compreensão, polui visualmente e é um complicador para a transformação do texto em padrão editável;
- Organize o texto para evitar que parte da frase fique em outra página; isto dificulta a compreensão.

Considerando que o RG/RI envolve informações financeiras e não financeiras, os gráficos e infográficos são muito bem-vindos, pois facilitam na compreensão dos dados. Porém, evite excesso de informações (Figura 18).

**Figura 18**

*Comparativo entre formas de apresentação de dados*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No exemplo há uma informação textual com tabela e um conteúdo semelhante apresentado com texto e gráfico. O gráfico, além de acrescentar o comparativo com 2022, que permite ver o comportamento destas despesas em relação ao ano anterior, facilita a visualização dos dados, inclusive para quem não é da área.

Ainda no que se refere a tabelas, sendo possível, evite-as, mas, se for importante usá-las, que sejam simples e claras, evitando pulverizar informações de maneira aleatória. Veja dois exemplos nas Tabelas 3 e 4 com informações semelhantes.

**Tabela 3**

*Dotação e Execução das Despesas do MPF em 2023 e 2022*

Despesa	2023					2022					Variação em RS	Variação em %
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago		
	[a]	[b]	[c]	[d]	[e]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]		
Pessoal e benefícios	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73	13,9%
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78	18,9%
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97	189,9%
Aquisição de imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97	-87,6%
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,51</b>	<b>15,0%</b>

Fonte: MPU (2023).

**Tabela 4***Despesas MPF 2023 e 2022 – Autorizado e Executado (Novo layout)*

Despesas MPF 2023 e 2022 - Autorizado e Executado											
Despesa	2023					2022					Variação (Valor pago) 2023- 2022
	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	
Pessoal e Benefícios	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97
Aquisição de Imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,50</b>

Fonte: Elaborado pela autora (*layout*) (2024).

Na Tabela 4 foi excluída a coluna de variação percentual e a linha de fórmulas. No mais, as informações são idênticas, mas a Tabela 4 está visualmente mais inteligível e menos poluída. O uso de cores também facilita a comparação dos dois exercícios. Desta forma, caso seja importante usar tabela, tente mantê-la visualmente mais limpa e insira apenas o que for realmente importante.

Como visto, o espaço dedicado a falar da forma é bastante extenso e repleto de particularidades e, é exatamente pela necessidade de apresentar um relatório visualmente atraente que os detalhes sobre fonte, espaço, cor, gráficos e outros são tão importantes. Assim, considerando que os órgãos dispõem de profissionais de comunicação voltados para criação, a atenção ao *design* pode ser o diferencial para uma comunicação mais eficiente.

### 3.3.2.5 *Elaboração*

Como uma informação complexa pode ser legível e compreensível? Este é o ponto norteador do RIS. Diante disso, ancorado no Movimento da Linguagem Simples, buscou-se utilizar palavras mais curtas (Flesch, 1948) e comuns, frases diretas, e, ao mesmo tempo, evitar jargões (Cabral & Aquino, 2020). Segundo Almeida (2023), a linguagem simples envolve uma escrita simples, uma organização visual simples e a validação com o público-alvo.

Os aspectos visuais da linguagem simples foram vistos no tópico Forma, restando a escrita simples e a validação para abordagem no tópico Elaboração, quando o texto efetivamente começa a ser produzido.

### *Linguagem simples*

Ao escrever, parta do princípio de que grande parte das pessoas não conhece o assunto abordado. Portanto, escreva apenas o essencial e da forma mais clara possível.

Use frases simples, diretas (evite voz passiva), curtas e afirmativas. Evite frases sem sujeito, muito grandes e com muitas vírgulas. Quando for o caso, considere enumerar os pontos da frase, usando marcadores quando houver mais de 3 (três). Ao desenvolverem um software para análise de legibilidade, Moreno et al. (2023) indicaram que sentenças longas, com 30 a 45 palavras, e muito longas, acima de 45 palavras, contribuem para a baixa legibilidade do texto.

Evite usar porcentagens, frações e números romanos, isto dificulta a compreensão. Sobre as palavras, evite as que forem desnecessárias e redundantes, adote as de uso comum e evite palavras estrangeiras, que dificultam ou impedem a compreensão (Almeida, 2023).

Contudo, a despeito do esforço em usar palavras mais simples e de uso mais comum, há palavras técnicas e difíceis, mas cuja utilização é indispensável. Além disso, há determinadas áreas do conhecimento que possuem inúmeros termos muito próprios e complexos, a exemplo do orçamento, finanças, contabilidade, temática ESG. Tome-se como exemplo as palavras empenho, liquidação e pagamento, todas são tidas como complexas (Moreno et al., 2023), contudo, não é possível falar de gestão orçamentária e financeira sem usá-las, e não há sinônimos para as mesmas.

Nestes casos, uma estratégia importante é desenvolver um Glossário com estas palavras cuja ausência poderia comprometer a compreensão da informação a ser transmitida. Para tanto, considere usar dentro do texto uma única e diferente cor para destacar todas as palavras que compõem o glossário, isto cria uma uniformidade e permite ao leitor saber que há uma definição para aquela palavra eventualmente não compreendida.

O mesmo ocorre com as muitas siglas que permeiam os relatórios públicos, sendo importante atentar para disponibilizar no RG/RI uma lista de abreviaturas com todos os termos constantes do relatório.

### *Validação do texto*

A validação do texto é o processo por meio do qual se verifica se o que foi escrito foi efetivamente compreendido. Neste sentido, a utilização do software ALT (Moreno et al., 2023), disponibilizado gratuitamente por meio do site [legibilidade.com](http://legibilidade.com), permite a análise de legibilidade de textos. Assim, após o desenvolvimento do texto a ser inserido no RG/RI, seria oportuno submetê-lo à análise de legibilidade para verificar se há marcação de palavras consideradas complexas e avaliar a troca por sinônimos mais conhecidos, quando possível; verificar frases longas, que são sublinhadas em amarelo pelo software; e as muito longas, sublinhadas em vermelho. Pequenas mudanças de texto podem resultar em melhoras bastante substanciais na legibilidade, facilitando a maneira de comunicar de forma mais clara e simples.

Outra forma de validar seu texto é criando um grupo de pessoas (validadores) que serão questionadas por um mediador, para saber o que entenderam do texto. É necessário que os validadores tenham as mesmas características do usuário final (Almeida, 2023).

Após a validação do texto, é importante avaliar a necessidade de reformular o mesmo.

Antes do envio para publicação, sugere-se uma revisão geral do texto, dos dados e dos gráficos, infográficos e imagens.

Destaque-se que todos os procedimentos de elaboração e validação precisam estar registrados no processo criado exclusivamente para elaboração do RG/RI. A versão final editável deve ser arquivada para consultas e eventuais ajustes futuros.

### *3.3.2.6 Publicação*

O TCU edita portaria a cada ano para regular o processo de prestação de contas e elege as Unidades de Prestação de Contas (UPC) que terão processos de julgamento das contas e aquelas que necessitam apenas apresentar e divulgar a prestação de contas na internet (TCU, 2023b).

O formato então fica a cargo do órgão. Neste sentido, o RG/RI pode ser publicado direto no site do órgão, no formato HTML, porém, sugere-se fortemente que uma versão do arquivo seja disponibilizada também em formato portátil de documento. Entende-se que apenas a disponibilização direta no site pode representar um limitador da transparência, à medida que não há controle sobre eventuais alterações, além de dificultar a análise do referido relatório para

peessoas que pretendem fazê-lo *off-line*, ou para as que não dispõem de internet para utilização durante a leitura de todo o relatório em rede. A disponibilização em ambos os formatos amplia as opções do usuário.

Além da publicação, e para atingir o intento de ampla divulgação, sugere-se que o órgão informe através de campanhas de comunicação e destaque em notícia no sítio eletrônico sobre a publicação do relatório, enfatizando a importância de sua leitura e a existência de formulário próprio para críticas e sugestões.

É imprescindível que o relatório conte com a assinatura do dirigente máximo da instituição, ratificando as informações ali apresentadas.

Por fim, como meio de ampliar o alcance da informação, sugere-se que o órgão considere a possibilidade de disponibilizar o RG/RI em uma versão de áudio e avalie a possibilidade de adotar a tecnologia para avatares de tradução do Português para Libras. Ainda no sentido de ampliar a acessibilidade, é importante que a temática das pessoas com deficiência suplante a mera adequação física de edificações e alcance também o ambiente digital.

### **3.4 Relevância do Produto**

Entende-se que o PTT proposto pode contribuir para a Administração Pública uma vez que aborda um tema que não foi totalmente explorado no Brasil e que envolve aspectos de importância central para a transparência, aplicação de recursos públicos e qualificação na tomada de decisões, atrelados a mecanismos que permitem às partes interessadas entenderem a informação disponibilizada.

A aplicação prática das mudanças de forma e conteúdo que subsidiou a criação deste PTT demonstrou uma melhora de legibilidade e compreensibilidade. O relatório deixou de ser legível apenas para universitários de fim de curso, no caso do fragmento de 2018, anterior a qualquer alteração de linguagem e conteúdo; passou a ser legível para estudantes de 17 e 18 anos, na versão publicada em 2023; e alcançou adolescentes de 14 e 15 anos de idade na versão proposta neste estudo. Isto significa que mudanças nas palavras, frase, tipografias e *design* mais atrativo foi capaz de alcançar um contingente de pessoas representados por oito anos de escolaridade, considerando a métrica adotada pelo software ALT.

### 3.4.1 Complexidade e Aderência

A obrigatoriedade de prestar informações aplica-se a toda a Administração Pública e decorre do corolário da *accountability* que, além de informar, traz ínsita a necessidade de fazer-se compreender. Conforme destacado por Lima et al. (2022), a efetividade do que é comunicado prescinde de plena compreensão pelo destinatário. Contudo, estudos mostram que, apesar de haver uma evolução na adoção de um modelo mais atraente de divulgar os dados, bem como do próprio aumento da divulgação de relatórios populares, no Brasil o produto disponibilizado ainda é longo, se comparado aos modelos internacionais, e com linguagem e conteúdos técnicos, o que dificulta a compreensão do público que não possui formação ou conhecimento financeiro e contábil (Martins & Lima, 2021).

Esta realidade denota a existência de uma lacuna na Administração Pública, cujo preenchimento tem-se mostrado complexo e de difícil resolução. Neste sentido, o desenvolvimento de um *Framework* para a elaboração de um RIS apresenta-se como um produto capaz de informar de modo simples, legível e claro como tem sido a atuação dos órgãos públicos e, ainda, contribuir para uma visão institucional ampla, que facilite a tomada de decisão do gestor público.

O RIS é parte resultante de um projeto de pesquisa intitulado “Legibilidade e Compreensibilidade do Relato Integrado como Instrumento de Gestão Orçamentária” que mediu e comparou a legibilidade e compreensibilidade do fragmento “Gestão Orçamentária e Financeira” do atual RG/RI publicado pelo MPF em 2023 e do modelo de RG/RI Simplificado para idêntico fragmento desenvolvido pela pesquisadora.

A análise de legibilidade dos fragmentos revelou melhoria substancial nas notas obtidas pelo relatório elaborado pela pesquisadora, passando de um índice FRE de 51.7 para 60.9, quase 10 pontos mais alto. No que se refere ao nível do software ALT, o número saiu de 12 para 9, passando a ser legível para adolescentes de 14 e 15 anos, enquanto antes era apto para adolescentes de 17 e 18 anos.

Além disso, se ampliado o escopo de análise para avaliar o efeito das práticas de simplificação da linguagem e clareza que já vêm sendo adotadas na SPOC/MPU a partir de 2020, o índice FRE mais que dobra, quando comparado o relatório desenvolvido pela autora com o fragmento do RG/RI de 2018, relatório anterior à adoção de tais iniciativas. As notas da

análise do fragmento de 2018 resultaram em um FRE de 29.1 e nível ALT 16, que representa “média legibilidade”, sendo adequado para universitários em final de graduação.

Quanto a compreensibilidade, as respostas aos questionários mostraram ganhos robustos de tempo. Enquanto o grupo 1 totalizou 811,8 minutos para responder as 10 primeiras questões mensuradas, este tempo foi de 323,33 minutos para o grupo 2, mesmo com um respondente a mais. A média de resposta por questão foi de 4,27 minutos no grupo 1, e apenas 1,64 no grupo 2. O número de acertos foi de 107, ou 53,5%, no Grupo 1, e de 174, ou 82,9%, no grupo 2.

Os estudos bibliográficos demonstraram a complexidade envolta na elaboração de um RG/RI e, a partir da análise desta produção literária, da experiência profissional prática da pesquisadora no objeto de estudo e de resultados de melhoria de legibilidade e compreensibilidade a partir de comparação de fragmentos de relatórios de gestão, o PTT *Framework* RIS demonstra que a adoção de uma linguagem simples e clara, embasada em conceitos de comunicação e características já desenhadas para RFPs e RIs contribui na entrega de informações mais facilmente legíveis e compreensíveis, denotando completa aderência à lacuna atualmente existente na Administração Pública para informar de forma clara e concisa.

### **3.4.2 Potencial Inovador**

A despeito da obrigatoriedade de prestar contas, os estudos demonstram que os relatórios apresentados são extensos e complexos, muitas vezes permeados de informações incompreensíveis para o destinatário. Isto significa que as instituições públicas, apesar de aplicarem tempo e esforço no ato de informar e de envolver um número cada vez maior de setores na elaboração dos relatórios, o resultado esperado não tem sido alcançado, segundo a literatura (Alves, 2021).

A proposta do RIS, ancorado em um caso prático cuja legibilidade e compreensibilidade foram testadas com resultados promissores, inova na forma de o órgão público prestar contas, a partir de um *framework* que pode ser adaptado às particularidades de cada ente público. Mediante adoção de um modelo simplificado, com características já adotadas de forma exitosa para relatórios financeiros, e acrescentando a temática ESG, como relatório não financeiro, o RIS integra informações segundo as diretrizes do TCU, mas de uma forma mais simples, contribuindo para a tomada de decisão mais eficiente sobre a alocação dos recursos

institucionais financeiros e não financeiros, a partir de informações mais legíveis e compreensíveis.

Neste ponto, o presente trabalho inova ao unir a gestão orçamentária à sustentabilidade ambiental, social e de governança (pilares da temática ESG), às características simplificadoras do RFP e, a partir de tais informações, construir um *Framework* para elaboração de um RIS, ancorado na Teoria da Comunicação e no Movimento Linguagem Simples que, acredita-se, contribuirá para melhorar a forma como as informações são divulgadas no âmbito da Administração Pública, inovando no intento de se fazer compreender.

### ***3.4.3 Aplicabilidade***

Considerando que todos os órgãos públicos são obrigados a apresentar RGs na forma de RI, segundo determinação do TCU, entende-se que o *Framework* RIS apresenta uma abrangência bastante elevada e, a partir do processo de criação proposto no presente documento, poderá ser facilmente desenvolvido e adaptado para aplicação em todos os órgãos públicos.

Considerando que o RIS é resultado de pesquisa prática demonstrando ganhos com a adoção das estratégias que embasaram seu desenvolvimento, entende-se que o guia oferecido pelo RIS para desenvolvimento de um RG/RI mais simples, claro, legível e compreensível encontra plena aplicabilidade em todos os órgãos públicos que prestam contas neste formato exigido pelo TCU, inclusive por destacar a necessidade de cada órgão se adaptar às diretrizes normativas, mas também respeitar suas particularidades e entregar informações customizadas.

### ***3.4.4 Impacto potencial***

O RIS une importantes ferramentas que vêm sendo largamente estudadas na literatura, de modo apartado, para obter um produto que atenda às diretrizes normativas de prestação de contas de forma clara e compreensível, auxiliando o gestor público na tomada de decisão sobre a aplicação dos recursos institucionais, sabidamente escassos, e permitindo que a sociedade compreenda melhor a atuação dos órgãos públicos. O *Framework* para elaboração do RIS une a literatura do RFP e a temática ESG, ancorados na Teoria da Comunicação e do Movimento Linguagem Simples, para auxiliar na produção de um RG/RI mais simples, legível e acessível.

O RIS vai além dos estudos atuais, uma vez que não apenas resultou de medição de relatórios atuais sobre legibilidade e compreensibilidade, mas de resultados obtidos a partir de relatório criado com as características que propõe. A partir de resultados testados, foi possível desenvolver o *Framework* RIS que, através de procedimentos a serem seguidos para a elaboração de relatórios, auxilia efetivamente na criação de um RG/RI mais legível e compreensível.

Entende-se que o PTT proposto contribui para a Administração Pública, uma vez que aborda um tema que não foi totalmente explorado no Brasil e no mundo, que envolve aspectos de importância central para a transparência, aplicação de recursos públicos e qualificação na tomada de decisões, atrelados a mecanismos que permitem às partes interessadas entenderem a informação disponibilizada, de modo a, efetivamente, participarem do processo decisório.

### 3.5 Documentos Comprobatórios

Diana Vaz de Lima

Para: [redacted]@mpf.mp.br; [redacted]@mpf.mp.br; [redacted]@mpf.mp.br; @lonara.cruz

Qui, 08/08/2024 07:59

Responder Responder a todos Encaminhar

Ionara - Carta de solicitação ...  
132 KB

Senhora Secretária-Geral,

A aluna Ionara Oliveira Cardoso Oliveira Cruz é mestranda no Mestrado Profissional em Administração Pública - MPA da Universidade de Brasília, desenvolvendo sua dissertação intitulada "LEGIBILIDADE E COMPREENSIBILIDADE DO RELATO INTEGRADO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA", sob a minha orientação, Profa. Dra. Diana Vaz de Lima.

Segundo o projeto da respectiva dissertação, o objetivo geral do estudo é analisar como o uso de uma linguagem clara e acessível pode contribuir para a legibilidade e a compreensibilidade do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado (RG/RI) e como essa capacidade de compreensão pode ser usada como instrumento de gestão orçamentária no setor público brasileiro, tendo o Ministério Público Federal - MPF como ponto de partida para o desenho de um framework.

Nesse sentido encaminhamos solicitação formalizada no arquivo em anexo, para fins de acesso a dados necessários para o desenvolvimento da referida pesquisa.

Ficamos a disposição algum esclarecimento se faça necessário.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Diana Vaz de Lima  
Pesquisadora e professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA-UnB)  
e do Mestrado Profissional em Administração Pública (MPA/PPGA) da Universidade de Brasília  
Líder do GEPGL - Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1458211915017406>  
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4477-445X>  
Researcherid: <http://www.researcherid.com/rid/R-9405-2017>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL

**Despacho nº** 20551/2024/SG

**Referência:** PGR-00318607/2024

**Assunto:** 02.001 | Gestão Administrativa - Acompanhamento de atividades e resultados | CNMP 930314

1. Ciente e de acordo com o contido no Ofício MPA/PPGA/FACE/UNB s/nº/2024 ([PGR-00318607/2024](#)), referente à dissertação da mestrandia Ionara Oliveira Cardoso Oliveira Cruz, intitulada “LEGIBILIDADE E COMPREENSIBILIDADE DO RELATO INTEGRADO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA”.

Brasília, *data da assinatura digital*.

*Assinado digitalmente*

PAULO ROBERTO SAMPAIO SANTIAGO  
Procurador da República  
Secretário-Geral Adjunto

Assinado com login e senha por PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO, em 14/08/2024 14:18. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave 4ce9d5ee.d65e8061.b28d10cb.61cb0886



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL

Ofício nº 3673/2024/SG

Brasília, data da assinatura digital.

À Senhora  
DIANA VAZ DE LIMA  
Professora de Mestrado  
Universidade de Brasília  
Brasília - DF

Assunto: **Resposta ao Ofício MPA/PPGA/FACE/UNB s/nº/2024 (PGR-00318607/2024).**

Senhora Professor,

1. Cumprimtando-a, reporto-me ao Ofício MPA/PPGA/FACE/UNB s/nº/2024 (PGR-00318607/2024), para encaminhar a Vossa Senhoria o Despacho nº 20551/2024/SG (PGR-00318641/2024) anexo.

Atenciosamente,

*Assinado digitalmente*  
PAULO ROBERTO SAMPAIO SANTIAGO  
Procurador da República  
Secretário-Geral Adjunto

SAF Sul, Quadra 4, Conj. C, Bloco B, Sala BC-16 - CEP 70050-900 - Brasília-DF

Assinado com login e senha por PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO, em 14/08/2024 16:44. Para verificar a autenticidade acesse [http://www.transparencia.mpf.br/validacao\\_documento](http://www.transparencia.mpf.br/validacao_documento). Chave efb77a01-70791f73-7490b75d-c81fd3a1

## Compreensibilidade de Relatórios de Gestão - Grupo 1

**I** Ionara <ionara.mestrado@gmail.com> Oct 1, 2024, 6:20 PM (13 days ago) ☆ ☺ ↶ ⋮  
to [REDACTED]

Prezados (as), espero que estejam bem.

Estou concluindo um mestrado na UNB e parte da minha dissertação envolve compreensibilidade de relatórios de gestão. Assim, gostaria de contar com alguns minutos do seu tempo para responder o Questionário constante do link <https://forms.gle/NyeLibU9F6Qf86oa8>  
Sua identidade não será divulgada em nenhuma publicação e não existe forma alguma de identificá-lo. As informações serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa.

Desde já agradeço sua inestimável colaboração,

Atenciosamente,

Ionara Oliveira

## Compreensibilidade de Relatórios de Gestão - Grupo 2 Inbox x

**I** Ionara <ionara.mestrado@gmail.com> Tue, Oct 1, 6:24 PM (13 days ago) ☆ ☺ ↶ ⋮  
to [REDACTED]

Prezados (as), espero que estejam bem.

Estou concluindo um mestrado na UNB e parte da minha dissertação envolve compreensibilidade de relatórios de gestão. Assim, gostaria de contar com alguns minutos do seu tempo para responder o Questionário constante do link <https://forms.gle/StgKJPdugSb3G42u9>  
Sua identidade não será divulgada em nenhuma publicação e não existe forma de identificá-lo. As informações serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa.

Desde já agradeço sua colaboração inestimável,

Atenciosamente,

Ionara Oliveira

**D** [REDACTED] Wed, Oct 2, 2:32 PM (12 days ago) ☆  
Boa tarde, Ionara. Respondido!

**I** Ionara <ionara.mestrado@gmail.com> Mon, Oct 7, 4:02 PM (7 days ago) ☆ ☺ ↶ ⋮  
to [REDACTED]

Muito obrigada pela gentileza, Dr. [REDACTED]

Abraço

\*\*\*

Questions Responses **21** Settings



Section 1 of 3

### Análise de Compreensibilidade - Grupo 1

B I U ↶ ↷

Prezado (a) participante,

Somos pesquisadoras da universidade de Brasília e nossa pesquisa é voltada para a compreensibilidade de relatórios públicos de gestão. Sua identidade não será divulgada e as respostas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa. É imprescindível que as perguntas sejam respondidas apenas com base no texto fornecido e na sua própria experiência pessoal e profissional.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Questions Responses **22** Settings



Section 1 of 3

### Análise de Compreensibilidade - Grupo 2

B I U ↶ ↷

Prezado (a) participante,

Somos pesquisadoras da universidade de Brasília e nossa pesquisa é voltada para a compreensibilidade de relatórios públicos de gestão. Sua identidade não será divulgada e as respostas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa. É imprescindível que as perguntas sejam respondidas apenas com base no texto fornecido e na sua própria experiência pessoal e profissional.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

## 4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta dissertação teve como objetivo principal avaliar como o uso de uma linguagem simples e uma apresentação acessível de informações pode contribuir para melhorar a legibilidade e compreensibilidade do RG na forma do RI (RG/RI) como instrumento de gestão orçamentária no setor público e de ampliação do entendimento das partes interessadas nas informações fornecidas pelos órgãos públicos. E, a partir da análise dos resultados da legibilidade e compreensibilidade de fragmento atual de RG/RI e um modelo desenvolvido para este estudo, esta dissertação apresenta um *Framework* para elaboração de um Relatório Integrado Simplificado aplicável a todos os órgãos públicos federais que prestam contas ao TCU.

Neste sentido, o estudo buscou responder ao problema de pesquisa de como melhorar a legibilidade e compreensibilidade ao relatar informações orçamentário-financeiras e, ao mesmo tempo, integrar as informações não financeiras atualmente requeridas, aprimorando a qualidade da tomada de decisão na alocação dos recursos públicos por meio de um relatório mais claro, legível e compreensível para as partes interessadas?

Para tanto, realizou um estudo de caso prático que comparou um fragmento atual de RG/RI e outro proposto por esta pesquisadora, onde os resultados mostraram ganhos muito substanciais na legibilidade e compreensibilidade dos textos, indicando que o uso de palavras mais simples, uso de gráfico e infográficos, *design* mais atrativo e estratégias de tipologia textual podem resultar em melhorias na forma de prestar contas às partes interessadas.

Ao analisar a legibilidade, os resultados revelaram melhoria substancial nas notas obtidas, passando de 51.7 para 60.9 o índice FRE, e de 12 para 9 o nível do software ALT, ou seja, o texto proposto passou a ser legível para adolescentes de 14 e 15 anos, enquanto o texto atual era apto para adolescentes de 17 e 18 anos.

Ainda, quanto à legibilidade, se ampliado o escopo de análise para avaliar o efeito das práticas de simplificação da linguagem e clareza que já vinham sendo adotadas na SPOC/MPU desde 2020, ambiente de trabalho da pesquisadora, os resultados são surpreendentes. Quando comparados os fragmentos do RG/RI de 2018, relatório anterior à adoção de tais iniciativas, e a versão desenvolvida pela autora do presente estudo, o índice FRE mais que dobra. As notas

da análise do fragmento de 2018 resultaram em um FRE de 29.1 e nível ALT 16, considerado adequado para universitários em final de graduação.

Isto permite concluir que a adoção de linguagem simples e apresentação mais acessível de informações foi capaz de ampliar a legibilidade de um relatório que era apto para universitários em final de graduação, para uma versão legível para adolescentes de 14 e 15 anos.

Quanto à compreensibilidade, os resultados obtidos com a aplicação de questionários aos grupos amostrais apontam ganhos robustos de tempo, o que pode representar maior facilidade para compreender e encontrar as respostas. Enquanto o grupo 1, que trabalhou com o relatório de 2023, totalizou 811,8 minutos para responder as questões com uso desta métrica temporal, este tempo foi de 323,33 minutos para o grupo 2, que trabalhou com o novo relatório, ou seja, mesmo com um respondente a mais, o tempo do grupo 2 foi menos de 40% do tempo gasto pelo grupo 1. A média de resposta por questão foi de 4,27 minutos no grupo 1 e apenas 1,64 no grupo 2. O número de acertos foi de 107, ou 53,5%, no Grupo 1 e de 174, ou 82,9%, no grupo 2.

A despeito dos números obtidos, a pesquisa enfrentou alguns desafios e apresenta fragilidades, a exemplo das limitações para encontrar modelos mais robustos e automatizados para aferição da compreensibilidade. No mesmo sentido, o estudo não foi capaz de medir com precisão o tempo gasto informado pelos membros dos grupos amostrais. Este ponto fragiliza as informações porque o quesito tempo detém relevada importância na métrica, uma vez que pode demonstrar o quanto a informação está ou não apresentada de forma clara e simples.

De toda sorte, a partir dos resultados obtidos no estudo de caso e com fulcro nas diretrizes constantes da farta literatura, sobre informar de maneira mais simples, e no TCU, sobre como elaborar um RG/RI, foi desenvolvido um PTT que apresenta um *Framework* para a elaboração do RIS e pretende funcionar como um guia para os órgãos públicos na elaboração de um RG na forma de RI mais simples, conciso, claro e legível.

A proposta do RIS, ancorado em um caso prático cuja legibilidade e compreensibilidade foram testadas com resultados promissores, inova na forma de o órgão público prestar contas, a partir de um guia que pode ser adaptado às particularidades de cada ente público. Mediante a adoção de um modelo simplificado, com características já adotadas de forma exitosa para relatórios financeiros, e acrescentando a temática ESG, como relatório não financeiro, o RIS integra informações segundo as diretrizes do TCU, mas de uma forma mais simples,

contribuindo para a tomada de decisão mais eficiente sobre a alocação dos recursos institucionais financeiros e não financeiros, a partir de informações mais legíveis e compreensíveis.

Considerando que o TCU determina que todos os órgãos sob sua jurisdição fiscalizatória apresentem um RG/RI, entende-se que o *Framework* RIS, enquanto um guia com práticas e diretrizes a serem observadas, detém plena replicabilidade e adaptabilidade para todos os órgãos públicos.

O impacto resultante do RIS se amplia à medida que ele não resultou apenas da medição de relatórios atuais sobre legibilidade e compreensibilidade. Mediante elaboração de um relatório com o uso das características elencadas no RIS, obteve-se resultados testados que indicam que o desenvolvimento do *Framework* RIS, através de procedimentos a serem seguidos para a prestação de contas, auxilia efetivamente na criação de um RG/RI mais legível e compreensível.

Na aplicação do *Framework* RIS recomenda-se que os órgãos fiquem atentos às diretrizes da Corte de Contas, mas que busquem adaptar os relatórios para as particularidades do órgão, entregando informações mais customizadas. No mesmo sentido, e tendo em vista o crescimento da temática ESG, apontada como um código de conduta da nossa época, entende-se oportuno que os órgãos destinem tópico específico para abordar estes três pilares da sustentabilidade.

Ademais, é essencial o cuidado na maneira de apresentar as informações de modo a alcançar o maior número possível de pessoas, sendo importante a adoção de outras formas de interação com público, a exemplo de *storytelling* visual, vídeos, painéis *online* e até mesmo avaliar a oportunidade do desenvolvimento de um aplicativo para prestação de contas. Outro ponto de destaque para ampliar a acessibilidade é desenvolver estratégias de divulgação que atendam às pessoas com deficiências, a exemplo de disponibilização do RG/RI em áudio e uso de avatares de tradução de Libras. Ainda sobre relação com partes interessadas, recomenda-se que os relatórios sejam validados antes da publicação, que sejam amplamente divulgados e que disponibilizem formulário próprio para críticas e sugestões (*Feedback*).

A partir dos resultados obtidos, entende-se que novas pesquisas poderiam abordar a legibilidade e compreensibilidade a partir do uso da análise de conteúdo, tendo em vista o

impacto positivo que esta técnica pode incutir transformando grande quantidade de textos, característico do RG/RI, em resumos sistematicamente organizados e concisos.

No mesmo sentido, novos trabalhos podem avaliar o desenvolvimento de métricas da temática ESG para o Poder Público, bem como métodos de aferição do que vem sendo feito a este respeito e a forma como tais iniciativas são comunicadas às partes interessadas e, ainda, estudos que busquem padronizar os índices e métricas ESG para permitir a comparabilidade. Também seria oportuno pesquisas comparativas entre organizações que adotam ou não a temática ESG como componente não financeiro do RG/RI.

Considerando a necessidade de conectividade das informações, também se mostram oportunos estudos abordando a capacidade dos órgãos públicos em relacionar orçamento, planejamento estratégico e sustentabilidade, entregando mais valor à sociedade.

Tendo em vista que a simplificação na apresentação de informações é corolário para a acessibilidade, estudos futuros poderiam abordar os relatórios públicos apresentados relacionando-os com a *accountability* social para pessoas com deficiência.

Por fim, e considerando o crescimento da importância de buscar uma linguagem simples na administração pública, seria oportuno estudos avaliando as medidas já adotadas neste sentido e a efetividade de tais iniciativas em outras áreas, além da orçamentária e financeira abordada neste trabalho.

Entende-se que esta pesquisa contribui com a academia e com o poder público ao apresentar resultados a partir de um caso prático, onde restam demonstradas as melhorias advindas do uso de linguagem mais simples, apresentação em *design* mais claro e com uso de instrumentos de tipologia textual. Além do que, apresenta ainda um guia prático de como elaborar um relatório de gestão de forma mais simples, consubstanciado no *Framework* RIS, que pode ser aplicado no âmbito de todos os órgãos públicos.

## REFERÊNCIAS

- Aggestam Pontoppidan, C., & Sonnerfeldt, A. (2020). The rise of integrated reporting in the public sector: An analysis of transnational governance interactions. In F. Manes-Rossi, & R. L. Orelli (Eds.), *New Trends in Public Sector Reporting: Integrated Reporting and Beyond* (pp. 15-34). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-40056-9\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-030-40056-9_2)
- Almeida, P. (Coord.). (2023). *Simples assim: comunique com todo mundo* (2ª ed.). ENSP, Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/59614>
- Alves, M. A. (2021). *Pra bom entendedor, meia palavra basta? Relato Integrado e Legibilidade nos Relatórios de Gestão do Setor Público Brasileiro* [Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, UFF – Universidade Federal Fluminense]. Repositório da UFF. <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/25591/T2019-Mariana%20Azevedo%20Alves-dissertacao.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Alves, M. A., Bonfim, M. P., Silva, C. A. T., & Soares, J. M. M. V. (2023a). Legibilidade dos Relatórios de Gestão no Setor Público Brasileiro. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 26(2), 213-248. <https://doi.org/10.51341/cgg.v26i2.3016>
- Alves, S. L., Da Costa, S. P. M., & Matos, D. D. (2023b). Transparência como Dever de Ser Compreensível: os problemas dos portais da transparência das capitais brasileiras. *Diké-Revista Jurídica*, 22(23), 130-159. <https://doi.org/10.36113/dike.23.2023.3775>
- Aquino, A. C. B., & Azevedo, R. R. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 580-595. <https://doi.org/10.1590/0034-7612163584>

- Arvate, P., & Mittlaender, S. (2017). Condemning corruption while condoning inefficiency: an experimental investigation into voting behavior. *Public Choice*, 172(3-4), 399-419. <https://doi.org/10.1007/s11127-017-0452-x>
- Bahia. (2022). *Prestação de Contas Anual Simplificada 2021*. [https://www.sefaz.ba.gov.br/docs/financas-publicas/balanco-geral/relatorio\\_simplificado\\_2021.pdf](https://www.sefaz.ba.gov.br/docs/financas-publicas/balanco-geral/relatorio_simplificado_2021.pdf)
- Bandiera, O., Prat, A., & Valletti, T. (2009). Active and Passive Waste in Government Spending: Evidence from a Policy Experiment. *American Economic Review*, 99(4), 1278-1308. <https://www.aeaweb.org/articles/pdf/doi/10.1257/aer.99.4.1278>
- Barbera, C., Borgonovi, E., & Steccolini, I. (2016). Popular Reporting and Public Governance: The case of “Bilancio in Arancio” in Milan Municipality. In A. Hinna, L. Gnan, & F. Monteduro (Eds.), *Governance and Performance in Public and Non-Profit Organizations* (pp. 3-30). Emerald Group Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S2051-663020160000005001>
- Beneton, M. A. (2022). A aplicação do sistema ESG ao processo de formação das leis: adaptação do processo legislativo ao mundo contemporâneo para o enfrentamento de novos desafios no setor público. *Revista Jurídica Profissional*, 1(1), 4-18. <https://periodicos.fgv.br/rjp/article/view/84999/81137>
- Biancone, P., Secinaro, S., & Brescia, V. (2016). The popular financial reporting: focus on stakeholders - the first European experience. *International Journal of Business and Management*, 11(11), 115-125. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v11n11p115>
- Biondi, L., & Bracci, E. (2018). Sustainability, Popular and Integrated Reporting in the Public Sector: A Fad and Fashion Perspective. *Sustainability*, 10(9), 1-16. <https://doi.org/10.3390/su10093112>

- Borges, G. F., & Rech, I. J. (2019). Determinantes da legibilidade das notas explicativas de companhias brasileiras. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 9(3), 31-51. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v9i3.7522>
- Brandão, C. C., & Scherer, M. D. D. A. (2019). Capacidade de governo em Secretarias Municipais de Saúde. *Saúde em Debate*, 43(120), 69-83. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912005>
- Brasil. (2022). Ministério da Economia. *Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2023*. [https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2023/ploa/Orcamento\\_Cidadao\\_2023.pdf](https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2023/ploa/Orcamento_Cidadao_2023.pdf)
- Brusca, I., & Montesinos, V. (2006). Are Citizens Significant Users of Government Financial Information? *Public Money & Management*, 26(4), 205-209. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9302.2006.00526.x>
- Cabral, L. M., & Aquino, A. C. B. (2020, 29-31 de julho). Movimento ocular e desafios cognitivos na compreensão de Relatórios Populares. *XX USP International Conference in Accounting*, São Paulo, Brasil. <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2777.pdf>
- Capes. (2019). *Relatório do GT de Produção Técnica CAPES*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>
- Caruana, J., & Grech, I. (2019). Tweaking public sector reporting with integrated reporting (IR) concepts. *Public Money & Management*, 39(6), 409-417. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1583911>
- Cassi, G. H. G., & Gonçalves, O. O. (2020). Emenda constitucional 95/2016: propósitos e consequências do Novo Regime Fiscal. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, 40(1), 35-57. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/62191>

- Clay, J. A. (2007). Popular reporting. In M. Lee (Ed.), *Government public relations: a reader*, (pp. 151-156). Routledge.
- [https://books.google.com.br/books?id=1V7MBQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=1V7MBQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)
- Clément, A., Robinot, É., & Trespeuch, L. (2022). Improving ESG Scores with Sustainability Concepts. *Sustainability*, 14(20), 1-15. <https://doi.org/10.3390/su142013154>
- Cohen, S., & Karatzimas, S. (2015). Tracing the future of reporting in the public sector: introducing integrated popular reporting. *International Journal of Public Sector Management*, 28(6), 449-460. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2014-0140>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Senado Federal.
- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)
- Cort, T., & Esty, D. (2020). ESG Standards: Looming Challenges and Pathways Forward. *Organization & Environment*, 33(4), 491-510.
- <https://doi.org/10.1177/1086026620945342>
- Dias Filho, J. M. (2000). A linguagem Utilizada na Evidenciação Contábil: uma Análise de sua Compreensibilidade à Luz da Teoria da Comunicação. *Caderno de Estudos*, 13(24), 38-49. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-9251200000200003>
- D’Inverno, G., Vidoli, F., & De Witte, K. (2023). Sustainable budgeting and financial balance: Which lever will you pull?. *European Journal of Operational Research*, 309(2), 857-871. <https://doi.org/10.1016/j.ejor.2023.01.036>
- Diwan, H., & Sreeraman, B. A. (2023). From financial reporting to ESG reporting: a bibliometric analysis of the evolution in corporate sustainability disclosures. *Environment, Development and Sustainability*, 26(6), 1-37.
- <https://doi.org/10.1007/s10668-023-03249-2>

- DuBay, W. H. (2007). *Smart Language: Readers, Readability, and the Grading of Text*.  
Impact Information. <http://en.copian.ca/library/learning/smartlang/smartlang.pdf>
- Du Toit, E. (2017). The readability of integrated reports. *Meditari Accountancy Research*,  
25(4), 629-653. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2017-0165>
- Eccles, R. G., & Spiesshofer, B. (2015). Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism.  
*Harvard Business School General Management Unit Working Paper*, (16)32, 1-24.  
<https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2665737>
- Eccles, R. G., & Stroehle, J. C. (2018). Exploring Social Origins in the Construction of ESG  
Measures. Available at SSRN 3212685, 1-36. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3212685>
- Erlingsson, C., & Brysiewicz, P. (2017). A hands-on guide to doing content analysis. *African  
Journal of Emergency Medicine*, 7(3), 93-99.  
<https://doi.org/10.1016/j.afjem.2017.08.001>
- Esch, M., Schulze, M., & Wald, A. (2019). The dynamics of financial information and non-  
financial environmental, social and governance information in the strategic decision-  
making process. *Journal of Strategy and Management*, 12(1), 314–329.  
<http://dx.doi.org/10.1108/JSMA-05-2018-0043>
- Escrig-Olmedo, E., Fernández-Izquierdo, M. A., Ferrero-Ferrero, I., Rivera-Lirio, J. M., &  
Muñoz-Torres, M. J. (2019). Rating the Raters: Evaluating how ESG Rating Agencies  
Integrate Sustainability Principles. *Sustainability*, 11(3), 1-16.  
<http://dx.doi.org/10.3390/su11030915>
- Farias, P. L. (2013). *Tipografia digital: o impacto das novas tecnologias*. 2AB.  
<https://repositorio.usp.br/item/002340638>
- Lei Complementar n. 200, de 30 de agosto de 2023. (2023). *Institui regime fiscal sustentável  
para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas*

ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do **caput** e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp200.htm)

Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz Blanco, S. (2019). Are Integrated Reports Really Integrated in Spain?. In S. O. Idowu, & M. Del Baldo (Eds.), *Integrated Reporting* (pp. 291-318). Springer. [http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-01719-4\\_15](http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-01719-4_15)

Fischer, H. (2018). *Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania: subsídios do movimento mundial pela linguagem clara para facilitar a compreensão de textos que orientam cidadãos brasileiros em ambientes de governo eletrônico* (1ª ed.). Com Clareza. <https://searchworks.stanford.edu/view/13156047>

Flesch, R. (1948). A new readability yardstick. *Journal of applied psychology*, 32(3), 221-233. <https://doi.org/10.1037/h0057532>

Garwood, K. (2014). *Plain, but not simple: Plain language research with readers, writers, and texts* [Doctoral dissertation, University of Waterloo]. <https://dspacesmainprd01.lib.uwaterloo.ca/server/api/core/bitstreams/f2856aa3-9eb6-42ec-9f93-090cebc32429/content>

Gerwanski, J., Kordsachia, O., & Velte, P. (2019). Determinants of materiality disclosure quality in integrated reporting: Empirical evidence from an international setting. *Business Strategy and the Environment*, 28(5), 750-770. <https://doi.org/10.1002/bse.2278>

Gesser, A. (2009). *LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. Parábola Editorial.

- Giacomoni, J. (2021). *Orçamento Público* (18ª ed.). Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.
- Huang, D. Z. X. (2021). Environmental, social and governance (ESG) activity and firm performance: a review and consolidation. *Accounting and Finance*, 61(1), 335-360.  
<http://dx.doi.org/10.1111/acfi.12569>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: pessoas com deficiência: 2022*. IBGE.  
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102013>
- Indicador de Alfabetismo Funcional. (2018). *INAF Brasil 2018: Resultados preliminares*. Ação educativa. [https://alfabetismofuncional.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Inaf2018\\_Relato%CC%81rio-Resultados-Preliminares\\_v08Ago2018.pdf](https://alfabetismofuncional.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Inaf2018_Relato%CC%81rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf)
- International Financial Reporting Standards Foundation. (2021, Janeiro). *Estrutura Conceitual Internacional para Relato Integrado*.  
<https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2024/04/Framework-IR-Portugues-26fev.pdf>
- Irigaray, H. A. R., & Stocker, F. (2022). ESG: novo conceito para velhos problemas. *Cadernos EBAPE. BR*, 20(4), 1-4. <https://doi.org/10.1590/1679-395186096>
- Joly, M. C. R. A., Bonassi, J., Dias, A. S., Piovezan, N. M., & Silva, D. V. da. (2014). Avaliação da compreensão de leitura pelo Sistema Orientado de Cloze (SOC). *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(1), 223–242. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922014000100016>

- Jordan, M. M., Yusuf, J. E., Berman, M., & Gilchrist, C. (2017). Popular Financial Reports as Fiscal Transparency Mechanisms: An Assessment Using the Fiscal Transparency Index for the Citizen User. *International Journal of Public Administration*, 40(8), 625-636. <https://doi.org/10.1080/01900692.2016.1186175>
- Kannenbergh, L., & Schreck, P. (2019). Integrated reporting: boon or bane? A review of empirical research on its determinants and implications. *Journal of Business Economics*, 89, 515-567. <https://doi.org/10.1007/s11573-018-0922-8>
- Kotsantonis, S., & Serafeim, G. (2019). Four Things No One Will Tell You About ESG Data. *Journal of Applied Corporate Finance*, 31(2), 50-58. <https://doi.org/10.1111/jacf.12346>
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. D. A. (2010). *Fundamentos da metodologia científica* (7ª ed.). Atlas.
- Lima, D. V., Silva, L. M. V. C. D., & Varão, R. (2022). Introdução de relatórios financeiros populares nos conselhos municipais de saúde do Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(51), 139-161. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e82332>
- Lima, D. V. de, van Tol, R., Pereira, É. L., & Aquino, A. C. B. de. (2023). Accountability social de pessoas com deficiência e barreiras para o acesso a serviços públicos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 17, 1-17. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2023.218207>
- Lima, W., & Jucá, M. N. (2024). O impacto das práticas de sustentabilidade na performance financeira e na criação de valor das empresas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 18. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2024.220597>
- Lino, A. F., Carvalho, L. B. D., Aquino, A. C. B., & Azevedo, R. R. (2019). A falta de trabalho institucional e mudanças organizacionais incompletas em municípios

brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 375-391.

<https://doi.org/10.1590/0034-761220170404>

Mariano, C. M. (2019). Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*, 4(1), 259-281. <https://doi.org/10.5380/rinc.v4i1.50289>

Martins, F. V. S. P., & Lima, D. V. (2021). Diretrizes para relatórios financeiros populares de entidades públicas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(47), 91-108. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e76071>

Merkel-Davies, D. M., & Brennan, N. M. (2017). A theoretical framework of external accounting communication: Research perspectives, traditions, and theories. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(2), 433-469. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2015-2039>

Ministério da Agricultura e Pecuária. (2022). *Relatório de Gestão Ouvidoria/MAPA 2022*. [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/canais\\_atendimento/ouvidoria/relatorios/relatorio-anual-2022/view](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/relatorios/relatorio-anual-2022/view)

Ministério Público da União. (n/d). *Organograma*. <https://www.mpu.mp.br/institucional/organograma>

Ministério Público da União. (2023). *Relatório de Gestão*. <https://relatoriogestao.mpu.mp.br/2023/mpf/resultados-das-areas-de-gestao>

Ministério Público Federal. (2019). *Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público Federal: 2018*. <https://contas.tcu.gov.br/egestao/ObterDocumentoSisdoc?codPapelTramitavel=61278625>

- Montecalvo, M., Farneti, F., & De Villiers, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. *Public Money & Management*, 38(5), 365-374. <http://dx.doi.org/10.1080/09540962.2018.1477675>
- Moraes, L. M., Vieira, F. M., Gonçalves, B. S., Braviano, G., & Merino, G. S. A. D. (2018). A Usabilidade de avatares de libras em sites: análise da interação de usuários surdos por meio do rastreador ocular Eye Tracking. *Design e Tecnologia*, 8(16), 41-51. <https://doi.org/10.23972/det2018iss16pp41-51>
- Moreno, A., & Casasola, A. (2016). A Readability Evolution of Narratives in Annual Reports: A Longitudinal Study of Two Spanish Companies. *Journal of Business and Technical Communication*, 30(2), 202-235. <https://doi.org/10.1177/1050651915620233>
- Moreno, G. C. L., Souza, M. P., Hein, N., & Hein, A. K. (2023). ALT: um software para análise de legibilidade de textos em Língua Portuguesa. *Policromias – Revista .de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 8(1), 91-128. <https://doi.org/10.61358/policromias.v8i1.54352>
- Nagano, R. T., Kassai, J. R., Kussaba, C. T., & Carvalho, L. N. G. (2013). *A Evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da Obrigatoriedade de sua assegução por terceiros*. II Simpósio Internacional de Inovação e Sustentabilidade. São Paulo, Brasil.
- New York City Comptroller. (2022). *The City of New York: Popular Annual Financial Report*. [https://comptroller.nyc.gov/wp-content/uploads/documents/Popular\\_Annual\\_Financial\\_Report\\_2022.pdf](https://comptroller.nyc.gov/wp-content/uploads/documents/Popular_Annual_Financial_Report_2022.pdf)
- Ouverney, A. L. M., Carvalho, A. L. B., Machado, N. M. S., Moreira, M. R., & Ribeiro, J. M. (2020). Gestores municipais do Sistema Único de Saúde: perfil e perspectivas para o

Ciclo de Gestão 2017-2020. *Saúde em Debate*, 43(spe.7), 75-91.

<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S706>

Pasko, O., Minta, S., Rudenko, S., & Hordiyenko, M. (2020). Do poor and good performing companies report differently? The readability and impression management in corporate narrative documents: Evidence from Northern Europe. *Business: Theory and Practice*, 21(2), 835-849. <https://doi.org/10.3846/btp.2020.12583>

Plain Language Association International. (n/d). *What is plain language?*

<https://plainlanguagenetwork.org/>

Republic of the Philippines. (2022). *People's Proposed Budget: Sustaining the Legacy of Real Change for the Future Generations*. <https://www.dbm.gov.ph/images/pdf/files/2022-Peoples-Proposed-Budget.pdf>

Rodrigues, J. D., Dias, G., & de Vargas, S. B. (2021). Popular Reporting à Luz da Teoria da Comunicação: Um Ensaio Teórico. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1). <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i1.9285>

Roman, A. G., Mocanu, M., & Hoinaru, R. (2019). Disclosure Style and Its Determinants in Integrated Reports. *Sustainability*, 11(7), 1-16. <https://doi.org/10.3390/su11071960>

Rondônia. (2022). *Balanço Cidadão: Exercício Financeiro 2021*.

<https://contabilidade.ro.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/BalancoCidadao-2021.pdf>

Santa Catarina. (2022). Secretaria de Estado da Fazenda. *Balanço Cidadão de 2021: Estado de Santa Catarina*.

[https://www.sef.sc.gov.br/arquivos\\_portal/assuntos/105/SC\\_Balanco\\_Cidadao\\_2021.p  
df](https://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/assuntos/105/SC_Balanco_Cidadao_2021.pdf)

- Silva, C. R. M., & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 791-801. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>
- Silva, C. A. T., & Revorêdo, W. C. (2005). Economicidade da gestão pública municipal: um estudo das decisões do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. *Revista Universo Contábil*, 1(2), 09-22. <https://doi.org/10.4270/ruc.20051>
- Silva, J. B., & Izá, A. O. (2020). A importância da participação popular na elaboração do orçamento e os limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal para a administração pública. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe)*, 8(2), 83-111. <https://doi.org/10.25245/rdspp.v8i2.598>
- Silva, L. F., & Machado, M. D. (2020). *Comunicação Empresarial*. Editora Senac São Paulo.
- Silva Júnior, C. P. (2019). *A importância da formação do gestor na utilização do orçamento público: um estudo de caso em uma instituição federal de ensino* [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Santarém, IPSantarém]. Repositório do IPSantarém. [https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/2609/1/Disserta%  
c3%a7%c3%a3o%20Final%20C%3%adcer%20Penteado%203005.pdf](https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/2609/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Final%20C%3%adcer%20Penteado%203005.pdf)
- Smith, M. & Taffler, R. (1992). Readability and Understandability: Different Measures of the Textual Complexity of Accounting Narrative. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 5(4), 84-98. <https://doi.org/10.1108/09513579210019549>
- Sonnerfeldt, A., & Aggestam Pontoppidan, C. (2022). The continuous translation of the idea of integrated reporting (IR): the travel of IR to a public sector entity. *Accounting Forum* (47)3, 441-469. <https://doi.org/10.1080/01559982.2021.2016104>

- Stanley, T., Jennings, N., & Mack, J. (2008). An examination of the content of community financial reports in Queensland local government authorities. *Financial Accountability & Management*, 24(4), 411-438. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2008.00460.x>
- Stella, V. R. (2020). *Comunicação eficiente: Como escrever mensagens com clareza, concisão e funcionalidade*. Aberje Editorial.
- Stone, G. W., & Lodhia, S. (2019). Readability of integrated reports: an exploratory global study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(5), 1532-1557. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2015-2275>
- Strunk, G. (2012). *Como Criar Identidades Visuais para Marcas de Sucesso* (4ª ed.). Rio Books.
- Stubbs, W., & Higgins, C. (2018). Stakeholders' perspectives on the role of regulatory reform in integrated reporting. *Journal of Business Ethics*, 147(3), 489-508. <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10551-015-2954-0>
- Supratiwi, W., Agustia, D., Dianawati, W., & Panggabean, T. (2022). Textual attributes on integrated reporting quality: Evidence in Asia and Europe. *Cogent Business & Management*, 9(1), 1-16. <https://doi.org/10.1080/23311975.2022.2111848>
- Torres, R. L. (2007). *Curso de Direito Financeiro e Tributário* (14ª ed.). Renovar.
- Tribunal de Contas da União. (2018a). *Decisão Normativa nº 170, de 19 de setembro de 2018*. Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010. [https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/TCU/Ins%20Norm/DN\\_170\\_18.htm](https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/TCU/Ins%20Norm/DN_170_18.htm)

Tribunal de Contas da União. (2018b). *Relatório de Gestão na forma de relato integrado:*

*evolução da prestação de contas.* <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/relatorio-de-gestao-na-forma-de-relato-integrado-evolucao-da-prestacao-de-contas.htm>

Tribunal de Contas da União. (2020). *Instrução Normativa TCU nº 84/2020.*

[https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/norma/\\*/COPIATIPONORMA:%28%22Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%22%29%20COPIAORIGEM:%28TCU%29%20NUMNORMA:84%20ANONORMA:2020/DATANORMAORDENACAO%20desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/norma/*/COPIATIPONORMA:%28%22Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%22%29%20COPIAORIGEM:%28TCU%29%20NUMNORMA:84%20ANONORMA:2020/DATANORMAORDENACAO%20desc/0)

Tribunal de Contas da União. (2022). *Relatório de gestão: guia para elaboração na forma de relato integrado: evolução da prestação de contas* (3ª ed.). Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo.

<https://portal.tcu.gov.br/data/files/A6/54/DC/CC/F621C8103F6EEFB8E18818A8/Relatorio%20de%20Gestao%20-%20Guia%20para%20elaboracao%20na%20forma%20de%20Relato%20Integrado%20-%20edicao%20revisada%202022.pdf>

Tribunal de Contas da União. (2023a). *Acórdão 1205/2023.*

[https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/\\*/NUMACORDAO%253A1205%2520ANOACORDAO%253A2023%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1205%2520ANOACORDAO%253A2023%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0)

Tribunal de Contas da União. (2023b). *Portaria-TCU nº 75 de 29 de março de 2023: atualiza e divulga a relação das Unidades Prestadoras de Contas (UPC) do exercício de 2023.*

<https://auditoria.mpu.mp.br/prestacao-de-contas-do-mpu/contas-do-exercicio-de-2023/portaria-75-23-divulga-a-lista-original-de-upc-2023.pdf>

- Tribunal de Contas da União. (2024). *Levantamento do TCU avalia práticas socioambientais das organizações públicas*. <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/levantamento-do-tcu-avalia-praticas-socioambientais-das-organizacoes-publicas.htm>
- Valle-Cruz, D., Fernandez-Cortez, V., & Gil-Garcia, J. R. (2022). From E-budgeting to smart budgeting: Exploring the potential of artificial intelligence in government decision-making for resource allocation. *Government Information Quarterly*, 39(2). <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101644>
- Vitolla, F., Raimo, N., Rubino, M., & Garzoni, A. (2019). How pressure from stakeholders affects integrated reporting quality. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(6), 1591-1606. <https://doi.org/10.1002/csr.1850>
- Widyawati, L. (2020). A systematic literature review of socially responsible investment and environmental social governance metrics. *Business Strategy and the Environment*, 29(2), 619-637. <https://doi.org/10.1002/bse.2393>
- Williams, B. R. (2015). Reporting on sustainability by Australian councils - A communication perspective. *Asian Review of Accounting*, 23(2), 186-203. <http://dx.doi.org/10.1108/ARA-12-2013-0079>
- Williams, R. (2005). *Design para quem não é designer*. Callis Editora Ltda.
- Yusuf, J. E. W., & Jordan, M. M. (2012). Effective Popular Financial Reports: The Citizen Perspective. *Journal of Government Financial Management*, 61(4), 44-49. [https://digitalcommons.odu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1018&context=publicservice\\_pubs](https://digitalcommons.odu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1018&context=publicservice_pubs)
- Yusuf, J. E., Jordan, M. M., Neill, K. A., & Hackbart, M. (2013). For the People: Popular Financial Reporting Practices of Local Governments. *Public Budgeting & Finance*, 33(1), 95-113. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2013.12003.x>

# APÊNDICE A - RG/RI-MPF 2023 - Dotação Orçamentária e Financeira – Versão Publicada - Análise de Legibilidade Textual

**Resultado: nível 12. Alta legibilidade.**

Texto simples. Adequado para adolescentes entre 17 e 18 anos.

Métrica	Pontuação
Teste de facilidade de leitura de Flesch	51.7
Índice Gulepease	54.5
Nível de graduação de Flesch-Kincaid	11.4
Índice de nebulosidade de Gunning adaptado	12.7
Índice de legibilidade automatizado (ARI)	11.6
Índice de Coleman-Liau	11.6

## Resumo descritivo

Letras	9262
Sílabas	3990
Palavras	1874
Sentenças	93
Letras/palavra	4.9
Sílabas/palavra	2.1
Palavras/sentença	20.2
Palavras complexas	281 (15.0%)

Gestão Orçamentária e Financeira  
Perfil do Gasto do MPF  
Este relatório tem por fim prestar contas dos recursos postos à disposição do Ministério Público Federal (MPF) no exercício financeiro de 2023. Nesse ano, a **dotação** inicial aprovada pela Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 (2023), LOA-excluídas as despesas financeiras (contribuição patronal), foi de \$ 4.638.193.873,00 (Rquatro bilhões, **seiscentos** e trinta e oito milhões, **cento** e **noventa** e três mil, **oitocentos** e **setenta** e três reais).

Alterações **orçamentárias posteriores** (créditos **adicionais** e outras **transferências orçamentárias**) **aumentaram** o valor **autorizado** em \$ 38.763.782,00 (Rtrinta e oito milhões, **setecentos** e **sessenta** e três mil, **setecentos** e **oitenta** e dois reais), **perfazendo** o **montante** de \$ 4.676.957.655,00 (Rquatro bilhões, **seiscentos** e **setenta** e seis milhões, **novecentos** e **cinquenta** e sete mil, **seiscentos** e **cinquenta** e cinco reais).

Em relação ao total das despesas **autorizadas** em 2022, houve um **acréscimo** de \$ 600.709.318,00 (Rseiscentos milhões, **setecentos** e nove mil, **trezentos** e **dezoito** reais), ou +14,7%.

As despesas **obrigatórias** (pessoal **ativo**, benefícios **obrigatórios**, aposentadorias e **pensões**) **representaram** 87,9% do total **autorizado** (**observar gráfico** abaixo). Na comparação com 2022, houve um **incremento** de \$ 499,90 Rmilhões, ou +13,8%. **As despesas discricionárias** (de livre execução pelo órgão) **corresponderam** a **12,1%** do orçamento do MPF – houve um **acréscimo** de \$ 100,81 Rmilhões (+21,7%) em relação ao exercício anterior. A composição das despesas **obrigatórias** e **discricionárias** pode ser **visualizada** nos **gráficos** seguintes.

### Execução Financeira

Os pagamentos **efetuados** pelo MPF **totalizaram** \$ 4.672,28 Rmilhões em 2023, sendo \$ 4.620,15 Rmilhões (98,9%) de despesas do exercício e \$ 52,13 Rmilhões (1,1%) **relativos** a **restos** a pagar (**processados** e não **processados**). O **montante** pago **equivale** a 99,9% do limite disponível para pagamento em 2023, **marginalmente** acima do **verificado** em 2022 (99,8%).

Os pagamentos de despesas **obrigatórias somaram** \$ 4.110,41 Rmilhões, o que corresponde a 88,0% de todas as despesas **pagas** pelo MPF em 2023. A evolução das despesas **obrigatórias**, por tipo de gasto, em relação ao ano de 2022 pode ser **observada** no **gráfico** abaixo.

Os maiores aumentos de despesas **ocorreram** em benefícios (+46,5%) e pessoal **ativo** (+10,9%), **seguidos** de aposentadorias e **pensões** (+8,6%). **Essa majoração se explica** pelos reajustes **concedidos** em **auxílio-alimentação** e assistência **pré-escolar** (Portarias /PGRMPU nº 1 e nº 2 respectivamente, ambas de 12 de janeiro de 2023) e pelos reajustes do **subsídio** do procurador-geral da República e da remuneração dos servidores do Ministério Público da União (Leis nº 14.521 e nº 14.524, respectivamente, ambas de 9 de janeiro de 2023).

Em relação às despesas **discricionárias**, foram pagos \$ 561,87 Rmilhões, sendo \$ 514,00 Rmilhões de despesas do exercício (91,5%) e \$ 47,87 Rmilhões de **restos** a pagar (8,5%). As despesas **discricionárias corresponderam** a 12,0% da **totalidade** das despesas **pagas** em 2023. Em comparação com 2022, houve aumento da ordem de \$ 100,79 Rmilhões (+21,9%).

Essa categoria de **despesa** pode ser **subdividida** em **custeio** (manutenção básica das unidades), investimentos (obras, equipamentos, **softwares** e outros materiais **permanentes**) e **inversões** financeiras (**adquisições** de imóveis). A composição percentual dessas despesas e o **comparativo** como anos anteriores podem ser **observados** nos **gráficos** abaixo.

Os gastos de **custeio somaram** \$ 488,85 Rmilhões em 2023, sendo que, desse valor, \$ 30,75 Rmilhões (6,3%) foram **decorrentes** de pagamentos de **restos** a pagar de anos anteriores. Houve aumento de \$ 79,89 Rmilhões (+19,5%) em relação ao ano de 2022. **Esse acréscimo decorreu, dentre outros motivos, do processo gradativo de retorno das atividades presenciais nas instalações do MPF, da retomada de atividades anteriormente suspensas, tais como realização de eventos e viagens, bem como dos reajustes contratuais com percentuais elevados, devido ao ainda expressivo índice inflacionário de 2022 (IPCA de 5,79%), incidente nas repactuações de 2023.**

Pelo gráfico abaixo é possível [visualizar](#) os itens de [custeio](#) mais [expressivos](#) e sua evolução em relação ao ano de 2022. A maior [despesa](#) foi com [vigilância ostensiva](#) ([locação](#) de mão de obra). [Quem mais contribuiu para o acréscimo verificado em 2023, em termos percentuais, foram: despesas de exercícios anteriores \(+380,4%\), indenizações e restituições \(+168,4%\), exposições, congressos e conferências \(+114,1%\), passagens e despesas com locomoção \(+64,4%\), diárias \(+58,4%\) e gratificação por encargo de curso ou concurso – GECC \(+48,7%\).](#)

Quanto aos investimentos, em 2023 o [montante](#) pago foi de \$ 72,03 Rmilhões, sendo \$ 54,91 Rmilhões (76,2%) de despesas do exercício e \$ 17,13 Rmilhões (23,8%) de [restos](#) a pagar. Houve aumento de \$ 28,46 Rmilhões (+65,3%) em relação ao total pago de investimentos em 2022. [Todavia, se considerarmos o pagamento de 47,16 milhões realizado pela Polícia Rodoviária Federal \(PRF\) com recursos do MPF para aquisição de duas aeronaves, o valor total de 2022 sobe para \\$ 90,74 Rmilhões.](#) Nesse cenário, o valor pago de investimentos em 2023 fica \$ 18,73 Rmilhões abaixo do [montante](#) pago em 2022, uma redução de 20,6%.

Do total pago em 2023, \$ 45,45 Rmilhões (63,1%) foram despesas com obras, [aquisição](#) de equipamentos, [softwares](#) etc. \$ 26,58 Rmilhões (36,9%) foram com projetos [específicos de construções](#) (em que a ação [orçamentária](#) é [individualizada](#) na LOA).

[Nessa categoria, os maiores pagamentos ocorreram no projeto Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória \(ES\), somando um total de \\$ 11,84 Rmilhões, seguido da Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal \(RN\), com pagamentos da ordem de \\$ 10,26 Rmilhões e da Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista \(RR\), com \\$ 4,47 Rmilhões pagos.](#)

[Dando continuidade à política de fomento de geração de energia elétrica limpa, por meio da implantação gradual de sistemas fotovoltaicos em suas instalações, em 2023 foram instalados módulos fotovoltaicos em nove unidades do MPF, totalizando pagamentos da ordem de \\$ 2,06 Rmilhões.](#)

No que [tange](#) à [aquisição](#) de imóveis ([inversões](#) financeiras), em 2023 foi [adquirido](#) um imóvel para a Procuradoria da República em Caçador (SC), pelo valor de \$ 990.000,00. RO histórico dos valores destinados à [aquisição](#) de imóveis pode ser [visualizado](#) no [gráfico](#) abaixo.

#### Dotação e Execução das Despesas do MPF em 2023 e 2022

A tabela abaixo [resume](#) a execução [orçamentária](#) e financeira do MPF nos anos de 2023 e 2022. A coluna [dotação](#) corresponde à [totalidade](#) dos créditos [orçamentários](#) disponíveis no MPF. A execução da [despesa](#) envolve três [fases](#) ([empenho](#), [liquidação](#) e pagamento). Os [restos](#) a pagar são considerados no limite de pagamento do Órgão, [consoante preconizado](#) pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que [instituiu](#) o Novo Regime Fiscal. A variação em reais (\$) Re em percentual (colunas k e l, respectivamente) é feita sobre os valores pagos em 2023 e 2022.

#### Restos a Pagar

No início de 2023, o total de despesas [inscricas](#) em [restos](#) a pagar ([processados](#) e não [processados](#)) era de \$ 80,37 Rmilhões, 4,9% abaixo do valor [inscrito](#) no ano de 2022 (redução de \$ 4,13 Rmilhões). Desse total [inscrito](#), foram pagos \$ 52,13 Rmilhões (64,9%), [cancelados](#) \$ 10,47 Rmilhões (8,7%), [restando](#) um saldo a pagar de \$ 17,77 Rmilhões (8,1%), a ser [liquidado](#) ao longo do exercício financeiro de 2024.

Observa-se queda no volume de inscrição de [restos](#) a pagar. Em virtude das [especificidades](#) da execução [orçamentária](#) na [esfera pública](#) e de outros fatores [imprevisíveis](#), que [obrigam](#) o [gestor](#) a fazer uso desse instrumento, [determinado nível](#) dessas despesas sempre [ocorrerá](#). Ainda assim, a Administração busca pagar o máximo das despesas dentro do exercício financeiro em que foram [autorizadas](#), e manter em [patamares](#) mínimos a inscrição em [restos](#) a pagar.

#### Principais Desafios, Ações e Perspectivas Futuras

##### Desafios

Quitar [passivos](#), [contribuindo](#) para a saúde financeira da Instituição.

Reduzir despesas com a **locação** de imóveis.  
 Sistematizar o processo de **acompanhamento** da execução **orçamentária** e financeira.  
 Ampliar o uso de energia **limpa**, com utilização de energia **solar** nas unidades do MPF.  
**Ações**  
 Buscar a utilização plena dos recursos disponíveis no MPF (saldo zero), **maximizando** o pagamento de despesas no exercício corrente e **evitando desperdícios** financeiros.  
 Implantar o Sistema Cosmos em todo o MPU, visando à **padronização** do planejamento e da execução **orçamentária** e financeira entre suas unidades **orçamentárias**.  
 Dotar mais unidades do MPF de sistemas **fotovoltaicos** para geração de energia **limpa**.

#### Gestão de Custos

A Lei nº 10.180/2001 (art. 14, **inciso V**) e o Decreto nº 6.976/2009 (art. 7º, **inciso XIX**) **estabelecem** que o Sistema de Contabilidade Federal tem como finalidade **evidenciar** os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal, **mantendo** um sistema de custos que **permita** a avaliação e o **acompanhamento** da gestão **orçamentária**, financeira e **patrimonial**. Para atender aos **requisitos** dessas leis, o Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 157/2011 e da Portaria nº 716/2011, criou o Sistema de Custos no âmbito do Governo Federal e **estabeleceu** o Sistema de Informações de Custos (SIC) como sistema **informacional** a ser utilizado para o **acompanhamento**, a avaliação e a gestão de custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.

A **funcionalidade** Detacusto no /SICSiafi permite a gestão das informações de custos do MPF por unidades **administrativas** e unidades **vinculadas**, **representadas** pela Procuradoria-Geral da República (PGR), pelas Procuradorias Regionais da República (PRRs), pelas Procuradorias da República (PRs) e pelas Procuradorias da República nos Municípios (PRMs). Em 2023, estavam **ativos** 220 centros de custos **representando** as unidades do MPF.

A gestão de custos **foca** principalmente em **mensurar** o consumo de recursos para a produção de bens e serviços. **Portanto**, além de levar em **consideração** os recursos **orçamentários**, também considera os **registros** de lançamentos **patrimoniais**, como consumo de **estoques**, **amortização** e **depreciação** de bens móveis e imóveis, além de **excluir** algumas despesas **orçamentárias**, como investimentos.

A **funcionalidade** Detacusto permite ainda que seja **utilizada** a data de referência do custo. Uma **despesa liquidada** em 2024 pode **referir-se** a um custo de 2023 ou de anos anteriores, por exemplo. Dessa forma, não podemos considerar os dados disponíveis neste relatório como **definitivos**, já que lançamentos referentes aos **exercícios** anteriores ainda podem ocorrer. Para referência, os dados deste relatório estão **atualizados** até o dia 22 de janeiro de 2024, **retirados** do Tesouro Gerencial.

Até o momento, os custos do MPF em 2023 **totalizaram** aproximadamente \$ 4,78 Rbilhões, aumento de aproximadamente 10,0% em relação a 2022 (\$ 4,35 Rbilhões). Houve aumento nos custos com Pessoal Ativo, Inativo, Encargos Patronais, Serviços de Saúde e Benefícios de aproximadamente 10,1%, como **demonstrado** no **gráfico** abaixo.

Houve aumento de 9,0% nos itens de custos **relativos** aos **dispêndios discricionários** e **patrimoniais** do Órgão, passando de \$ 449,5 Rmilhões, em 2022, para \$ 489,9 Rmilhões, em 2023. Apesar da economia **decorrente** da redução de gastos com **locação** de imóveis e energia elétrica, alguns custos, como **diárias** e passagens, **tiveram** aumentos **expressivos** devido à volta das atividades após o período da **pandemia**.

Os valores dos principais itens de custos **relacionados** ao funcionamento do Órgão e a **variação** dos custos entre os **exercícios** 2022 e 2023, por Procuradorias da República (PRs) e Procuradorias Regionais da República (PRRs) podem ser **observados** nos **gráficos** abaixo. No segundo semestre de 2023, foi **implementado** o primeiro **módulo** do Sistema Cosmos em todo o Ministério Público da União (MPU). O Cosmos **proporciona** maior **agilidade** na execução da **despesa orçamentária**, incluindo a **facilitação** do lançamento dos custos no MPU. O MPF **encontra-se** em período de **adaptação** ao uso dessa nova **ferramenta**. A expectativa é de que, com o pleno funcionamento do Cosmos, seja possível ampliar as possibilidades de **detalhamento** dos custos no MPF, **contribuindo** para maior **agilidade** e melhor **locação** dos recursos **disponibilizados** para o Órgão.

Palavras em azul: são consideradas complexas, no sentido em que elas não estão nas 5 mil primeiras palavras mais usadas conforme o banco de palavras.

Frases sublinhadas em amarelo: considere dividir em duas frases para melhorar a legibilidade do texto.

Frases sublinhadas em vermelho: frase muito longa. Divida-a em duas ou mais frases.



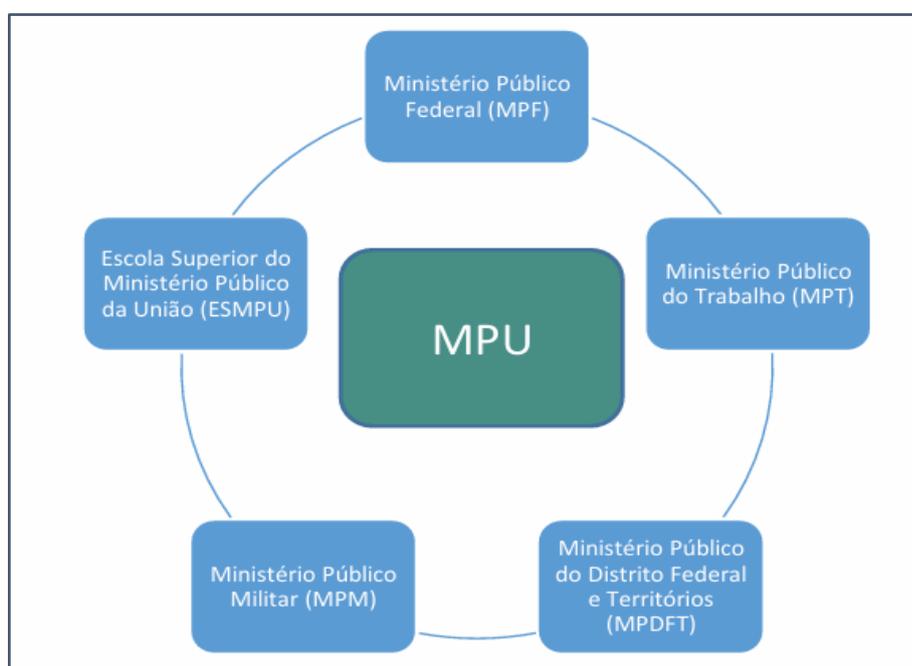


## Introdução

O Ministério Público da União (MPU) é um órgão público federal formado por cinco Unidades Orçamentárias (UO). Dentro do MPU está a Secretaria Geral (SG/MPU) e, abaixo desta, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Contabilidade (SPOC/MPU), que tem entre suas responsabilidades a de responder pela gestão orçamentária, financeira e de custos do MPU.

**Figura 1**

*Unidades Orçamentárias do MPU*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

**A gestão orçamentária e financeira** planeja, acompanha e controla as despesas de uma Instituição pública. O objetivo é entregar produtos e serviços à sociedade da maneira mais eficiente possível. É através da gestão orçamentária e financeira que se controla as receitas e despesas da Instituição, para garantir o cumprimento da Constituição e das leis. Para que a gestão seja efetiva, é importante atuar em todas as **etapas do ciclo orçamentário**:

**Figura 2**

*Etapas do ciclo orçamentário*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No mesmo sentido, é importante que a informação apresentada seja entendida. Assim, considerando que a linguagem simples e acessível é um objetivo estratégico do MPF (OE 07), este relatório espera apresentar os dados com mais clareza. Para tanto, traz ainda uma lista de abreviaturas e um glossário com termos mais complexos

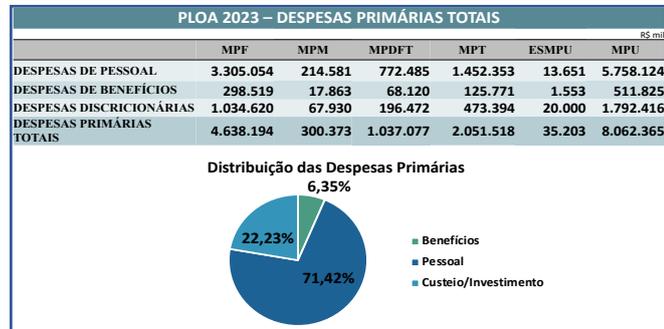
### Origem dos Recursos e Definição dos Limites

Por ser um órgão público, os recursos para o funcionamento do MPU e unidades, são públicos e precisam estar na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União. Na elaboração do orçamento do MPF são observados os critérios necessários para que o MPU cumpra o limite individualizado de gastos que é estabelecido pela Constituição Federal, art. 107, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. Com a existência de um limite, as ações de gestão são ainda mais importantes, uma vez que tanto as despesas obrigatórias quanto as discricionárias devem estar dentro do mesmo limite constitucional.

Antes de iniciar o processo de elaboração da proposta orçamentária do MPF, é definido o valor para cada Ramo e Escola. Atualmente é aplicado um percentual fixo definido pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPU). Este Conselho é a instituição de decisão superior composta pelos procuradores(as)-gerais de todos os Ramos, mais diretor(a) da Escola Superior do MPU (ESMPU). Com a aplicação desta regra, a distribuição dos valores de despesas primárias do MPU para 2023 foi a seguinte:

**Figura 3**

*Despesas primárias*



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

## Execução Orçamentária

O valor **inicial aprovado** na LOA/2023 para o MPF foi de R\$ 4.638.193.873,00 excluídas as despesas financeiras (contribuições patronais). Houve um aumento de R\$ 507.445.017,00 comparado ao aprovado inicial em 2022. A divisão ficou assim:

**Figura 4**

*Valor inicial autorizado – LOA MPF*

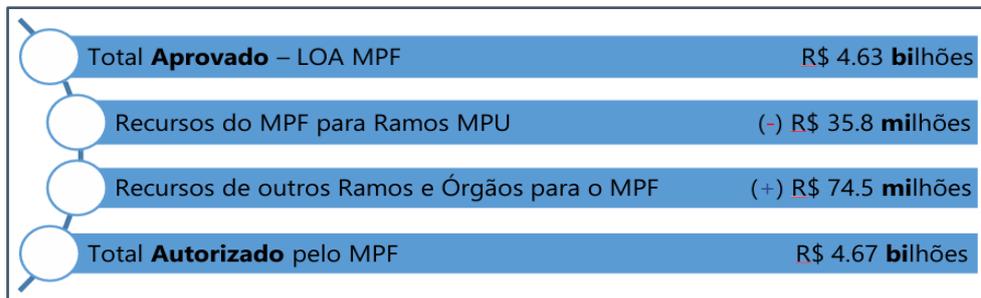


Fonte: LOA (2023).

As **alterações orçamentárias** são feitas por portaria e projeto de lei, mas há ainda outros meios de movimentar valores como Termo de Execução Descentralizada (TED) e Provisão. O resumo destas alterações para 2023 é a seguinte:

**Figura 5**

Valor autorizado – LOA MPF

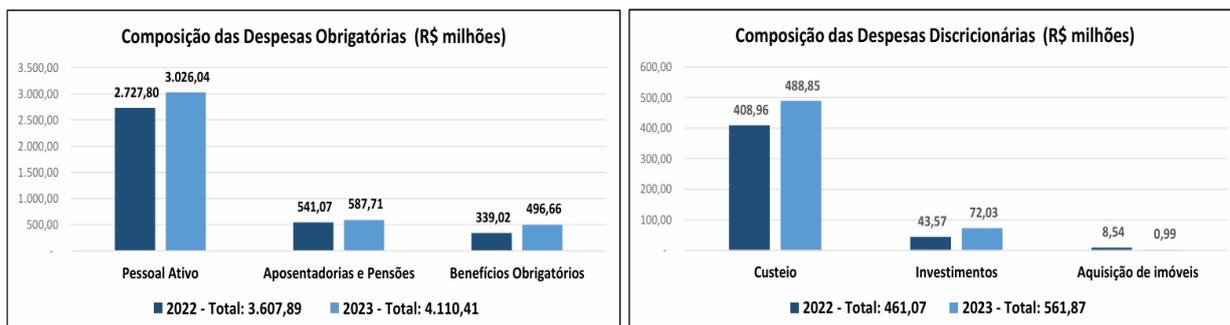


Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Dessa forma, o **valor autorizado** para despesas primárias no MPF em 2023 foi de R\$ 4.676.957.655,00. Veja os detalhes e comparativo com 2022:

**Figura 6**

Comparativo das Despesas Obrigatórias e Discricionárias



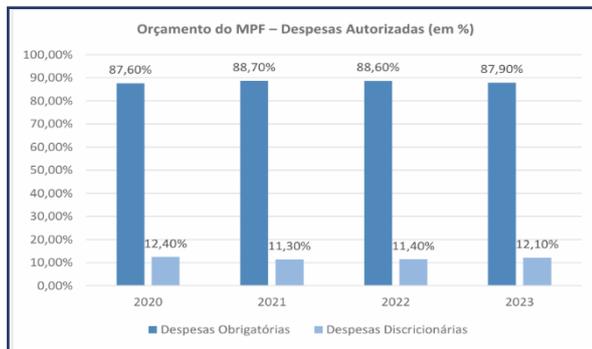
Fonte: Tesouro Gerencial (2024).

### Perfil da Despesa do MPF

Em razão das competências do MPF, a maioria das despesas da Instituição é para pagar salários e benefícios. A Figura a seguir traz o percentual das despesas obrigatórias e discricionárias nos últimos 4 anos.

**Figura 7**

**Orçamento do MPF – Despesas Autorizadas**

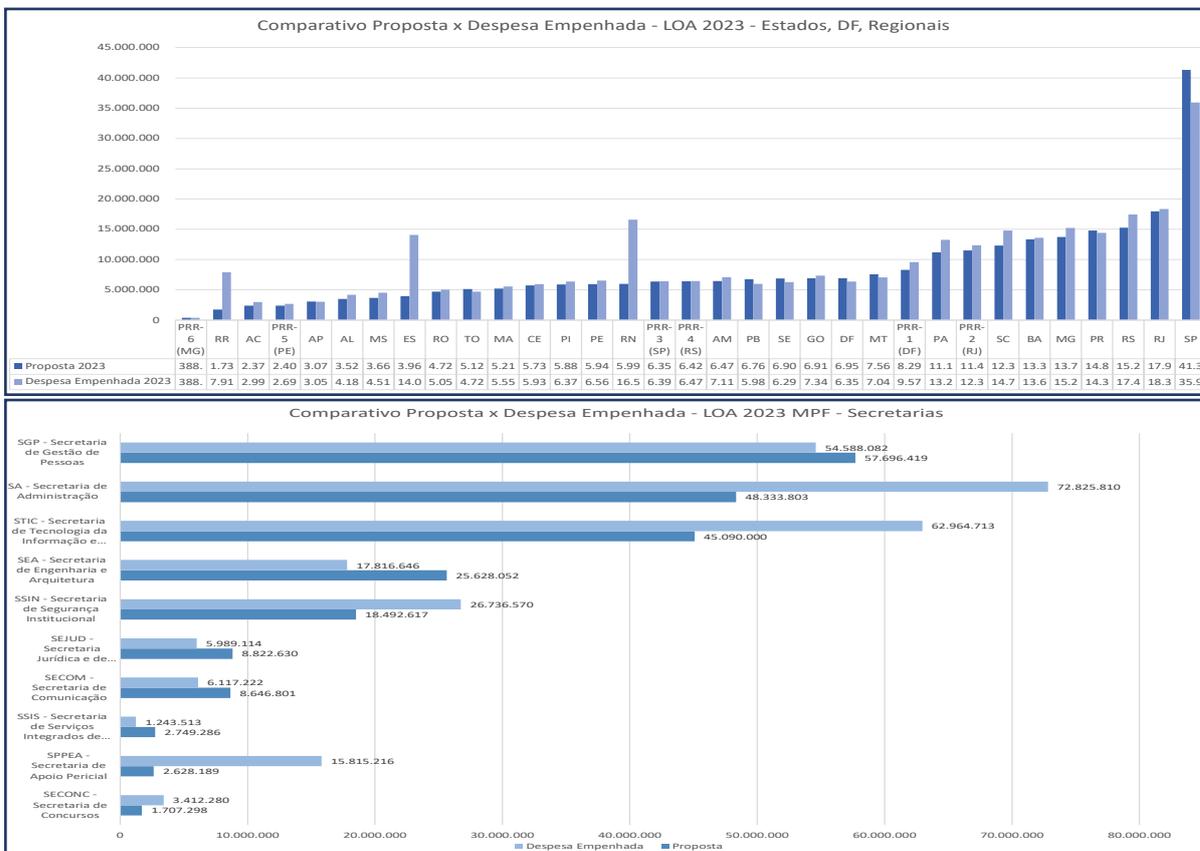


Fonte: Tesouro Gerencial (2024).

Com relação às despesas discricionárias, os gráficos abaixo mostram a despesa aprovada e empenhada em 2023. Os números são de cada estado e região onde o MPF está, e das secretarias nacionais que estão na PGR, mas atendem todo o país.

**Figura 8**

**Comparativo Proposta X Despesa Empenhada – LOA 2023**



Fonte: Tesouro Gerencial (2024).

Algumas unidades estaduais e regionais apresentam grande diferença entre o previsto e o executado. Isto ocorre porque a previsão é com base na manutenção das unidades e a execução com base nos valores totais destinados. A diferença é ainda maior nos estados com obras em andamento, pois obras têm ações próprias e aparecem apenas na execução da unidade. Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Roraima têm grandes obras em andamento.

No caso das Secretarias Nacionais, as diferenças em 2023 foram mais significativas em razão do Plano Institucional de Demandas (PID). Os valores do PID para cada secretaria só são destinados durante o exercício, após análise e aprovação da SG.

O valor empenhado pelo MPF em 2023 foi de R\$ 4.676.493.471,74. O percentual de execução orçamentária foi de 99,99%.

### Execução Financeira

Assim como existe um limite orçamentário, também existe um limite financeiro, mas há uma particularidade para este. Enquanto só é possível empenhar as despesas autorizadas na LOA do ano em curso, o pagamento pode ser feito para despesas da LOA e outras despesas empenhadas em anos anteriores, que são os Restos a Pagar.

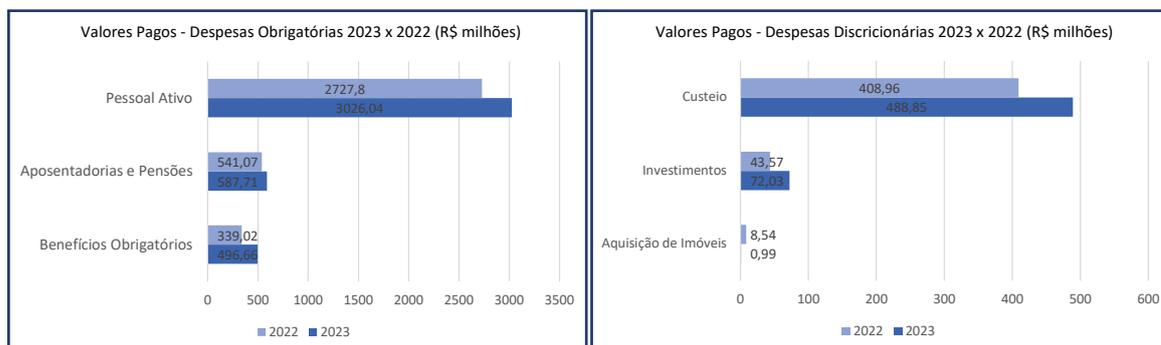
O MPF pagou em 2023 um total de R\$ 4.672.282.399,51, sendo R\$ 4.620.153.853,92 de despesas da LOA 2023 e R\$ 52.128.545,59 de restos a pagar. O percentual de execução financeira foi de 99,92%.

O valor dos pagamentos de despesas obrigatórias foi R\$ 4.110.412.113,79 (88% do total pago) e mostram um aumento em relação a 2022. Isto ocorreu porque os benefícios, os salários dos servidores e subsídios dos membros foram reajustados em 2023.

Em relação às despesas discricionárias, que são compostas por custeio, investimentos e inversões financeiras, o pagamento em 2023 foi de R\$ 561.870.285,72 (12% do total pago). Houve aumento de R\$ 79.885.085,65 no custeio em relação 2022. Esse aumento se deve ao retorno das atividades presenciais que tinham sido reduzidas durante a pandemia da Covid-19. As Figuras a seguir mostram o comportamento das despesas em comparação a 2022:

**Figura 9**

*Valores Pagos: despesas obrigatórias e discricionárias (2023x2022)*



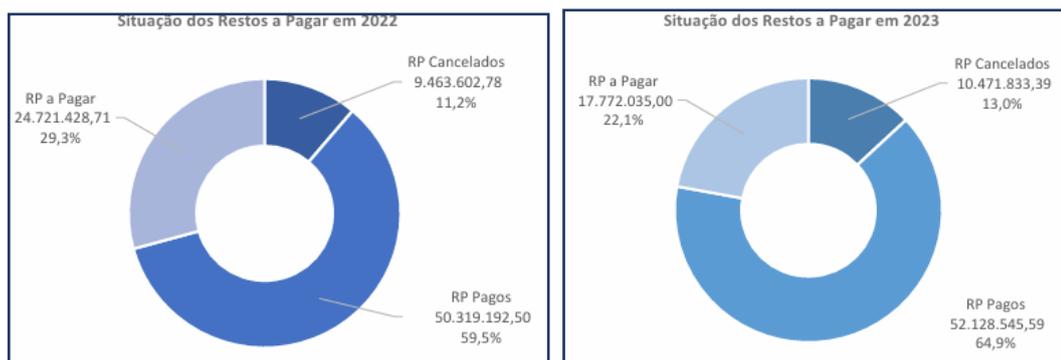
Fonte: Tesouro Gerencial (2024).

Os Restos a Pagar (RP) são despesas empenhadas em anos anteriores que, por alguma razão, não foram pagas no mesmo ano do empenho.

O total de despesas do MPF inscritas em RP (processados e não processados) em 2023 foi de R\$ 80.372.413,98. Desse total, ocorreu pagamento de R\$ 52.128,545,59, sendo R\$ 47,8 milhões de despesas discricionárias e R\$ 4,25 milhões de despesas obrigatórias. Foram cancelados R\$10.471.833,39. A diferença de R\$17.772.035,00 permanece na condição de “a pagar” e foi reinscrita em 2024. Os gráficos abaixo detalham os RPs em 2022 e 2023.

**Figura 10**

*Simulação dos Restos a Pagar (2022 e 2023)*



Fonte: Tesouro Gerencial (2024).

Após um comportamento atípico em 2018 e 2019, os RPs no MPF passam a adotar um comportamento mais equilibrado, seja em valor de inscrição, seja no cancelamento, pagamento e reinscrição, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1***Restos a Pagar no MPF*

Ano Lançamento	RP Cancelados	RP Pagos	RP a Pagar	RP Inscritos
2023	10.471.833,39	52.128.545,59	17.772.035,00	80.372.413,98
2022	9.463.602,78	50.319.192,50	24.721.428,71	84.504.223,99
2021	9.190.850,45	57.878.581,10	21.389.183,59	88.458.615,14
2020	8.294.375,58	79.408.855,71	7.768.310,16	95.471.541,45
2019	49.633.023,66	80.064.815,51	7.024.636,36	136.722.475,53
2018	35.590.563,28	91.755.310,23	52.425.704,50	179.771.578,01

Fonte: Tesouro Gerencial (2024).

## Resumo da Execução Orçamentária e Financeira

A Tabela 2 traz a execução orçamentária e financeira do MPF nos anos de 2023 e 2022. A coluna dotação corresponde à totalidade dos créditos orçamentários disponíveis no MPF. As colunas seguintes trazem as três fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento. Os restos a pagar são considerados no limite de pagamento do Órgão. A variação em reais (R\$) é feita sobre os valores pagos em 2023 e 2022.

**Tabela 2***Execução orçamentária e financeira do MPU (2023 e 2022)*

Despesa	Despesas MPF 2023 e 2022 - Autorizado e Executado										Variação (Valor pago) 2023-2022
	2023					2022					
	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	
Pessoal e Benefícios	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97
Aquisição de Imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,50</b>

Fonte: Tesouro Gerencial (2024).

## Custos

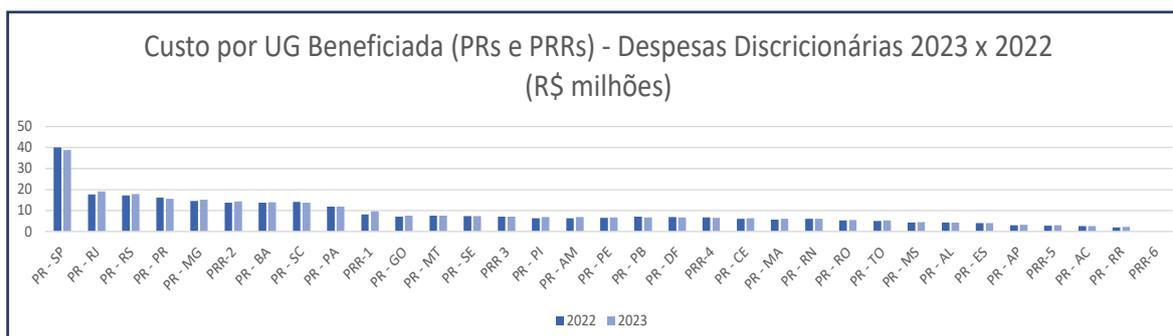
O Tesouro Nacional adota o Sistema de Informações de Custos (SIC) para acompanhar, avaliar e gerir os custos na Administração Pública Federal. A função Detacusto no SIC/Siafi permite a gestão das informações de custos por centros de custos.

No MPF a medição é feita por unidades administrativas e vinculadas: Procuradoria-Geral da República (PGR), Procuradorias Regionais da República (PRRs), Procuradorias da República (PRs) e Procuradorias da República nos Municípios (PRMs). Em 2023 o MPF tinha 220 centros de custos.

A gestão de custos é diferente da gestão. Além dos recursos orçamentários, a gestão de custos considera o efetivo consumo de estoques, a amortização e a depreciação de bens móveis e imóveis. Além disso, a metodologia de cálculo dos custos considera o período do fato gerador, ou seja, uma despesa liquidada em 2023 pode ser de anos anteriores. A referência usada neste relatório é o dia 22 de janeiro de 2024, e os dados são do Tesouro Gerencial. Os valores dos custos relacionados às despesas discricionárias por estados, DF e regiões podem ser observados na Figura 11.

**Figura 11**

*Custo por UG beneficiada (2023 e 2022)*



Fonte: Tesouro Gerencial (2024).

Um ponto bastante positivo no caso do MPF é a possibilidade de informar sobre os custos das PRMs, que não têm codificação própria no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Isto permite que os gestores possam tomar melhores decisões sobre aplicação de recursos, inclusive nas menores unidades.

Por outro lado, o MPF enfrenta o desafio de aumentar a análise para despesas com execução centralizada, como as obrigatórias, que representam mais de 87% do total autorizado. Além disso, alguns custos das unidades são medidos por meio de rateios, o que pode impactar negativamente na qualidade da informação por se tratar de um custo aproximado.

## Iniciativas e Próximas Ações

**Proposta Orçamentária Simplificada** - Com linguagem simples, técnicas de comunicação visual e informações resumidas, a proposta orçamentária de 2024 foi 80% menor comparado à proposta de 2019. O novo modelo traz QR Code com o detalhamento das despesas previstas.

**Política do Saldo Zero** – teve início em 2020 para garantir a utilização plena e qualificada dos recursos. Em 2019 a perda orçamentária foi de R\$ 12,3 milhões de reais, chegando a apenas 474 mil em 2023; já a perda financeira diminuiu de R\$ 20,7 milhões para 3.8 milhões no mesmo período. A Tabela 3 traz a execução do MPF, o que demonstra em parte os efeitos da Política do Saldo Zero.

**Tabela 3**

*Execução orçamentária do MPF (2019 a 2023)*

	Execução Orçamentária				Execução do Limite de Pagamento				RS 1,00
	DOTAÇÃO ATUALIZADA a	DESPESAS EMPENHADAS b	SALDO ORÇAMENTÁRIO c = a - b	% DE UTILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO d = b / a	LIMITE DE PAGAMENTO e	TOTAL PAGO f	SALDO DE LIMITE DE PAGAMENTO g = e - f	% DE UTILIZAÇÃO DO LIMITE DE h = f / e	
<b>MPF</b>									
<b>2019</b>	<b>3.720.046.787</b>	<b>3.707.681.681</b>	<b>12.365.106</b>	<b>99,67%</b>	<b>3.720.046.787</b>	<b>3.699.295.905</b>	<b>20.750.882</b>	<b>99,44%</b>	
PRIMARIO OBRIGATORIO	3.248.098.647	3.248.093.932	4.715	100,00%	3.248.098.647	3.249.162.789	-1.064.142	100,03%	
PRIMARIO DISCRICIONARIO	471.948.140	459.587.749	12.360.391	97,38%	471.948.140	450.133.115	21.815.025	95,38%	
<b>2020</b>	<b>3.829.009.438</b>	<b>3.826.265.985</b>	<b>2.743.453</b>	<b>99,93%</b>	<b>3.829.009.438</b>	<b>3.824.702.207</b>	<b>4.307.231</b>	<b>99,89%</b>	
PRIMARIO OBRIGATORIO	3.348.232.584	3.348.035.254	197.330	99,99%	3.348.232.584	3.351.685.942	-3.453.358	100,10%	
PRIMARIO DISCRICIONARIO	480.776.854	478.230.731	2.546.123	99,47%	480.776.854	473.016.265	7.760.589	98,39%	
<b>2021</b>	<b>3.820.628.457</b>	<b>3.819.084.296</b>	<b>1.544.161</b>	<b>99,96%</b>	<b>3.820.628.457</b>	<b>3.814.461.410</b>	<b>6.167.047</b>	<b>99,84%</b>	
PRIMARIO OBRIGATORIO	3.388.245.092	3.387.902.467	342.625	99,99%	3.388.245.092	3.387.329.756	915.336	99,97%	
PRIMARIO DISCRICIONARIO	432.383.365	431.181.829	1.201.536	99,72%	432.383.365	427.131.654	5.251.711	98,79%	
<b>2022</b>	<b>4.110.485.233</b>	<b>4.108.724.548</b>	<b>1.760.685</b>	<b>99,96%</b>	<b>4.110.485.233</b>	<b>4.102.905.522</b>	<b>7.579.711</b>	<b>99,82%</b>	
PRIMARIO OBRIGATORIO	3.590.514.448	3.590.504.775	9.673	100,00%	3.590.514.448	3.587.693.609	2.820.839	99,92%	
PRIMARIO DISCRICIONARIO	519.970.785	518.219.773	1.751.012	99,66%	519.970.785	515.211.913	4.758.872	99,08%	
<b>2023</b>	<b>4.602.388.936</b>	<b>4.601.914.603</b>	<b>474.333</b>	<b>99,99%</b>	<b>4.602.388.936</b>	<b>4.598.555.702</b>	<b>3.833.234</b>	<b>99,92%</b>	
PRIMARIO OBRIGATORIO	4.037.255.514	4.037.244.679	10.835	100,00%	4.037.255.514	4.037.206.525	48.989	100,00%	
PRIMARIO DISCRICIONARIO	565.133.422	564.669.924	463.498	99,92%	565.133.422	561.349.177	3.784.245	99,33%	

Nota: exclui os valores enviados para outros órgãos e UOs e recebidos de outros órgãos e UOs.

Fonte: Tesouro gerencial (2024).

**Plano Institucional de Demandas – PID** - Mapeia as necessidades das unidades do MPF sem previsão orçamentária inicial para melhor aproveitamento dos saldos. Permite conhecer e decidir sobre o que atender, melhora o processo de contratação e economiza com compras compartilhadas.

**Instrução de Serviço (IS) nº 01/2021** - Divulga os resultados de todas as Unidades Administrativas de Gestão (UAGs) do MPF. Permite compartilhar boas práticas, aumenta a transparências e melhora os processos e aplicação dos recursos.

**Projeto Energia Limpa** - Compra de painéis solares. Investimentos de mais de R\$ 5,7 milhões de reais em 18 estados. Contribui com a sustentabilidade ambiental.

**Projeto Aluguel Zero** - Compra de imóveis mais adequados às necessidades atuais. Diminui despesas com aluguel.

**Projeto de Tratamento Arquivístico** - Digitalização dos arquivos. Já são quase R\$ 3,6 milhões investidos. Amplia a eficiência e reduz despesas com espaço físico.

**Projeto do Almoxarifado Virtual** - Evita estoques desnecessários. Pode economizar mais de R\$ 2,2 milhões apenas com os processos de licitação.

**Próximas Ações - Sistema Cosmos MPU** - Iniciativa histórica no MPU, o Cosmos é o primeiro sistema para atender todo o órgão e uniformizar procedimentos. O Cosmos MPU vai permitir que o gestor veja, em tempo real, todas as iniciativas que envolvem recursos públicos. Sua completa implantação revolucionará a forma de gerir os recursos e os custos da Instituição. No segundo semestre de 2023, foi implantado o Módulo de Finanças. No ano de 2024 serão desenvolvidos os módulos de Planejamento e Orçamento.

E, para concluir, a busca de novas tecnologias, o uso de linguagem simples e eficiência na aplicação dos recursos são um compromisso do MPF. Apresentar dados confiáveis e de forma mais clara e compreensível, facilita a decisão do gestor e permite que a sociedade fiscalize melhor a Instituição. Para mais detalhes, segue o *QR Code* com toda a execução orçamentária e financeira do MPF por ação orçamentária, inclusive dos valores recebidos de outros órgãos.



## LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CASMPU	Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União
ESMPU	Escola Superior do MPU
IS	Instrução de Serviço
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPU	Ministério Público da União
PID	Plano Institucional de Demandas
PGR	Procuradoria Geral da República
PRs	Procuradorias da República
PRMs	Procuradorias da República nos Municípios
PRRs	Procuradorias Regionais da República
RP	Restos a Pagar
SG/MPU	Secretaria Geral do Ministério Público da União
SPOC/MPU	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Contabilidade do Ministério Público da União
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Sistema de Informações de Custos
TED	Termo de Execução Descentralizada
UAG	Unidade Administrativa de Gestão
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária

# GLOSSÁRIO

**Ação orçamentária** – É uma divisão de um programa de governo. Pode ser projeto, atividade ou operação especial.

**Atividade** – É o tipo de ação orçamentária usada para manutenção dos órgãos públicos. São iniciativas constantes, sem prazo para acabar.

**Despesas Correntes** - são os gastos para manutenção dos órgãos, como pagar pessoal, comprar café, pagar água e luz. Não aumentam o patrimônio do Estado.

**Despesas de Capital** - são gastos que aumentam o patrimônio do Estado, como construir um prédio ou comprar equipamentos, por exemplo.

**Despesas Financeiras** - Despesa que não altera a Dívida Líquida do Setor Público. O pagamento da previdência do servidor público, por exemplo, que foi descontado do salário dele.

**Despesas Primárias** - Despesa que aumenta a Dívida Líquida do Setor Público. São exemplos o pagamento dos salários dos servidores, gastos com manutenção dos órgãos, construção de uma ponte.

**Dívida Líquida do Setor Público** – É a dívida total do país, incluindo governos federal, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Previdência Social e empresas estatais.

**Empenho** – Primeira fase da despesa pública. Funciona como de que existe o valor necessário para um compromisso assumido.

**Limite Financeiro** - É o valor máximo da despesa primária a ser pago a cada ano pelo órgão para obedecer ao teto de gastos estabelecido na Constituição. Inclui os pagamentos da LOA do ano e os pagamentos de restos a pagar.

**Limite Orçamentário** - É o valor total autorizado na LOA para o órgão e deve ser usado dentro do ano.

**Liquidação** – Segunda fase da despesa pública. Garantia de que o bem ou serviço foi entregue à administração. Gera o direito de receber o pagamento por quem prestou o serviço ou entregou o bem.

**Operação Especial** - É o tipo de ação orçamentária que nem é para manutenção e nem para ampliar o atendimento do Estado. São exemplo o pagamento de juros e de inativos.

**Pagamento** – Terceira fase da despesa pública. A administração pública faz o pagamento para quem prestou o serviço ou forneceu o bem.

**Projeto** - É o tipo de ação orçamentária para a ampliação ou melhora do trabalho do Estado. Tem prazo para começar e terminar, como construir uma escola, por exemplo.

**Provisão** - São transferências de recursos dentro do mesmo órgão.

**Restos a pagar** – Despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro. Podem ser processados (despesas empenhadas e liquidadas no mesmo ano) e não processados (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

**Termo de Execução Descentralizada** - são transferências de recursos para execução em outro órgão.

## Resultados da análise de legibilidade

<p><b>Resultado: nível 9. Alta legibilidade.</b></p> <p>Texto simples. Adequado para adolescentes entre 14 e 15 anos.</p>		<p><b>Resumo descritivo</b></p>	
		Letras	8585
		Sílabas	3705
		Palavras	1760
		Sentenças	135
		Letras/palavra	4.9
		Sílabas/palavra	2.1
		Palavras/sentença	13.0
		Palavras complexas	180 (10,2%)
<b>Métrica</b>	<b>Pontuação</b>		
Teste de facilidade de leitura de Flesch	60.9		
Índice Gulepease	63.2		
Nível de graduação de Flesch-Kincaid	8.6		
Índice de nebulosidade de Gunning adaptado	8.3		
Índice de legibilidade automatizado (ARI)	8.2		
Índice de Coleman-Liau	10.7		

<p><b>Introdução</b></p> <p>O Ministério Público da União (MPU) é um órgão público federal formado por cinco Unidades Orçamentárias (UO). Dentro do MPU está a Secretaria Geral (SGMPU) e, abaixo desta, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Contabilidade (SPOCMPU), que tem entre suas responsabilidades a de responder pela gestão orçamentária, financeira e de custos do MPU.</p> <p>A gestão orçamentária e financeira planeja, acompanha e controla as despesas de uma Instituição pública. O objetivo é entregar produtos e serviços à sociedade da maneira mais eficiente possível. É através da gestão orçamentária e financeira que se controla as receitas e despesas da Instituição, para garantir o cumprimento da Constituição e das leis.</p> <p>Para que a gestão seja efetiva, é importante atuar em todas as etapas do ciclo orçamentário.</p> <p>No mesmo sentido, é importante que a informação apresentada seja entendida. Assim, considerando que a linguagem simples e acessível é um objetivo estratégico do MPF (OE 07), este relatório espera apresentar os dados com mais clareza. Para tanto, traz ainda uma lista de abreviaturas e um glossário com termos mais complexos.</p> <p><b>Origem dos Recursos e Definição dos Limites</b></p> <p>Por ser um órgão público, os recursos para o funcionamento do MPU e unidades, são públicos e precisam estar na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União. Na elaboração do orçamento do MPF são observados os critérios necessários para que o MPU cumpra o limite individualizado de gastos que é estabelecido pela Constituição Federal, art. 107, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.</p> <p>Com a existência de um limite, as ações de gestão são ainda mais importantes, uma vez que tanto as despesas obrigatórias quanto as discricionárias devem estar dentro do mesmo limite constitucional.</p> <p>Antes de iniciar o processo de elaboração da proposta orçamentária do MPF, é definido o valor para cada Ramo e Escola. Atualmente é aplicado um percentual fixo definido pelo Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União (CASMPU). Este Conselho é a instituição de decisão superior composta pelos (procuradores/as)-gerais de todos os Ramos, mais (diretora) da ESMPU.</p> <p>Com a aplicação desta regra, a distribuição dos valores de despesas primárias do MPU para 2023 foi a seguinte.</p> <p><b>Execução Orçamentária</b></p> <p>O valor inicial aprovado na /2023 LOA para o MPF foi de \$ 4.638.193.873,00. Recluídas as despesas financeiras (contribuições patronais). Houve um aumento de \$ 507.445.017,00 comparado ao aprovado inicial em 2022. A divisão ficou assim.</p> <p>As alterações orçamentárias são feitas por portaria e projeto de lei, mas há ainda outros meios de movimentar valores como Termo de Execução Descentralizada (TED) e Provisão. O resumo destas alterações para 2023 é a seguinte:</p> <p>Dessa forma, o valor autorizado para despesas primárias no MPF em 2023 foi de \$ 4.676.957.655,00. Rveja os detalhes e comparativo com 2022.</p> <p><b>Perfil da Despesa do MPF</b></p> <p>Em razão das competências do MPF, a maioria das despesas da Instituição é para pagar salários e benefícios. O gráfico abaixo traz o percentual das despesas obrigatórias e discricionárias nos últimos 4 anos.</p> <p>Com relação às despesas discricionárias, os gráficos abaixo mostram a despesa aprovada e empenhada em 2023. Os números são de cada estado e região onde o MPF está, e das secretarias nacionais que estão na PGR, mas atendem todo o país.</p> <p>Algumas unidades estaduais e regionais apresentam grande diferença entre o previsto e o executado. Isto ocorre porque a previsão é com base na manutenção das unidades e a execução com base nos valores totais destinados. A diferença é ainda maior nos estados com obras em andamento, pois obras têm ações próprias e aparecem apenas na execução da unidade. Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Roraima têm grandes obras em andamento.</p> <p>No caso das Secretarias Nacionais, as diferenças em 2023 foram mais significativas em razão do Plano Institucional de Demandas (PID). Os valores do PID para cada secretaria são destinados durante o exercício, após análise e aprovação da SG.</p> <p>O valor empenhado pelo MPF em 2023 foi de \$ 4.676.493.471,74. RO percentual de execução orçamentária foi de 99,99%.</p> <p><b>Execução Financeira</b></p> <p>Assim como existe um limite orçamentário, também existe um limite financeiro, mas há uma particularidade para este. Enquanto só é possível empenhar as despesas autorizadas na LOA do ano em curso, o pagamento pode ser feito para despesas da LOA e outras despesas empenhadas em anos anteriores, que são os Restos a Pagar.</p> <p>O MPF pagou em 2023 um total de \$ 4.672.262.399,51, sendo \$ 4.620.153.853,92 Rde despesas da LOA 2023 e \$ 52.128.545,59 Rde restos a pagar. O percentual de execução financeira foi de 99,92%.</p> <p>O valor dos pagamentos de despesas obrigatórias foi \$ 4.110.412.113,79 (88% Rdo total pago) e mostram um aumento em relação a 2022. Isto ocorreu porque os benefícios, os salários dos servidores e subsídios dos membros foram reajustados em 2023.</p> <p>Em relação às despesas discricionárias, que são compostas por custeio, investimentos e inversões financeiras, o pagamento em 2023 foi de \$ 561.870.285,72 (12% Rdo total pago). Houve aumento de \$ 79.885.085,65 Rno custeio em relação 2022. Esse aumento se deve ao retorno das atividades presenciais que tinham sido reduzidas durante a pandemia da 19. Covid-Os gráficos abaixo mostram o comportamento das despesas em comparação a 2022.</p>
--



# APÊNDICE C - RG/RI-MPF 2018 - Dotação Orçamentária e Financeira – Versão Publicada - Análise de Legibilidade Textual

Resultado: nível 16. Média legibilidade.		Resumo descritivo	
Dificuldade média. Pode ser bem compreendido por universitários em final de graduação		Letras	17709
		Sílabas	7710
		Palavras	3286
<b>Métrica</b>	<b>Pontuação</b>	Sentenças	122
Teste de facilidade de leitura de Flesch	29.1	Letras/palavra	5.4
Índice Gulpease	46.2	Sílabas/palavra	2.3
Nível de graduação de Flesch-Kincaid	16.1	Palavras/sentença	26.9
Índice de nebulosidade de Gunning adaptado	18.2	Palavras complexas	863 (26.3%)
Índice de legibilidade automatizado (ARI)	16.6		
Índice de Coleman-Liau	14.3		

A Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) integra a estrutura da Secretaria - Geral do Ministério Público Federal (SGMPF), conforme disposto no Regimento Interno Administrativo do MPF (Portaria /SGMPF nº 382/2015). No citado regimento, estão elencadas as competências e atribuições da SPO, que incluem a coordenação, orientação e supervisão das atividades relativas ao planejamento e execução orçamentária e financeira.

A SPO tem a função de articulação externa com a Secretaria de Orçamento Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, Unidades Orçamentárias do Ministério Público da União (MPU) e Conselho Superior do Ministério Público (CNMP) e de articulação interna e de elaboração de diretrizes e orientações com as unidades gestoras e administrativas do MPF, em matérias orçamentárias e financeiras.

A instituição vem enfrentando os desafios impostos pelas restrições orçamentárias atuais, decorrentes da situação econômica do país e refletidas nos dispositivos da Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016. A SPO vem atuando em prol do MPF com o objetivo de proporcionar um adequado suporte financeiro às unidades do MPF, não obstante o citado cenário econômico-fiscal adverso e garantir a continuidade da prestação dos serviços do Órgão perante a sociedade.

Dessa forma, apesar de não atuar diretamente na execução dos recursos orçamentários e financeiros, vem atuando no sentido de conscientizar os colaboradores (gestores, servidores, prestadores de serviço) da nova realidade de restrição orçamentária vigente, ao mesmo tempo que busca garantir a manutenção das atividades das diversas áreas de atuação do MPF, com aderência às normas legais e transparência.

Destacamos a seguir os resultados positivos das ações desenvolvidas pela SPO em 2018, alinhados ao Planejamento Estratégico do MPF (Portaria /SGMPF nº 897/2011), em especial aos objetivos estratégicos vinculados à sustentabilidade orçamentária: estabelecer prioridades claras na realização de investimentos e assegurar a transparência e a qualidade do gasto e da prestação orçamentária;

>> Centros de custos no MPF: em evolução aos sistemas internos de medição de custos utilizados em exercícios anteriores, o MPF iniciou a implementação dos centros de custos a partir do Siafi. O objetivo é de utilizar as informações disponíveis para aumentar a eficácia do planejamento e da alocação dos recursos disponíveis; e

>> Metodologia de Projeção, Análise e Gestão de Pagamentos (PAGP): no contexto da EC nº 95/2016, a SPO elaborou e aplicou durante todo o ano a metodologia PAGP, baseada no comportamento histórico dos pagamentos realizados pelo MPU, com o objetivo de estabelecer correlações estatísticas que possam fomentar o controle do limite de pagamentos do MPU.

No contexto atual, consideramos que melhorias contínuas nos processos de planejamento, acompanhamento e controle orçamentários e financeiros são primordiais para atuação eficaz e efetiva do MPF. Dessa forma, a SPO continuará atuando dentro de suas competências e atribuições regimentais para:

>> garantir o respeito ao limite de pagamento imposto pela EC nº 95/2016, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e as demais legislações vigentes;

>> manter a sustentabilidade orçamentária do MPF para atender crescente demanda, por parte da sociedade, dos serviços oferecidos pelo Ministério Público Federal;

>> aprimorar as ações para conscientização dos gestores, com o objetivo de racionalização de despesas do MPF;

>> implantar o Sistema de Gestão de Custos no âmbito do MPF, de forma a disponibilizar aos gestores informações para melhoria nos processos de alocação de recursos;

>> incentivar aperfeiçoamentos nos processos de contratação de bens e serviços, visando economia de recursos;

>> aprimorar a gestão de riscos no âmbito do planejamento orçamentário, de modo a antever e minimizar potenciais ameaças aos objetivos estratégicos; e

>> manter abertos canais de comunicação com os gestores, incentivando medidas que visem garantir a sustentabilidade orçamentária ao longo dos anos.

A conformidade e a confiabilidade das informações prestadas fundamentam-se em informações extraídas dos sistemas disponíveis ao MPF, tais como Siafi, Slop, Tesouro Gerencial e em informações prestadas pelos gestores do MPF.

Por fim, DECLARAMOS que os padrões de gestão orçamentários e financeiros do Ministério Público Federal atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas.

5.3 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2018 (2018) LOA-consignou ao Ministério Público Federal (MPF) o montante inicial de \$ 3.883,79 Rmíhoes. Alterações orçamentárias posteriores redefiniram a dotação para \$ 3.876,60 Rmíhoes. Esse valor corresponde a um acréscimo de 2,7% em relação ao orçamento do ano anterior.

Os cancelamentos de dotação do MPF consistiram em remanejamentos para outras unidades orçamentárias do Ministério Público da União (MPU), afetadas por meio de créditos adicionais, para suprir insuficiências de dotação apresentadas por essas unidades no decorrer do exercício financeiro. Os dados analisados referem-se à execução orçamentária e financeira das 35 unidades gestoras do MPF (procuradorias da República, procuradorias regionais da República e Procuradoria-Geral da República), e excluem os valores descentralizados a outros órgãos ou unidades orçamentárias.

COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DO MPF

Sob a ótica do grupo de natureza de despesa, o orçamento do MPF é representado:

Despesas com pessoal (despesa obrigatória) para melhor compreensão do total de dispêndios com pessoal, aqui foram considerados os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral) e benefícios assistenciais, além das despesas de pessoal e encargos sociais.

Despesas de custeio (despesa discricionária): despesas alocadas na prestação dos mais variados serviços de manutenção organizacional de todas as unidades administrativas do MPF. Tais gastos incluem materiais de consumo, locação de imóveis, locação de mão de obra, pagamento de estagiários, manutenção predial etc.

Investimentos (despesa discricionária): são dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como construções, reformas, modernização de instalações, aquisição de equipamentos, desenvolvimento de softwares, etc.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do MPF ocorre de forma descentralizada, por meio de 35 unidades gestoras (27 Procuradorias da República, 5 Procuradorias Regionais da República, Secretaria-Geral, Secretaria de Gestão de Pessoas e Secretaria de Administração, sendo as três últimas integrantes da Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília-DF). Da dotação autorizada para 2018 de \$ 3.876,60 Rmíhoes, o MPF empenhou \$ 3.812,80 Rmíhoes e liquidou \$ 3.731,82 Rmíhoes. Foram inscritos em restos a pagar não processados \$ 80,98 Rmíhoes.

Do montante empenhado em 2018 pelo MPF, \$ 19,78 Rmíhoes são oriundos de outras unidades orçamentárias, notadamente do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), relativos, principalmente, a protocolos de cooperação firmados entre essas unidades orçamentárias e o MPF para execução descentralizada de despesas referentes ao plano de saúde dos servidores e membros (Plan-Assiste).

**EXECUCAO FINANCEIRA**  
Da dotacao referente 2018, a LOA foram pagos no exercicio \$ 3.728,20 Rmilhoes. Tambem foram pagas obrigacoes oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores a 2018 (restos a pagar processados e nao processados), no montante de \$ 91,80 Rmilhoes, elevando o total pago em 2018 para \$ 3.820,00 Rmilhoes.

**DISPENSAS COM DESLOCAO**  
As despesas com pessoal em 2018 representaram 84,8% do total autorizado na LOA. Em comparacao com 2017, houve um incremento de 2,2%, decorrente, principalmente, de progressoes de carreiras e da implementacao de duas parcelas (junho e novembro) do reajuste dos servidores, concedido pela Lei no 13.316, de 20 de julho de 2016. A execucao dessa classe de despesa ficou proxima da integralidade, com 97,7% da dotacao efetivamente pagos no exercicio. A tendencia para esse gasto - este aumento nos proximos anos, haja vista a implementacao da ultima parcela de reajuste dos servidores do MPU, incidente a partir de 1o de janeiro de 2019 e a concessao de reajuste do subsidio da procuradora-geral da Republica, autorizada pela Lei no 13.753, de 26 de novembro de 2018.

**DESPESAS DE CUSTEIO**  
Em 2018, a dotacao disponivel para despesas de custeio foi de \$ 527,37 Rmilhoes, \$ 4,84 Rmilhoes abaixo do disponivel no exercicio anterior (\$ 532,21 Rmilhoes). Foram pagos no exercicio \$ 504,82 Rmilhoes, sendo que \$ 35,49 Rmilhoes (7%) sao relativos a pagamento de restos a pagar. Os gastos mais representativos de custeio concentram-se em Jocacao de mao de obra e servicos de terceiros - pessoa juridica, com 34,4% e 26,2% do montante pago, respectivamente. Dadas as limitacoes impostas pelo Novo Regime Fiscal instituido pela Emenda Constitucional no 95/2016, a tendencia esperada para despesas de custeio - manter-se estavel ou mesmo reduzir-se, amedida que se implementam diversas acoes para reducao e racionalizacao desses gastos na Instituicao.

**INVESTIMENTOS**  
As despesas com investimentos sofreram reducao de 50% em relacao ao autorizado em 2017. As maiores reducoes ocorreram em Obras e Instalacoes, em que sao alocados os valores com projetos especificos de construtores e de reformas de moveis. Em 2018 houve reducao de \$ 38,09 Rmilhoes (61,4%) - nesse elemento de despesa em comparacao com 2017.

Nas demais despesas de investimentos, a reducao foi de \$ 22,97 Rmilhoes, que corresponde a 38,3% - na mesma base de comparacao. Essa expressiva reducao em investimentos decorre das restricoes orçamentarias impostas pela EC no 95/2016 e da consequente priorizacao de gastos com pagamento de folha de pessoal e despesas de manutencao (custeio) das unidades.

Quanto aos pagamentos efetuados, em 2018, somando-se tambem os relativos a restos a pagar, obtem-se o montante de \$ 77,73 Rmilhoes pagos, \$ 52,24 Rmilhoes abaixo do que foi pago no ano anterior (\$ 129,97 Rmilhoes).

Excluindo-se as despesas com construtores e reformas, classificadas como Obras e Instalacoes, o MPF pagou o montante de \$ 36,76 Rmilhoes em 2018. Os maiores percentuais de pagamento dessas despesas estaõ relacionados a equipamentos de Tecnologia da Informacao e Comunicacao (TIC) e a aquisicao e desenvolvimento de softwares, em linha com a politica de nacionalizacao de produtos informacionais do MPF, privilegiando o acesso digital ao fisico.

Dado o cenario de restricao orçamentaria vigente, a tendencia para investimentos no MPF, tanto em termos de construtores, reformas e modernizacao de sedes quanto de aquisicao de equipamentos e outros bens permanentes, e de acentuada reducao. Foram suspensos novos projetos de construtor e aquisicao de edificios-sede, bem como de implantacao de novas procuradorias da Republica. Na alocacao das dotacoes, foram priorizadas obras em fase de conclusao, obedecendo a criterios estritamente tecnicos estabelecidos pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura do MPF. Na medida do exequivel, deverasõ dada atencao especial a investimentos na area de TIC, visando a digitalizacao de processos e procedimentos, tanto da area fim quanto da administrativa, uma vez que esse investimento gera reconhecidos impactos positivos.

**CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS**  
Previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei de Diretrizes Orçamentarias (LOO), o contingenciamento consiste no retardamento ou na inexecucao de parte da programacao das despesas discricionarias (custeio e investimento) prevista na LOA em funcao da insuficiencia de receitas.

No ano de 2018 ficaram contingenciados \$ 529.634,00, Rquantia equivalente a apenas 0,1% das despesas contingenciaveis do MPF. Dessa forma, nao houve impacto negativo relevante na programacao orçamentaria decorrente dessa limitacao de empenho. No ano anterior, o montante bloqueado atingiu \$ 19,45 Rmilhoes (3% das despesas contingenciaveis).

**RESTOS A PAGAR DE EXERCICIOS ANTERIORES A 2018**  
Restos a pagar sao despesas empenhadas, mas nao pagas. 31 atede dezembro do ano em que foi ordenada a despesa. Tais despesas, para fins contabeis, sao classificadas em processadas (o credor) jacumpriu sua obrigacao, tendo o direito de receber o pagamento) e nao processadas (o mesmo que nao liquidada, ou seja, ainda nao foi apurado se o credor cumpriu com a obrigacao). Em relacao aos restos a pagar cujos empenhos foram emitidos em exercicios anteriores a 2018 (processados e nao processados), havia um saldo inicial de \$ 180,34 Rmilhoes. Foram cancelados \$ 35,84 Rmilhoes e pagos \$ 91,80 Rmilhoes, restando um saldo a pagar de \$ 52,69 Rmilhoes.

O MPF vem emendando esforcos para diminuir o volume desses passivos orçamentarios, uma vez que eles entram no computo do limite de pagamento a que o Orgao - estasubmetido por,forca da EC no 95/2016, impactando negativamente a programacao financeira do exercicio.

**CONFORMIDADE DA GESTAO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA**  
O MPF, instituicao essencial, funcao jurisdicional do Estado, tem como missao precípua a defesa da ordem juridica, do regime democratico e dos interesses sociais e individuais indisponiveis. Sua area de atuacao abrange assuntos variados, entre os quais: Direitos Sociais, Ordem Economica, Direitos do Consumidor, Meio Ambiente, Criminal, Combate aCorrupcao, Defesa das Populacoes Indigenas, Controle Externo da Atividade Policial etc.

Consideradas as especificidades de cada area de atuacao das unidades ministeriais, a execucao orçamentaria e financeira no ambito do MPF ocorre de maneira descentralizada, de modo a permitir aos gestores mais agilidade e autonomia em suas acoes, resultando em melhores servicos a sociedade. Enesse contexto que os atos de gestao orçamentaria e financeira praticados pelas unidades gestoras do MPF, em 2018, encontram-se em absoluta conformidade com a legislacao aplicavel.

Tambem nao pode deixar de ser mencionado o esforco despendido para cumprir o disposto na EC no 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal (NRF) no ambito dos pagamentos fiscal e da seguridade social. Por intermedio da Secretaria de Planejamento e Orcamento (SPOMP), foram implementadas medidas para o estrito cumprimento do limite de pagamento prescrito para o Orgao, sem afetar sua capacidade de entregar resultados e gerar valor a sociedade.

**Desafios para o exercicio de 2019**  
Entre as principais medidas visando aconcento de despesas e a melhoria da qualidade dos gastos no ambito do MPF, podem-se citar: desenvolvimento da metodologia Projecao, Analise e Gestao de Pagamentos (PAGP), baseada no comportamento historico dos pagamentos feitos pelo MPU, com o objetivo de estabelecer correlacoes estatisticas que possam fomentar o controle do limite de pagamentos nos exercicios subsequentes; conscientizacao dos gestores para uma nova realidade fiscal, na qual imperativo "fazer mais com menos", prestigiando o principio da eficiencia; controle criterioso das despesas relativas a restos a pagar (de acordo com o NRF, o pagamento de restos a pagar afeta diretamente o montante de pagamentos que o Orgao pode efetuar, impactando negativamente o planejamento); suspensao de implantacao de novas unidades da Republica e a reducao quanto a viabilidade de fusao ou incorporacao de unidades existentes, sem prejuizo da atuacao ministerial na regio.

**PRINCIPAIS DESAFIOS E ACOES FUTURAS**  
>> DESAFIOS

- 1) proporcionar adequado suporte financeiro as unidades do MPF, nao obstante o cenario economico-fiscal adverso;
- 2) conscientizar os colaboradores (gestores, servidores, prestadores de servico) da nova realidade de restricao orçamentaria vigente;
- 3) sugerir, com foco na sustentabilidade orçamentaria, a restricao de aportes financeiros a areas, atividades ou projetos passíveis de reducao ou paralização, com o menor impacto possivel nas areas envolvidas;
- 4) buscar a melhoria permanente dos gastos da Instituicao, sem descuidar da aderencia as normas legais e a transparencia; e
- 5) respeitar o limite de pagamento imposto pela EC no 95/2016 ao mesmo tempo que cresce a demanda, por parte da sociedade, dos servicos oferecidos pelo Ministerio Publico.

- >> ACOES
- 1) aprimorar as acoes para conscientizacao dos gestores, com o objetivo de racionalizacao de despesas do MPF;
  - 2) implantar o Sistema de Gestao de Custos no ambito do MPF;
  - 3) incentivar aperfeicoamentos nos processos de contratacao de bens e servicos, visando a economia de recursos;
  - 4) aprimorar a gestao de riscos no ambito do Planejamento Orçamentario, de modo a antever e minimizar potenciais ameaças aos objetivos estrategicos;
  - 5) ampliar os canais de comunicacao com os gestores, incentivando medidas que visem a garantir a sustentabilidade orçamentaria ao longo dos anos.

**5.4 GESTAO DE CUSTOS**  
Conforme a legislacao brasileira pertinente, a contabilidade deve permitir o acompanhamento dos custos no servico publico (Lei no 4.320/1964, art. 85 e art. 99), determinando os custos dos servicos de forma a evidenciar os resultados da gestao (Decreto-Lei no 200/1967, art. 79) apurando-os por projetos e atividades (Decreto no 93.872/1986, art. 137). A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/2000, art. 50) estabelece ainda que a Administracao Publica mantenha sistema de custos que permita a avaliacao e acompanhamento da gestao orçamentaria, financeira e patrimonial. A partir da Portaria STN no 157/2011, criou-se o Sistema de Custos do Governo Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional implementou o Sistema de Informacao de Custos (SIC), com o objetivo de acompanhar e avaliar a gestao de custos dos programas das unidades da Administracao Publica Federal e o apoio aos gestores no processo decisório. O Ministerio Publico Federal (MPF) eum orgao setorial, nos termos da Portaria STN no 157/2011.

A gestao das informacoes de custos do MPF ocorre a partir dos dados extraidos do Siafi, complementado com metricas fisicas de sistemas internos. O cruzamento dessas informacoes contribui com relatorios que possuem o proposito de subsidiar as tomadas de decisoes dos gestores, fomentar a melhoria na qualidade do gasto e a alocacao de recursos no MPF.

Todos os resultados a serem apresentados foram gerados no Tesouro Gerencial, de 11/01/2019. A metrica utilizada para indicar os custos do MPF no periodo foi a "Valor Custo Direto VPD", que demonstra as variacoes patrimoniais ditadas, conforme o modelo teorico adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Ressaltamos que os resultados com foco em custos podem ser diferentes do foco orçamentario.

Ateo momento, o MPF utilizou como metodologia a identificacao dos custos das Unidades Administrativas de Gestao - UAG, que sao responsaveis pela definicao de diretrizes para implantacao e pela implementacao de politicas institucionais, nao necessariamente separando os custos em areas finalisticas e de suporte. Os custos totais do MPF estao demonstrados na tabela a seguir:

As despesas obrigacionais e financeiras corresponderam a aproximadamente 85% dos custos do MPF. De 2017 para 2018, considerando apenas os custos relacionados as despesas discricionarias, houve uma reducao de aproximadamente \$ 9,9 Rmilhoes (de 488 milhoes para 478,1 milhoes). A evolucao por UAG estademostrada na tabela a seguir:

Os principais itens de custo, referentes as despesas discricionarias em 2018, foram:  
No MPF, o programa "Defesa da Ordem Juridica" concentra os principais custos relacionados as atribuicoes do Orgao, conforme demonstrado na tabela a frente.

Cada programa pode ser subdividido em acoes, que denotam o objetivo dos custos realizados pelo Orgao. Considerando somente as despesas discricionarias, a acao que mais contribui para o funcionamento da Instituicao, que concentra grande parte dos custos ligados diretamente a sua atuacao e a "Defesa do Interesse Publico no Processo Judiciario". Essa acao inclui toda a despesa com o custeio do MPF, contribuindo com a estrutura necessaria para que possa cumprir sua missao institucional.

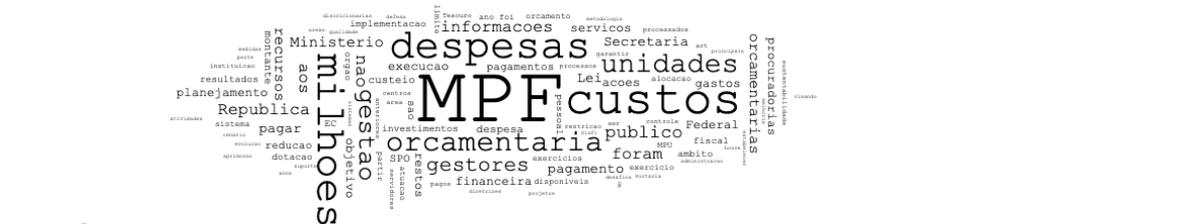
Em um cenario de restricao orçamentaria e pela necessidade continua de demonstrar resultados satisfatorios aos cidadaos, cabe ao MPF ampliar a utilizacao de instrumentos de governanca que resultem em melhor alocacao dos recursos disponiveis. A evolucao continua do Sistema de Informacoes de Custos, essencial para que o MPF atinja esse objetivo.

Em evolucao aos sistemas internos de medicao de custos utilizados em exercicios anteriores, o MPF iniciou a implementacao dos centros de custos correspondentes as procuradorias da Republica (PRs), procuradorias regionais da Republica (PRRs) e procuradorias da Republica nos municipios (PRMs) a partir do Siafi. A meta - equo em 2019 todas as unidades do MPF estejam utilizando os centros de custos para planejar seus gastos, alocando de maneira mais eficiente os recursos disponiveis.

A partir da utilizacao dos centros de custos, as acoes futuras estao relacionadas a implementacao de uma ferramenta de Business Intelligence (BI), para que as unidades possam utilizar varias informacoes e metricas de custos para a melhoria das tomadas de decisoes, alocacao de recursos e, conseqüentemente, melhorar na qualidade dos gastos publicos e seus resultados.

Alem da implementacao do BI, a automatizacao no tratamento das despesas de pessoal eum desafio a ser priorizado nos proximos exercicios. Após a superacao dessas barreiras, serapossivel analisar, considerando os criterios de oportunidade e conveniencia, a viabilidade da classificacao dos custos em area finalistica e de suporte, orientando os gestores na tomada de decisao consciente e fundamentada.

Os gestores do MPF possuem uma cultura estabelecida ao se trabalhar com os recursos disponiveis. Um dos desafios sera a utilizacao efetiva das ferramentas de custos na administracao dos recursos, de forma que todos os gestores se habituem a levar em consideracao as informacoes de custos para a tomada de decisao. Dessa forma, o MPF busca estabelecer instrumentos de analise de custos que disponham de informacoes fidedignas, expostas com clareza ao usuario final.



Palavras em azul: são consideradas complexas, no sentido em que elas não estão nas 5 mil primeiras palavras mais usadas conforme o banco de palavras.  
Frases sublinhadas em amarelo: considere dividir em duas frases para melhorar a legibilidade do texto.  
Frases sublinhadas em vermelho: frase muito longa. Divida-a em duas ou mais frases.

## APÊNDICE D – Carta de Apresentação e Questionário para Análise de Compreensibilidade – Grupo 1

Prezado (a) participante,

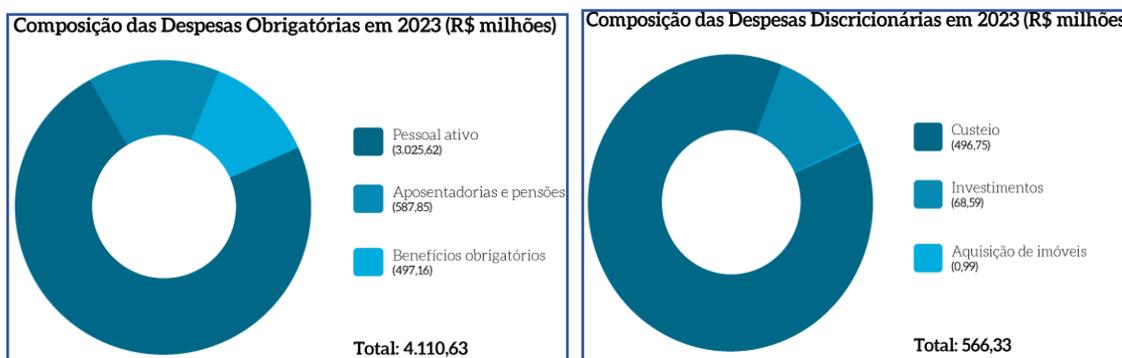
Somos pesquisadoras da universidade de Brasília e nossa pesquisa é voltada para a compreensibilidade de relatórios públicos de gestão. Sua identidade não será divulgada e as respostas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa. É imprescindível que as perguntas sejam respondidas apenas com base no texto fornecido e na sua própria experiência pessoal e profissional. Desde já agradecemos a sua colaboração.

### **PARTE I – POR GENTILEZA, A PARTIR DA LEITURA DOS TRECHOS ABAIXO, RESPONDA AS QUESTÕES APRESENTADAS, MONITORANDO, QUANDO SOLICITADO, O TEMPO NECESSÁRIO (EM MINUTOS) PARA CADA RESPOSTA.**

Este relatório tem por fim prestar contas dos recursos postos à disposição do Ministério Público Federal (MPF) no exercício financeiro de 2023. Nesse ano, a dotação inicial aprovada pela Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 (LOA-2023), excluídas as despesas financeiras (contribuição patronal), foi de R\$ 4.638.193.873,00 (quatro bilhões, seiscentos e trinta e oito milhões, cento e noventa e três mil, oitocentos e setenta e três reais).

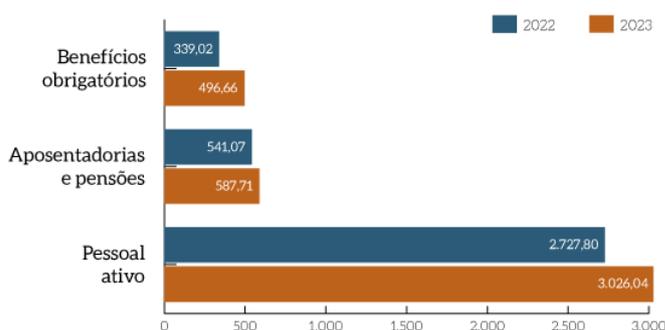
Alterações orçamentárias posteriores (créditos adicionais e outras transferências orçamentárias) aumentaram o valor autorizado em R\$ 38.763.782,00 (trinta e oito milhões, setecentos e sessenta e três mil, setecentos e oitenta e dois reais), perfazendo o montante de R\$ 4.676.957.655,00 (quatro bilhões, seiscentos e setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais).

Em relação ao total das despesas autorizadas em 2022, houve um acréscimo de R\$ 600.709.318,00 (seiscentos milhões, setecentos e nove mil, trezentos e dezoitos reais), ou +14,7%. A composição das despesas obrigatórias e discricionárias pode ser visualizada nos gráficos seguintes.



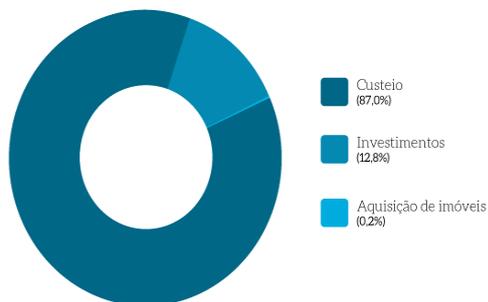
Os pagamentos efetuados pelo MPF totalizaram R\$ 4.672,28 milhões em 2023, sendo R\$ 4.620,15 milhões (98,9%) de despesas do exercício e R\$ 52,13 milhões (1,1%) relativos a restos a pagar (processados e não processados). O montante pago equivale a 99,9% do limite disponível para pagamento em 2023, marginalmente acima do verificado em 2022 (99,8%). Os pagamentos de despesas obrigatórias somaram R\$ 4.110,41 milhões, o que corresponde a 88,0% de todas as despesas pagas pelo MPF em 2023. A evolução das despesas obrigatórias, por tipo de gasto, em relação ao ano de 2022 pode ser observada no gráfico abaixo

Valores Pagos - Despesas Obrigatórias 2023 x 2022 (R\$ milhões)

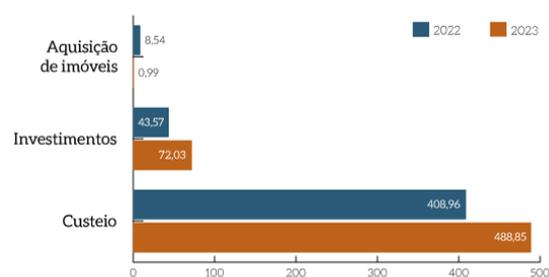


Em relação às despesas discricionárias, foram pagos R\$ 561,87 milhões, sendo R\$ 514,00 milhões de despesas do exercício (91,5%) e R\$ 47,87 milhões de restos a pagar (8,5%). As despesas discricionárias corresponderam a 12,0% da totalidade das despesas pagas em 2023. Em comparação com 2022, houve aumento da ordem de R\$ 100,79 milhões (+21,9%). Essa categoria de despesa pode ser subdividida em custeio (manutenção básica das unidades), investimentos (obras, equipamentos, softwares e outros materiais permanentes) e inversões financeiras (aquisições de imóveis). A composição percentual dessas despesas e o comparativo como anos anterior podem ser observados nos gráficos abaixo:

Composição do Pagamento de Despesas Discricionárias em 2023



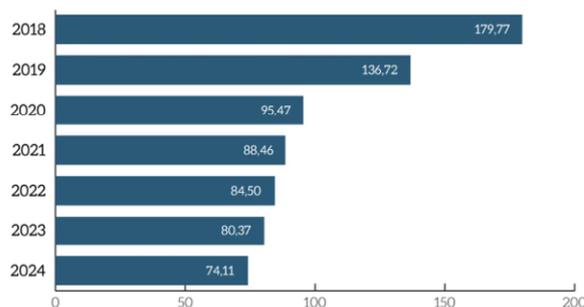
Valores Pagos - Despesas Discricionárias 2023 x 2022 (R\$ milhões)



No início de 2023, o total de despesas inscritas em restos a pagar (processados e não processados) era de R\$ 80,37 milhões, 4,9% abaixo do valor inscrito no ano de 2022 (redução de R\$ 4,13 milhões). Desse total inscrito, foram pagos R\$ 52,13 milhões (64,9%), cancelados R\$ 10,47 milhões (8,7%), restando um saldo a pagar de R\$ 17,77 milhões (8,1%), a ser

liquidado ao longo do exercício financeiro de 2024. Observa-se queda no volume de inscrição de restos a pagar. Em virtude das especificidades da execução orçamentária na esfera pública e de outros fatores imprevisíveis, que obrigam o gestor a fazer uso desse instrumento, determinado nível dessas despesas sempre ocorrerá. Ainda assim, a Administração busca pagar o máximo das despesas dentro do exercício financeiro em que foram autorizadas, e manter em patamares mínimos a inscrição em restos a pagar

**Volume de Restos a Pagar Inscritos**  
Período de 2018 a 2024 (R\$ milhões)



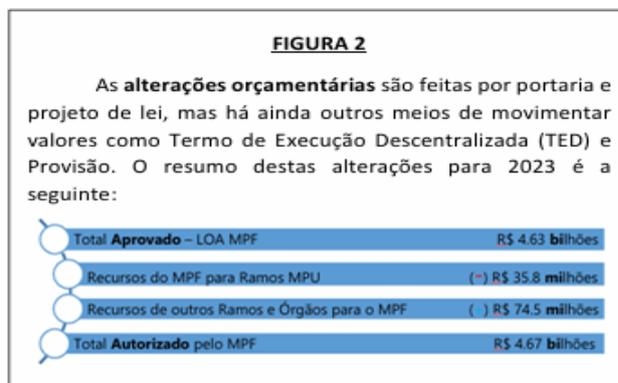
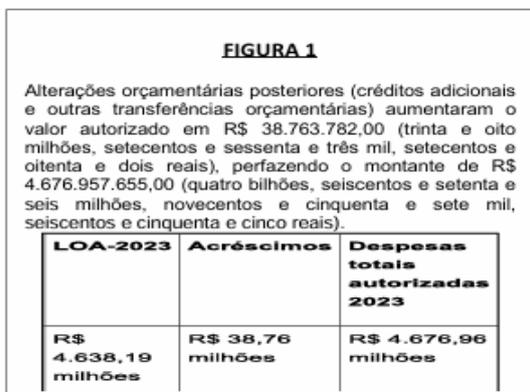
A tabela abaixo resume a execução orçamentária e financeira do MPF nos anos de 2023 e 2022. A coluna dotação corresponde à totalidade dos créditos orçamentários disponíveis no MPF. A execução da despesa envolve três fases (empenho, liquidação e pagamento). Os restos a pagar são considerados no limite de pagamento do Órgão, consoante preconizado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal. A variação em reais (R\$) e em percentual (colunas k e l, respectivamente) é feita sobre os valores pagos em 2023 e 2022

Dotação e Execução das Despesas do MPF em 2023 e 2022												
Despesa	2023					2022					Variação em RS	Variação em %
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago		
	[a]	[b]	[c]	[d]	[e]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]		
Pessoal e beneficiários	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73	13,9%
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78	18,9%
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97	189,9%
Aquisição de imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97	-87,6%
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,51</b>	<b>15,0%</b>

Questões	Valor em R\$	Tempo de resposta em minutos
1) Em 2023, o MPF transferiu recursos para outros Ramos do MPU e/ou outros órgãos públicos? Se sim, quanto?		
2) O MPF recebeu recursos de outros Ramos do MPU e/ou outros órgãos públicos? Se sim, quanto?		
3) Quanto o MPF recebeu a mais em 2023, comparado a 2022?		
4) Qual o valor total das despesas que o MPF está autorizado a gastar em 2023?		

5) Qual o valor total das despesas que o MPF empenhou (execução orçamentária) em 2023?		
6) Qual o valor total das despesas que o MPF pagou (execução financeira) em 2023?		
7) Qual o valor autorizado para despesas obrigatórias no MPF em 2023?		
8) Qual o valor autorizado para despesas discricionárias no MPF em 2023?		
9) Qual foi o aumento do custeio do MPF em 2023, em relação a 2022?		
10) Qual o valor total dos restos a pagar inscritos no MPF em 2023?		
Numa escala de 0 (muito fácil) a 5 (muito difícil):		
11) Como você classificaria os textos acima?	( ) 0 ( ) 3	( ) 1 ( ) 4 ( ) 5
12) O quanto você considera as palavras usadas no documento de difícil compreensão?	( ) 0 ( ) 3	( ) 1 ( ) 4 ( ) 5

**PARTE II – A PARTIR DA AVALIAÇÃO DAS IMAGENS APRESENTADAS, RESPONDA O QUE SE PEDE.**



1) Qual das figuras acima você tem mais facilidade de entender o conteúdo e por qual motivo?

- ( ) Figura 1  
( ) Figura 2

Motivo:

2) Qual figura acima tem o *layout/design* mais interessante e por qual motivo?

- ( ) Figura 1  
( ) Figura 2

Motivo:

3) Alguma das figuras acima oferece informação adicional? Se sim, qual figura e que informação?

Figura 1

Figura 2

Informação adicional:

**Figura 3**

Dotação e Execução das Despesas do MPF em 2023 e 2022												
Despesa	2023					2022					Variação em RS	Variação em %
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago		
	[a]	[b]	[c]	[d]	[e]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]		
Pessoal e benefícios	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73	13,9%
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78	18,9%
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97	189,9%
Aquisição de imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97	-87,6%
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,51</b>	<b>15,0%</b>

**Figura 4**

Despesas MPF 2023 e 2022 - Autorizado e Executado											
Despesa	2023					2022					Variação (Valor pago) 2023-2022
	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	
Pessoal e Benefícios	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97
Aquisição de Imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,50</b>

4) Considerando a **forma** de apresentar o conteúdo, qual a figura lhe parece mais adequada a um relatório público e por qual motivo?

Figura 3

Figura 4

Motivo:

5) Qual figura lhe parece mais **compreensível** e por qual motivo?

Figura 3

Figura 4

Motivo:

6) Se você fosse elaborar um relatório dos resultados da sua unidade, e precisasse optar por apenas um modelo de apresentação aqui utilizado, optaria por qual conjunto de figuras e por qual motivo?

Conjunto Figuras 1 e 3

Conjunto Figuras 2 e 4

Motivo:

### **PARTE III – PARA FINALIZAR...**

1) Você possui alguma formação relacionada à área financeira, tais como Administração, Ciências Contábeis, Economia e afins.

Sim

Não

2) Como você classificaria sua habilidade e conhecimento para gerir o orçamento e as finanças públicas?

Nenhum

Pouco

Intermediário

Sou especialista no tema

## APÊNDICE E - Carta de Apresentação e Questionário para Análise de Compreensibilidade – Grupo 2

Prezado (a) participante,

Somos pesquisadoras da universidade de Brasília e nossa pesquisa é voltada para a compreensibilidade de relatórios públicos de gestão. Sua identidade não será divulgada e as respostas serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa. É imprescindível que as perguntas sejam respondidas apenas com base no texto fornecido e na sua própria experiência pessoal e profissional. Desde já agradecemos a sua colaboração.

**PARTE I – POR GENTILEZA, A PARTIR DA LEITURA DOS TRECHOS ABAIXO, RESPONDA AS QUESTÕES APRESENTADAS, MONITORANDO, QUANDO SOLICITADO, O TEMPO NECESSÁRIO (EM MINUTOS) PARA CADA RESPOSTA.**

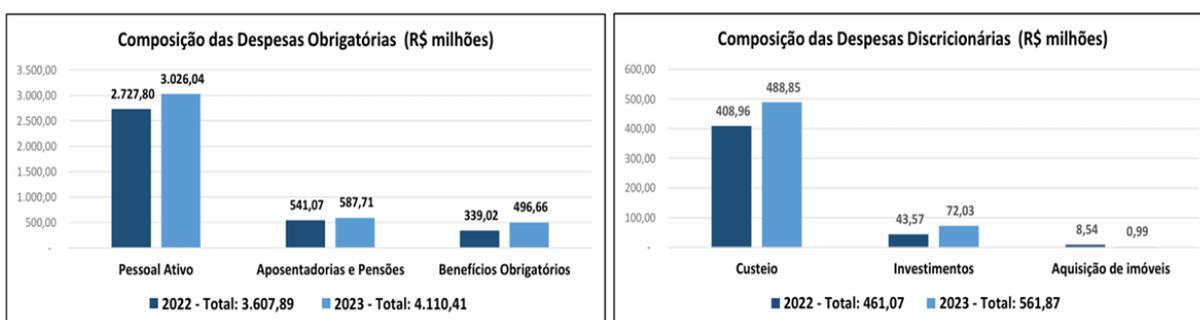
O **valor inicial aprovado** do MPF para 2023 foi de R\$ 4.638.193.873,00 excluídas as despesas financeiras (contribuições patronais). Houve um aumento inicial de R\$ 507.445.017,00 comparado a 2022. A divisão ficou assim:



As alterações orçamentárias são feitas por portaria e projeto de lei, mas há ainda outros meios de movimentar valores como Termo de Execução Descentralizada (TED) e Provisão. O resumo destas alterações para 2023 é a seguinte:

Total <b>Aprovado</b> – LOA MPF	R\$ 4.63 <b>bilhões</b>
Recursos do MPF para Ramos MPU	(-) R\$ 35.8 <b>milhões</b>
Recursos de outros Ramos e Órgãos para o MPF	(+) R\$ 74.5 <b>milhões</b>
Total <b>Autorizado</b> pelo MPF	R\$ 4.67 <b>bilhões</b>

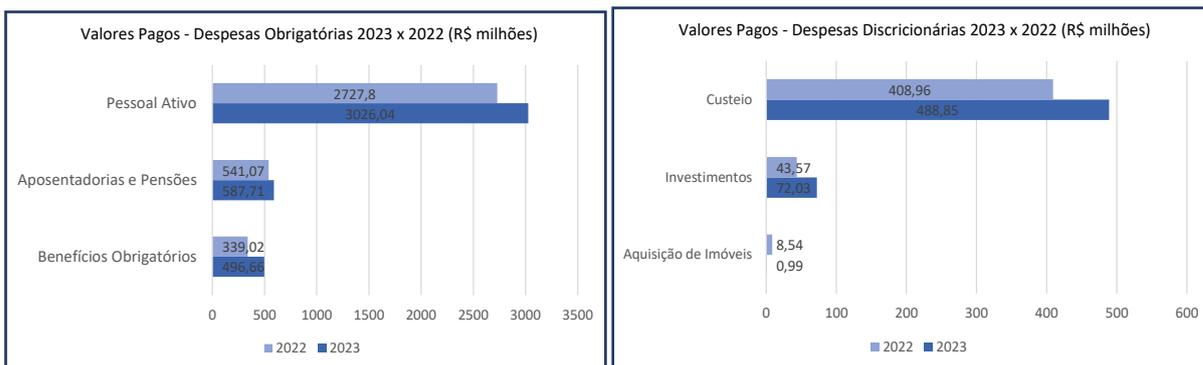
Dessa forma, o valor **autorizado** para execução no MPF em 2023 foi de R\$ 4.676.957.655,00. Houve um acréscimo de R\$ 600.709.318,00 se comparado ao autorizado em 2022. Veja os detalhes e comparativo com 2022:



O MPF pagou em 2023 um total de R\$ 4.672.282.399,51, sendo R\$ 4.620.153.853,92 de despesas da LOA 2023 e R\$ 52.128.545,59 de restos a pagar. O percentual de execução financeira foi de 99,92%.

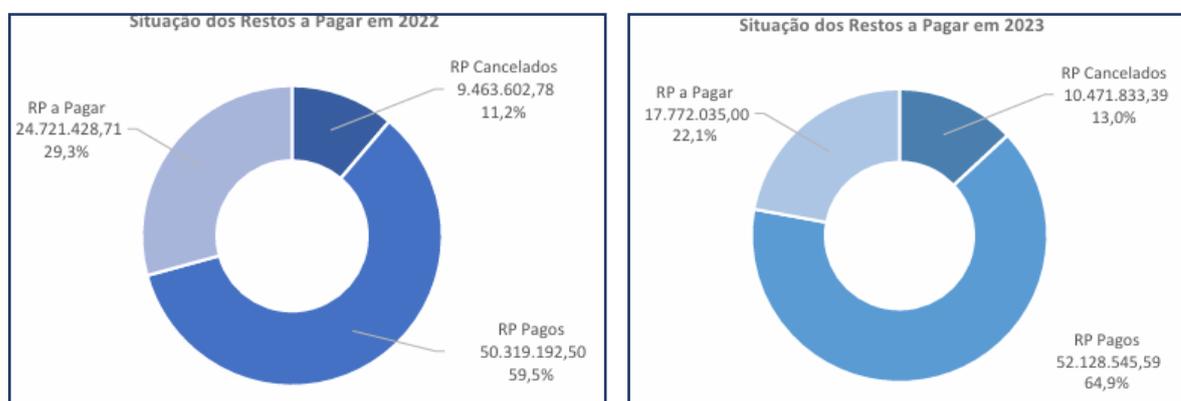
O valor dos pagamentos de despesas obrigatórias foi R\$ 4.110.412.113,79 (88,0% do total pago) e mostra um aumento em relação a 2022. Isto ocorreu porque os benefícios, os salários dos servidores e subsídios dos membros foram reajustados em 2023.

Em relação às despesas discricionárias, que são compostas por custeio, investimentos e inversões financeiras, o pagamento em 2023 foi de R\$ 561.870.285,72 (12% do total pago). Houve aumento de R\$ 79.885.085,65 no custeio em relação 2022. Esse aumento se deve ao retorno das atividades presenciais que tinham sido reduzidas durante a pandemia da Covid-19. Os gráficos abaixo mostram o comportamento das despesas em comparação a 2022:



Os Restos a Pagar (RP) são despesas empenhadas em anos anteriores que, por alguma razão, não foram pagas no mesmo ano do empenho.

O total de despesas do MPF inscritas em RP (processados e não processados) em 2023 foi de R\$ 80.372.413,98. Desse total, ocorreu pagamento de R\$ 52.128.545,59, sendo R\$ 47,8 milhões de despesas discricionárias e R\$ 4,25 milhões de despesas obrigatórias. Foram cancelados R\$10.471.833,39. A diferença de R\$17.772.035,00 permanece na condição de “a pagar” e foi reinscrita em 2024. Os gráficos abaixo detalham os RPs em 2022 e 2023.



Após um comportamento atípico em 2018 e 2019, os RPs no MPF voltam a números mais equilibrados, seja no valor de inscrição, seja no cancelamento, pagamento e reinscrição, como mostra a tabela abaixo.

Ano Lançamento	RP Cancelados	RP Pagos	RP a Pagar	RP Inscritos
2023	10.471.833,39	52.128.545,59	17.772.035,00	80.372.413,98
2022	9.463.602,78	50.319.192,50	24.721.428,71	84.504.223,99
2021	9.190.850,45	57.878.581,10	21.389.183,59	88.458.615,14
2020	8.294.375,58	79.408.855,71	7.768.310,16	95.471.541,45
2019	49.633.023,66	80.064.815,51	7.024.636,36	136.722.475,53
2018	35.590.563,28	91.755.310,23	52.425.704,50	179.771.578,01

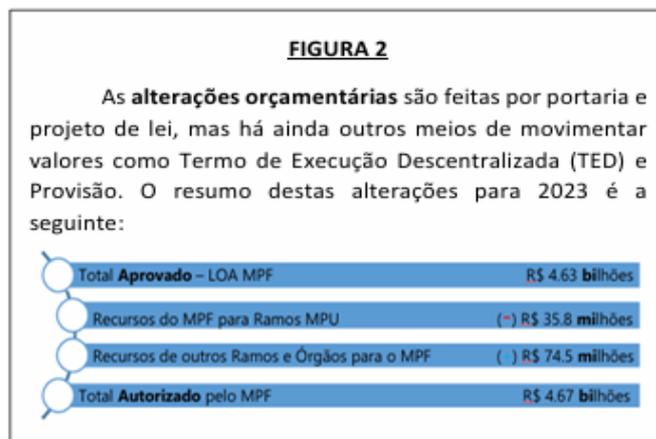
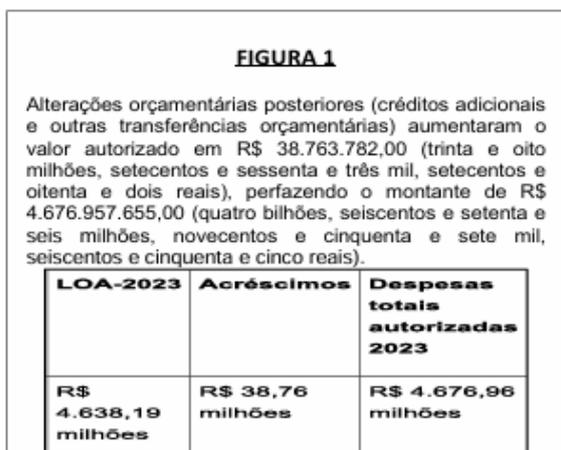
A tabela abaixo traz a execução orçamentária e financeira do MPF nos anos de 2023 e 2022. A coluna dotação corresponde à totalidade dos créditos orçamentários disponíveis no MPF. As colunas seguintes trazem as três fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento. Os restos a pagar são considerados no limite de pagamento do Órgão. A variação em reais (R\$) é feita sobre os valores pagos em 2023 e 2022.

Despesas MPF 2023 e 2022 - Autorizado e Executado											
Despesa	2023					2022					Variação (Valor pago) 2023-2022
	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	
Pessoal e Benefícios	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97
Aquisição de Imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,50</b>

Questões	Valor em R\$	Tempo de resposta em minutos
1) Em 2023, o MPF transferiu recursos para outros Ramos do MPU e/ou outros órgãos públicos? Se sim, quanto?		
2) O MPF recebeu recursos de outros Ramos do MPU e/ou outros órgãos públicos? Se sim, quanto?		
3) Quanto o MPF recebeu a mais em 2023, comparado a 2022?		
4) Qual o valor total das despesas que o MPF está autorizado a gastar em 2023?		
5) Qual o valor total das despesas que o MPF empenhou (execução orçamentária) em 2023?		
6) Qual o valor total das despesas que o MPF pagou (execução financeira) em 2023?		
7) Qual o valor autorizado para despesas obrigatórias no MPF em 2023?		

8) Qual o valor autorizado para despesas discricionárias no MPF em 2023?		
9) Qual foi o aumento do custeio do MPF em 2023, em relação a 2022?		
10) Qual o valor total dos restos a pagar inscritos no MPF em 2023?		
Numa escala de 0 (muito fácil) a 5 (muito difícil):		
11) Como você classificaria os testes acima?	( ) 0	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
12) O quanto você considera as palavras usadas no documento de difícil compreensão?	( ) 0	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

**PARTE II – A PARTIR DA AVALIAÇÃO DAS IMAGENS APRESENTADAS, RESPONDA O QUE SE PEDE**



1) Qual das figuras acima você tem mais facilidade de entender o conteúdo e por qual motivo?

( ) Figura 1

( ) Figura 2

Motivo:

2) Qual figura acima tem o *layout/design* mais interessante e por qual motivo?

( ) Figura 1

( ) Figura 2

Motivo:

3) Alguma das figuras acima oferece informação adicional? Se sim, qual figura e que informação?

Figura 1

Figura 2

Informação adicional:

**Figura 3**

Dotação e Execução das Despesas do MPF em 2023 e 2022												
Despesa	2023					2022					Variação em RS	Variação em %
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago		
	[a]	[b]	[c]	[d]	[e]	[f]	[g]	[h]	[i]	[j]		
Pessoal e benefícios	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73	13,9%
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78	18,9%
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97	189,9%
Aquisição de imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97	-87,6%
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,51</b>	<b>15,0%</b>

**Figura 4**

Despesas MPF 2023 e 2022 - Autorizado e Executado											
Despesa	2023					2022					Variação (Valor pago) 2023-2022
	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago	
Pessoal e Benefícios	4.110,63	4.110,62	4.106,69	4.106,16	4,25	3.610,73	3.610,71	3.606,52	3.606,43	1,46	499,73
Custeio	496,75	496,36	459,63	458,10	30,75	422,28	421,22	388,28	385,32	23,64	72,78
Investimentos	68,59	68,53	54,95	54,91	17,13	35,28	34,40	19,14	18,94	24,63	35,97
Aquisição de Imóveis	0,99	0,99	0,99	0,99		7,96	7,96	7,96	7,96	0,58	-6,97
<b>Total</b>	<b>4.676,96</b>	<b>4.676,49</b>	<b>4.622,26</b>	<b>4.620,15</b>	<b>52,13</b>	<b>4.076,25</b>	<b>4.074,30</b>	<b>4.021,90</b>	<b>4.018,65</b>	<b>50,32</b>	<b>601,50</b>

4) Considerando a **forma** de apresentar o conteúdo, qual a figura lhe parece mais adequada a um relatório público e por qual motivo?

Figura 3

Figura 4

Motivo:

5) Qual figura lhe parece mais **compreensível** e por qual motivo?

Figura 3

Figura 4

Motivo:

6) Se você fosse elaborar um relatório dos resultados da sua unidade, e precisasse optar por apenas um modelo de apresentação aqui utilizado, optaria por qual conjunto de figuras e por qual motivo?

Conjunto Figuras 1 e 3

Conjunto Figuras 2 e 4

Motivo:

### **PARTE III – PARA FINALIZAR...**

1) Você possui alguma formação relacionada à área financeira, tais como Administração, Ciências Contábeis, Economia e afins.

Sim

Não

2) Como você classificaria sua habilidade e conhecimento para gerir o orçamento e as finanças públicas?

Nenhum

Pouco

Intermediário

Sou especialista no tema

## APÊNDICE F - Resultados da Análise de Compreensibilidade – Grupo 1

Resultados da Compreensibilidade - Grupo 1 - Parte I - 20 Respondentes										
Timestamp	1) Em 2023, o MPF transferiu recursos para outros Ramos do MPU ou outros órgãos públicos? Se sim, quanto?	Tempo de resposta em minutos:	2) O MPF recebeu recursos de outros Ramos do MPU ou outros órgãos públicos? Se sim, quanto?	Tempo de resposta em minutos:	3) Quanto o MPF recebeu a mais em 2023, comparado a 2022?	Tempo de resposta em minutos:	4) Qual o valor total das despesas que o MPF está autorizado a gastar em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	5) Qual o valor total das despesas que o MPF empenhou (execução orçamentária) em 2023?	Tempo de resposta em minutos:
10/2/2024 8:46:31	Não é informado.	5	Não é informado. Houve transferências orçamentárias, mas elas não foram especificadas.	5	R\$ 600.309.718,00	1	R\$ 4.676,96 mi	0,5	R\$ 4.676,49 mi	0,5
10/2/2024 14:28:52	Não identifiquei no texto.	5	Não identifiquei no texto.	5	601,51 milhões	1	4.676,96 milhões	1	4.676,49 milhões	2
10/2/2024 14:31:52	Pelas informações disponíveis não é possível afirmar positivamente.	10	Sim. Pelo menos o valor acrescido.	5	14,7%	0,5	4.676,96 bi	0,3	4.676,49bi	0,20
10/3/2024 20:14:50	Não	1	Não	1	R\$ 600.709.318,00	1	R\$ 4.676.957.655,00	1	4.676,49	1
10/4/2024 14:34:12	sim R\$ 979.916	40	nao	0	A PR-SP recebeu a menos com a saída do Plan Assistê. R\$ 5.922.233 a menos	40	R\$ 48.618.481 (considerando despesas do Plan Assistê)	40	R\$ 47.638.566	40
10/8/2024 14:14:37	Não	2	sim, R\$ 38.763.782,00	3	R\$ 600.709.318,00	3	R\$ 4.676.957.655,00	5	4.676,79 milhões	6
10/8/2024 15:53:15	Não	1	Não	1	499,73	2	4.676,96	3	4.676,49	1
10/8/2024 16:09:53	Não é possível inferir.	2	não é possível inferir	2	R\$ 600.709.318,00	1	R\$ 4.676.957.655,00	1	R\$ 4.676.490.000,00	1
10/8/2024 17:36:15	Não	1	Não	1	R\$ 600.709.618,00	1	R\$ 4.676.957.655,00	2	R\$ 4.676,49 milhões	2
10/9/2024 14:14:00	Embora haja no texto menção sobre "outras transferências orçamentárias", a falta de detalhes impossibilita a resposta precisa desta questão.	5	Embora haja no texto menção sobre "outras transferências orçamentárias", a falta de detalhes impossibilita a resposta precisa desta questão.	5	600.709.318,00	2	4.676.957.655,00	2	4.676.490.000,00	2
10/10/2024 10:20:18	Não	1	Não	1	600 milhões	2	4.676,49 milhões	1	4.676,49 milhões	1
10/10/2024 15:35:05	Sim. R\$ 0,99 milhões.	3	Sim. R\$ 38.763.782	3	R\$ 600.709.318	4	R\$ 4.676.956.960,96	4	R\$ 4.676.490.000	2
10/10/2024 17:16:57	não há essa informação no texto	3	R\$ 38.763.782,00	2	R\$ 600.709.318,00	3	R\$ 4.676.957.655,00	2	R\$ 4.676,49 milhões	2
10/10/2024 22:29:34	Não	1	Não	1	+14,7	3	4.676.957.655,00	3	4.676,49	2
10/10/2024 22:47:36	74,5 milhões	30	sim, no valor de R\$ 38.763.782,00	30	R\$ 600.709.318,00	10	R\$ 4.676.957.655,00	15	R\$ 4.676.960.000,00	5
10/11/2024 7:10:26	Não	1	Não	1	600.709.318,00	1	4.676.960.000,00	2	4.676.490.000,00	1
10/14/2024 10:13:29	não	1	sim	1	cerca de R\$ 600 milhões	1	R\$ 4.676.957.675,00	2	R\$ 4.676,49 milhões	1
10/14/2024 11:53:00	não	1	não	1	R\$ 600.709.318,00	1	R\$ 4.676.957.655,00	1	R\$ 4.676,49	1
10/15/2024 16:50:03	Não tem informações de destaque/repasso para outros Órgãos.	4	Créditos e adicionais e outras transferências orçamentárias aumentaram a dotação em 38.763.782	3	600,51	2	4.676,92	1	4.676,49	1
10/16/2024 14:29:50	Não. Não encontrei esta informação no relatório acima.	2	Não. Não encontrei tal informação.	2	602,19 (4.676,96 - 4074,30)	5	4.676.957.656,00	3	94.676,43	1
Tempo por questão		119		73		84,5		89,3		72
Média da questão		5,95		3,65		4,22		4,7		4
Tempo total		811,8								
Média total		42,72								
Média por questão		4,21								

6) Qual o valor total das despesas que o MPF pagou (execução financeira) em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	7) Qual o valor autorizado para despesas obrigatórias no MPF em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	8) Qual o valor autorizado para despesas discricionárias no MPF em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	9) Qual foi o aumento do custeio do MPF em 2023, em relação a 2022?	Tempo de resposta em minutos:	10) Qual o valor total dos restos a pagar inscritos no MPF em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	11) Como você classificaria os textos acima?	12) O quanto você considera as palavras usadas no documento de difícil compreensão?
R\$ 4.620,15 mi + R\$ 52,13 mi = R\$ 4.672,28 (Não foi feito o cálculo do que foi indicado na tabela, mas...)	2	R\$ 4.110,41 mi	2	R\$ 561,87	1	R\$ 100,79 mi	0,5	R\$ 80,37 mi	0,5	4	1
4.672,28 milhões	1	4.110,63 milhões	1	566,33 milhões	1	72,78 milhões	1	74,11 milhões	1	5	4
4.620,15bi	0,20	4.110,63bi	0,20	566,33mi	0,30	18,9%	0,20	80,3mi	0,30	3	3
4.620,15	1	4.110,63	1	566,33	1	79,89	2	52,13	1	3	3
R\$ 45.920.843	40	sem resposta	0	R\$ 48.618.481	40	Menos R\$ 81.462 (somente custeio básico administrativo)	40	R\$ 2.931.289	40	4	3
4.620,15 milhões	3	4.110,63 milhões	3	566,33 milhões	3	18,9%	2	80,37 milhões	3	2	1
4620,15	1	4.110,63	3	566,33	4	72,78	2	52,13	21	3	3
R\$ 4.620.150.000,00	1	R\$ 4.110.630.000,00	1	R\$ 566.630.000,00	1	18,9%	1	74,11 milhões	2	3	3
R\$ 4.620,15 milhões	1	R\$ 4.110,63 milhões	2	R\$ 566,33 milhões	1	R\$ 79,89 milhões	2	R\$ 80,37 milhões	2	5	3
4.672.280.000,00	2	4.110.630.000,00	2	566.230.000,00	2	79.890.000,00	2	80.370.000,00	2	3	2
4.622,26 milhões	1	4.110,63 milhões	2	566,33 milhões	1	73,97 milhões	1	52,13 milhões	1	3	2
R\$ 4.672.280.000	4	R\$ 4.110.630.000	3	R\$ 566.330.000	3	R\$ 79.890.000	5	R\$ 80.370.000	2	2	1
R\$ 4.620,15 milhões	1	R\$ 4.110,63 milhões	1	R\$ 561,87 milhões	2	R\$ 72,78 milhões, 18,9%	2	R\$ 80,37 milhões	1	3	3
4.620,15	1	4.110,63	1	466,31	1	+21,9%	1	80,37 milhões	1	4	4
R\$ 4.672.280.000,00	15	R\$ 4.110.630.000,00	5	R\$ 566.330.000,00	5	R\$ 79.890.000,00	25	R\$ 80,37 milhões	5	3	5
4.620.150.000,00	1	4.110.630.000,00	1	566.330.000,00	1	79.990.000,00	3	52.130.000,00	1	3	2
R\$ 4.620,15 milhões	1	R\$ 4.110,63 milhões	1	R\$ 566,33 milhões	1	R\$ 72,78 milhões	1	R\$ 80,37 milhões	1	1	1
R\$ 4.620,15	1	R\$ 4.110,41 milhões	3	R\$ 561,87 milhões	2	R\$ 72,78 milhões	3	R\$ 53,13 milhões	3	3	4
4.672,28	1	4.110,41	4	566,33	1	18,9%	1	80,37	1	4	3
4620,15	1	4.110,63	1	566,33	1	79,89	2	80,37	2	3	3
	79		37		72		96		90	64	54
	4,15		1,94		3,78		5,33		5	3,2	2,7

**Resultados da Compreensibilidade - Grupo 1 - Parte II - 20 Respondentes**

Timestamp	1) Qual das figuras acima você tem mais facilidade de entender o conteúdo e por qual motivo?	Motivo:	2) Qual figura acima tem o layout/desing mais interessante e por qual motivo?	Motivo:
10/2/2024 8:46:31	FIGURA 2	A figura 2 traz a informação essencial para a compreensão do relatório prontamente e de maneira mais detalhada. A redação de valores por extenso, ainda obrigatória em textos legais, é dispensável em relatórios financeiros, por enxovalharem a redação com informação inútil, importando em perda de tempo.	FIGURA 2	O maior espaçamento entre as linhas e a indentação da primeira linha do parágrafo facilitam a leitura. O uso de grafismos para ressaltar as informações essenciais é bem vindo.
10/2/2024 14:28:52	FIGURA 2	Possui mais informações, é mais simples e melhor estruturado.	FIGURA 2	É mais arrojado e facilita a compreensão dos movimentos de entrada e saída de recursos.
10/2/2024 14:31:52	FIGURA 1	Informação direta	FIGURA 2	Figura parece ser mais dinâmica
10/3/2024 20:14:50	FIGURA 2	A informação está mais direta e objetiva.	FIGURA 2	Visualmente mais "amigável" em razão da linearidade da informação e do destaque em cor.
10/4/2024 14:34:12	FIGURA 1	texto com significado total de maior sentido	FIGURA 2	uso de cores diversas e maior espaçamento entre as linhas
10/8/2024 14:14:37	FIGURA 2	Mais detalhado	FIGURA 2	Mais detalhado
10/8/2024 15:53:15	FIGURA 1	Sabe-se com mais clareza que o que está exposto é o número final.	FIGURA 2	Pq as linhas de fundo/sombreado permitem melhor acompanhamento da tabela
10/8/2024 16:09:53	FIGURA 2	O conteúdo foi subdividido	FIGURA 2	É mais detalhado e amigável
10/8/2024 17:36:15	FIGURA 1	Na tabela fica mais claro do que no gráfico	FIGURA 1	É mais fácil de entender
10/9/2024 14:14:00	FIGURA 2	A figura 2 simplificou a mensagem e detalhou melhor a informação.	FIGURA 2	O gráfico facilita a compreensão da informação.
10/10/2024 10:20:18	FIGURA 1	Menos dados	FIGURA 2	Cores
10/10/2024 15:35:05	FIGURA 1	Apesar da figura 2 também estar compreensível, a figura 1 por estar no formato de tabela facilita a melhor e mais rápida compreensão.	FIGURA 1	Por sua simplicidade e em razão de estar mais habituada (familiarizado) com a leitura de dados por meio de tabela/planilha.
10/10/2024 17:16:57	FIGURA 2	Na figura 2 as informações estão mais fáceis de visualizar	FIGURA 2	Mais agradável aos olhos, mais fácil leitura e melhor compreensão
10/10/2024 22:29:34	FIGURA 1	Clareza	FIGURA 1	Simplicidade
10/10/2024 22:47:36	FIGURA 2	é possível inserir mais textos e compreender melhor cada questão.	FIGURA 2	recurso de cores e estrutura.
10/11/2024 7:10:26	FIGURA 2	A figura 2 representa as informações da saída e entrada de recursos de forma clara e detalhada.	FIGURA 2	É um layout que torna mais interessante a leitura dos dados, por trazer as informações detalhadas de forma clara.
10/14/2024 10:13:29	FIGURA 1	o uso de tabelas é mais comum e facilita a compreensão	FIGURA 1	o uso de tabelas é mais comum e facilita a compreensão
10/14/2024 11:53:00	FIGURA 2	Frases mais curtas, linguagem mais clara e uso de cores.	FIGURA 2	Visualmente falando, a figura é mais atraente,
10/15/2024 16:50:03	FIGURA 2	Na figura 1 tem muita descrição numérica. Mas os números falam por si, não precisa descrever as quantias, fica prolixo.	FIGURA 2	Layout chamativo e que desperta mais o interesse do leitor.
10/16/2024 14:29:50	FIGURA 2	Fontes maior, maior espaço entre linhas, linguagem simples, uso de bullet point	FIGURA 2	Fontes maior, maior espaço entre linhas, linguagem simples, uso de bullet point

3) Alguma das figuras acima oferece informação adicional? Se sim, qual figura e que informação?	Informação:	4) Considerando a forma de apresentar o conteúdo, qual a figura lhe parece mais adequada a um relatório público e por qual motivo?	Motivo:
FIGURA 2	Identifica as transferências orçamentárias.	FIGURA 3	A figura 3 tem mais informações e indica as unidades de medição e as fórmulas utilizadas. A figura 4 é fofa, mas inadequada.
FIGURA 2	Transferência de recursos entre o MPF, os demais ramos e outros órgãos.	FIGURA 4	Mais clara, organizada e bonita.
FIGURA 2	Mostra o saldo de repasse e recebimentos	FIGURA 4	Variação percentual é mais analítica
FIGURA 2	Detalhamento de "recursos de outros ramos e órgãos para o MPF" e "Recursos do MPF para ramos do MPU".	FIGURA 4	Linguagem mais simples e direta.
FIGURA 2	apresenta o texto de forma explicativa	FIGURA 4	melhor organização
FIGURA 2	Montante dos recursos transferidos para outros ramos e recebidos de outros ramos	FIGURA 4	fácil visualização
FIGURA 2	Informa o quanto que o MPF transferiu para outros ramos e o quanto estes últimos transferiram para o MPF	FIGURA 4	Esta sem fórmulas técnicas
FIGURA 2	recursos transferidos do e para o MPF	FIGURA 4	É de visualização mais fácil
FIGURA 2	Traz os valores dos recursos transferidos e recebidos que não estão no texto	FIGURA 4	Fica mais nítida a separação entre 2022 e 2023
FIGURA 2	Detalhes sobre as transferências	FIGURA 4	Na coluna Variação da figura 4 a indicação "(valor pago)" é suficiente para dar a compreensão de que se trata da diferença entre as colunas d e i, tornando dispensáveis as indicações com letras, que poluem a figura 3. Além disso, a indicação da variação em valores também parece suficiente para dispensar a necessidade da apresentação em percentual.
FIGURA 2	Dados inexistentes no texto	FIGURA 4	Cores e linguagem
FIGURA 2	A figura 2 detalhe os valores transferidos pelo MPF a outros ramos do MPU e também os valores recebidos de outros ramos MPU e outros órgãos	FIGURA 3	Em razão da identificação das colunas por letras e também por incluir a variação dos valores pagos em percentual (coluna k). Tal informação auxilia de forma direta o gestor a grandeza de crescimento dos valores pagos comparando-se dos exercícios financeiros.
FIGURA 2	Que as alterações são feitas por portarias e projetos de lei e detalha os valores das movimentações entre o MPF e os ramos e outros órgãos	FIGURA 4	A figura 4 está mais fácil de entender
FIGURA 2	Transferência de outros ramos	FIGURA 4	Visualmente mais clara
FIGURA 2	Informa a movimentação de recurso do MPF aos outros ramos ( créditos adicionais).	FIGURA 3	A figura dois tem variedade de cores. a Figura 1 também não apresenta uma tabela aberta nas laterais no padrão ABNT que eu, particularmente, acredito ser mais interessante.
FIGURA 2	Detalha a saída e entrada de recursos	FIGURA 4	Traz apenas as informações importantes e necessárias
FIGURA 2	a figura apresenta a composição dos créditos adicionais.	FIGURA 3	a indicação da variação percentual facilita a compreensão.
FIGURA 2	Cita portaria e projeto de lei.	FIGURA 4	O visual é mais atraente para o público.
FIGURA 2	Sim, na figura 1 não sabemos se os acréscimos são provisões, destaques, subrepasses ou repasses. Fica incompleta a informação. Na 2 já tem mais informação.	FIGURA 4	Cores diferentes para cada ano destacam a informação. Coluna da variação mais clara, direta e objetiva.
FIGURA 2	Recursos do MPF para outros ramos e vice-versa	FIGURA 4	Melhores espaçamento entre conteúdo da célula e as linhas e colunas . Uso de cores para diferenciar os anos. A fonte arial Cansa menos que a fonte times.

5) Qual figura lhe parece mais compreensível e por qual motivo?	Motivo:	6) Se você fosse elaborar um relatório dos resultados da sua unidade, e precisasse optar por apenas um modelo de apresentação aqui utilizado, optaria por qual conjunto de figuras e por qual motivo?	Motivo:
FIGURA 4	As cores deixam claras a quais exercícios as células se referem. A disposição dos textos (centralizados verticalmente) facilita a leitura. No entanto, falta o percentual de variação nessa tabela. Essa é uma informação extremamente útil.	Conjunto Figuras 2 e 4	A interpretação das informações é mais simples e rápida no segundo conjunto. No entanto, faria edições na tabela da figura 4, para inserir a coluna de "variação em %", além de incluir as fórmulas de cálculo.
FIGURA 4	Os dados parecem mais organizados.	Conjunto Figuras 2 e 4	O layout é mais agradável.
FIGURA 3	Mais objetiva e com menos dados a processar	Conjunto Figuras 1 e 3	Mais objetivos
FIGURA 4	Em razão das cores utilizadas, da linguagem mais simples e direta e por ter evitado a variação em %.	Conjunto Figuras 2 e 4	Pelos motivos acima expostos.
FIGURA 4	melhor organização	Conjunto Figuras 2 e 4	mais fácil visualização
FIGURA 4	fácil visualização	Conjunto Figuras 2 e 4	mais simples e fácil de entender
FIGURA 4	A visualização dos anos e campos é mais fácil	Conjunto Figuras 2 e 4	Tem aptidão para transmitir melhor a informação a pessoas não afeitas à interpretação desse tipo de tabela.
FIGURA 4	A figura 4 ajuda a visualizar o comparativo	Conjunto Figuras 2 e 4	Formato mais amigável para o público
FIGURA 4	Tem as vantagens da tabela e do uso das cores	Conjunto Figuras 1 e 3	Eu acho que tabelas facilitam a compreensão
FIGURA 4	As fontes, cores e a ausência das letras indicadoras das colunas no gráfico da figura 4 facilitam a visualização das informações.	Conjunto Figuras 2 e 4	Porque ele apresenta as informações de forma mais limpa e objetiva.
FIGURA 4	Idem	Conjunto Figuras 2 e 4	Cores e linguagem
FIGURA 4	Considerando que a figura 4 utiliza de cores distintas para identificar os exercícios financeiros distintos, auxilia na visão e análise mais direta do gestor.	Conjunto Figuras 1 e 3	Exclusivamente em face da figura 3 trazer a evolução percentual dos valores pagos entre dois exercícios. Entendo como essencial esta informação visto que pode-se extrair a partir dessa o quão foi o esforço da Administração em processar seus pagamentos.
FIGURA 4	Os rótulos da tabela estão com linguagem de mais fácil compreensão e as cores separando os anos facilita na identificação das informações	Conjunto Figuras 2 e 4	Melhor aspecto visual, linguagem mais acessível
FIGURA 4	Visualização melhor	Conjunto Figuras 2 e 4	Clareza. Prefiro a 1 e 4
FIGURA 3	na figura 3, tem menos negritos nas bordas e menos cores.		Nenhum dos conjuntos 1 e 3 ou 2 e 4, mas sim 2 e 3.
FIGURA 4	É uma tabela melhor formatada e melhor apresentada que auxilia no entendimento das colunas	Conjunto Figuras 2 e 4	Facilitaria e tornaria a leitura mais interessante, uma vez que disponibiliza os dados de uma maneira mais clara e didática, com proposta de layout mais atualizado, trazendo apenas informações necessárias e importantes e detalhando os dados quando necessário.
FIGURA 3	a indicação da variação percentual facilita a compreensão.	Conjunto Figuras 1 e 3	a figura 1 é mais simples e a figura 3, com a indicação do percentual de variação, permite um maior entendimento quanto ao comportamento do orçamento em relação ao exercício anterior.
FIGURA 4	Fonte de tamanho aparentemente maior, cores e linguagem fácil.	Conjunto Figuras 2 e 4	As figuras são mais confortáveis para serem vistas e lidas.
FIGURA 4	Embora no ano 2022 o nome esteja como dotação atual ao invés de autorizado (como em 2023), entendo que para o leitor que não é da área fique mais claro utilizar o termo autorizado.	Conjunto Figuras 2 e 4	Os relatórios devem ser pensados para o consumidor final. A experiência do usuário tem que ser agradável, direta, e ele tem que ser capaz de compreender pelo menos a maior parte sozinho.
FIGURA 4	Melhores espaçamento entre conteúdo da célula e as linhas e colunas. Uso de cores para diferenciar os anos. A fonte arial cansa menos que a fonte times.	Conjunto Figuras 2 e 4	A leitura fica mais fácil e menos cansativa.

## APÊNDICE G - Resultados da Análise de Compreensibilidade – Grupo 2

Resultados da Compreensibilidade - Grupo 2 - Parte I - 21 Respondentes										
Timestamp	1) Em 2023, o MPF transferiu recursos para outros Ramos do MPU e/ou outros órgãos públicos? Se sim, quanto?	Tempo de resposta em minutos:	2) O MPF recebeu recursos de outros Ramos do MPU e/ou outros órgãos públicos? Se sim, quanto?	Tempo de resposta em minutos:	3) Quanto o MPF recebeu a mais em 2023, comparado a 2022?	Tempo de resposta em minutos:	4) Qual o valor total das despesas que o MPF está autorizado a gastar em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	5) Qual o valor total das despesas que o MPF empenhou (execução orçamentária) em 2023?	Tempo de resposta em minutos:
10/2/2024 10:22:58	O MPF, em 2023, transferiu recursos para outros Ramos do MPU, porém não transferiu recursos para outros órgãos. O total de recursos transferidos para outros Ramos do MPU foi de R\$ 35,8 milhões.	5	O MPF, em 2023, recebeu recursos de outros Ramos do MPU e/ou outros órgãos públicos, cujo valor total recebido foi de 74,5 milhões.	3	Recebeu R\$ 546.208.799,00.	10	A MPF está autorizado a pagar em 2023 R\$ 4.676.957.655,00.	3	R\$ 4.676,49 bilhões	4
10/2/2024 11:28:15	Sim, 35,8M	2	Sim, 74,5M	1	R\$ 507.445.017,00	1	R\$ 4.676.957.655,00	2	R\$ 4.676,49 (M)	4
10/2/2024 11:42:42	Sim, R\$ 35,8 milhões	1	Sim, R\$ 74,5 milhões	1	R\$ 507.445.017,00	1	R\$ 4,67 bilhões	1	R\$ 4,67 bilhões	2
10/2/2024 12:49:46	35,8 milhões	0,5	74,5 milhões	0,3	R\$507.445.017,00	0,5	R\$4.676.957.655,00	0,5	R\$ 4.672.282.399,51	1
10/2/2024 14:40:32	Sim, 35,8 milhões.	1	Sim, 74,5 milhões.	1	R\$ 507.445.017,00	2	4,67 Bilhões	2	4.676,49 milhões	2
10/3/2024 9:10:34	Sim, R\$ 35,8 milhões	1	Sim, R\$ 74,5 milhões	1	R\$ 507.445.017,00	3	R\$ 4,67 bilhões	1	R\$ 4.676,96 milhões (faltou a indicação no quadro de que os valores indicados estão em milhões)	1
10/3/2024 18:50:40	35,8 milhões	4	74,5 milhões	2	507.445.017,00	3	4.676,96	2	4.676,49	5
10/4/2024 21:02:50	Não transferiu	1	Sim, 74,5 milhões.	1	507.445.017,00	5	4,67 bilhões	1	4,62 bilhões	5
10/7/2024 17:41:05	Sim, em 2023, o MPF transferiu R\$ 35,8 milhões para os Ramos do MPU e recebeu R\$ 74,5 milhões de Ramos e órgãos.	5	Sim, em 2023, o MPF recebeu R\$ 74,5 milhões de outros Ramos e órgãos públicos.	1	Em 2023, o MPF recebeu R\$ 507.445.017 a mais em comparação a 2022.	1	O MPF está autorizado a gastar R\$ 4.676.957.655,00 em 2023.	2	Em 2023, o MPF empenhou um total de R\$ 4.674,49 em milhões.	5
10/7/2024 18:12:38	Sim, 110,3 Milhões entre entradas e saídas do orçamento do MPF.	3	Sim, 74,5 Milhões	1	R\$ 507.445.017,00 de acréscimo no orçamento.	2	R\$ 4.676.957.655,00	5	R\$ 4.676.490.000,00	8
10/8/2024 15:05:39	Sim, R\$ 35,8 milhões	1	Sim, R\$ 74,5 milhões.	1	R\$ 507.445.017,00	1	R\$ 4.676.957.655,00	1	4.676,49	2
10/8/2024 16:24:24	35,8 milhões	1	74,5 milhões	1	507 milhões	1	4,676 bilhões	2	4,676	2
10/8/2024 16:45:56	35,8 milhões	1	74,5 milhões	1	507443000,00	2	4,676 milhões	2	4620133000	1
10/8/2024 17:07:13	Sim, 35,8 milhões.	0,19	Sim, 74,5 milhões.	0,13	507.445.017,00	3	4.076.290.000,00	0,14	4.074.300.000,00	0,12
10/9/2024 17:37:08	35,8 milhões	2	74,5	2	507.445.017,00	5	4.676.957.655,00	2	4.676.490.000,00	5
10/11/2024 10:10:16	Sim, R\$ 35,8 milhões	1	Sim, R\$ 74,5 milhões	1	R\$ 546.208.809,00	2	R\$ 4.676.957.665,00	1	R\$ 4.676.490.000,00	1
10/11/2024 15:37:52	Sim, 35,8 milhões.	0,3	Sim, 74,5 milhões	0,3	R\$ 507.445.017,00	0,3	4,67 bilhões	1	4.676,49 milhões	1
10/14/2024 12:20:13	Sim, R\$35,8 mi	1	R\$74,5 mi	1	R\$507.445.017,00	1	R\$ 4.676.957.655,00	1	R\$ 4.676,49	2
10/15/2024 13:27:52	Sim, R\$ 35,8 milhões	1	Sim, R\$ 74,5 milhões	1	R\$ 507.4445.017,00	3	R\$ 4.676.957.655,00	2	R\$ 80.372.413,98	1
10/15/2024 15:27:11	Sim, 35 milhões	0,1	Sim, 74 milhões	0,15	507.445.017	0,2	4.676.957 (quatro bilhões, setecentos e setenta e seis milhões)	1	4.676.490.000	0,2
10/15/2024 17:28:14	Sim, R\$ 35,8 milhões.	essa eu não meci.	Sim, R\$74,5 milhões	0,23	603,32	4	4,67 bi	0,1	4.676,49	0,2
Tempo por questão		31,59		20,81		50,5		32,24		52,52
Média da questão		1,66		1,04		2,52		1,61		2,5
Tempo total		332,33								
Média total		16,48								
Média por questão		1,646								

6) Qual o valor total das despesas que o MPF pagou (execução financeira) em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	7) Qual o valor autorizado para despesas obrigatórias no MPF em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	8) Qual o valor autorizado para despesas discricionárias no MPF em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	9) Qual foi o aumento do custo do MPF em 2023, em relação a 2022?	Tempo de resposta em minutos:	10) Qual o valor total dos restos a pagar inscritos no MPF em 2023?	Tempo de resposta em minutos:	11) Como voce classificaria os textos acima?	12) O quanto voce considera as palavras usadas no documento de difícil compreensão?
R\$ 4.620,15 bilhões	2	R\$ 4.110,41 bilhões	5	R\$ 561,87 milhões	2	R\$ 79.885.085,65	3	R\$ 80.372.413,98	2	3	2
R\$ 4.672.282.399,51	2	R\$ 3.572.320.950,00	3	R\$ 1.062.827.923,00	2	R\$ 72,78 (M)	2	R\$ 80.372.413,98	2	1	1
R\$ 4.672.282.399,51	1	R\$ 4.110.412.113,79	2	R\$ 561.870.285,72	2	R\$ 79.885.085,65	1	R\$ 80.372.413,98	1	3	3
R\$4.620.153.853,92	0,5	R\$ 4.110.412.113,79	0,5	R\$ 561.870.285,72	0,5	R\$ 79.885.085,65	0,5	R\$ 80.372.413,98	1	2	1
R\$ 4.672.282.399,51	2	R\$ 3.572.320.950,00	1	R\$ 1.065.872.923,00	1	R\$ 79.885.085,65	1	R\$ 80.372.413,98	2	4	3
R\$ 4.620,15 milhões	1	R\$ 4.110,63 milhões	1	R\$ 566,33 milhões	1	R\$ 74,47 milhões (em relação ao valor autorizado). R\$ 75,14 milhões (em relação ao valor empenhado)	2	R\$ 80.372.413,98 (faltou a indicação de que os valores estão em R\$)	1	3	3
4.620,15	2	4.110.412.113,79	3	561.870.285,72	3	79.885.085,65	2	80.372.413,98	1	2	2
4,67 bilhões	1	4,11 bilhões	5	561,87 milhões	1	79.885 milhões	2	80.372 milhões	1	4	4
O valor total das despesas que o MPF pagou em 2023 foi de R\$ 4.672.282.399,51	1	O valor autorizado para despesas obrigatórias no MPF em 2023 é de R\$ 4.110.412.113,79.	3	561.870.285,72	2	79,89 em milhões	2	80.372.413,98	1	3	3
R\$ 4.620.000.000,00 aproximadamente	1	4.110.412.113,79	1	561.870.285,72	1	79.885.085,65	1	80.372.413,98	1	3	2
4.622,26	1	4.110,63	1	566,33	2	72,78	1	80.372.413,98	1	2	2
4.620 bilhões	2	4.110 bilhões	1	561 milhões	1	79 milhões	1	80 milhões	1	4	2
4672282000,00	1	4110,00 milhões	1	561,87 milhões	1	19,53%	1	80,372 milhões	1	4	4
4.018.650.000,00	0,13	4.110.410.000,00	0,2	561.870.000,00	0,1	79.890.000,00	0,38	80.372.413,98	0,21	3	3
4.672.282.399,51	5	4.110.410.000,00	7	561.870.000,00	3	79.885.085,65	3	80.372.413,98	2	3	2
R\$ 4.724.410.945,10	1	R\$ 3.572.320.950,00	2	R\$ 1.065.872.923	0	R\$ 79.885.085,65	1	R\$ 80.372.413,98	1	2	3
4.620,15 milhões	1	4.110,41 milhões	0,3	561,87 milhões	0,3	79.885.085,65 reais	0,5	80.372.413,98 reais	0,4	3	2
R\$ 4.620,15	2	R\$ 4.110.412.113,79	1	R\$ 561.870.285,72	1	R\$ 79.885.085,65	1	R\$ 80.372.413,98	1	3	3
R\$ 52.128.545,59	2	R\$ 4.110.412.113,79	2	R\$ 561.870.285,72	2	R\$ 79.885.085,65	1	R\$ 80.372.413,98	1	3	2
4.620.190.000	0,2	4.110.630.000	0,2	566.330.000	1	79.885.085,00	1	80.372.413,00	0,3	1	1
4.620,15	0,2	4.110,63	0,2	566,33	0,45	72,78	0,3	80.372.413,98	0,3	2	2
		28,53		39,9		26,85		27,18		58	50
		1,42		1,99		1,34		1,35		1,05	2,76
											2,38

Resultados da Compreensibilidade - Grupo 2 - Parte II - 21 Respondentes				
Timestamp	1) Qual das figuras acima você tem mais facilidade de entender o conteúdo e por qual motivo?	Motivo:	2) Qual figura acima tem o layout/desing mais interessante e por qual motivo?	Motivo:
10/2/2024 10:22:58	FIGURA 2	Texto simples e melhor visualização gráfica.	FIGURA 2	A ilustração chama mais atenção, bem como a cor traz um espécie de tratamento fotocromático.
10/2/2024 11:28:15	FIGURA 1	No 1, o texto explica e a tabela ilustra (dá para entender apenas com o texto). No 2, o texto não explica, pelo que não há como tirar eventual dúvida que surja da análise da tabela..	FIGURA 2	As mudanças de cores e formato de árvore facilitam a análise.
10/2/2024 11:42:42	FIGURA 1	Na figura dois as informações de recurso recebido ou repassado para outros ramos é desnecessária.	FIGURA 2	As informações da figura 1, que tem fácil compreensão, apresentadas na forma da figura 2, que tem um visual mais bonito, ficariam mais atrativas
10/2/2024 12:49:46	FIGURA 2	Ainda que a tabela da figura 1 seja clara, a figura 2 detalha com mais clareza os montantes de recursos que implicaram na diferença entre o Total Aprovado e o Total Autorizado.	FIGURA 2	Para a informação em questão, permitiu compreensão mais rápida dos dados e do resultado. A organização dos dados com a tabulação diferente também facilita a visualização e entendimento.
10/2/2024 14:40:32	FIGURA 2	OBJETIVIDADE E CRIATIVIDADE NA EXPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES	FIGURA 2	PELA UTILIZAÇÃO DE CORES E ELEMENTOS FIGURATIVOS QUE ATRAEM A ATENÇÃO DO LEITOR.
10/3/2024 9:10:34	FIGURA 1	A figura 1 tem uma linguagem mais acessível para o servidor médio. O texto da figura 2 é mais técnico e requer a realização de conta para se chegar ao montante positivo de R\$ 38,76 milhões.	FIGURA 2	Visual mais moderno, com espaçamento entre linhas de 1,5 e uso de cor, o que dá um ar de mais capricho ao documento.
10/3/2024 18:50:40	FIGURA 1	Prefiro a visualização em tabela.	FIGURA 1	Gosto de tabelas.
10/4/2024 21:02:50	FIGURA 1	O campo acréscimos é de compreensão mais simples.	FIGURA 2	Mais chamativo, colorido.
10/7/2024 17:41:05	FIGURA 2	Recurso visual.	FIGURA 2	Apresenta cores e formas mais acessíveis
10/7/2024 18:12:38	FIGURA 2	Leitura mais assertiva, posto que os leitores desse tipo de informação já estão melhor letrados no assunto.	FIGURA 2	Passa a ideia de fluxo.
10/8/2024 15:05:39	FIGURA 2	Explicação mais detalhada	FIGURA 2	É mais didática
10/8/2024 16:24:24	FIGURA 2	Texto mais claro e layout melhor	FIGURA 2	Uso de cores e destaque para as informações mais relevantes
10/8/2024 16:45:56	FIGURA 1	Está mais clara a explicação.	FIGURA 1	Visualização direta em tabela
10/8/2024 17:07:13	FIGURA 1	Formato de tabela	FIGURA 1	A disposição das informações em sequência lógica e em formato de tabela
10/9/2024 17:37:08	FIGURA 1	Na figura 1 constam 3 informações, sintetizando e resumindo, enquanto que na figura 2 constam 4 informações.	FIGURA 2	Cores e apresentação vertical dos dados. Me parece que nosso cérebro interpreta contas de adição e subtração no "modo de apresentação de "conta armada" vertical com mais familiaridade.
10/11/2024 10:10:16	FIGURA 1	Entendo que ambas são de fácil entendimento. Porém, a figura 1 é mais linear e simplificada, visto que demonstra o valor inicial aprovado, o total de acréscimos e a soma de ambos, perfazendo a despesa total autorizada para o exercício. A segunda figura é mais detalhada, as alterações (acréscimos e supressão) são descritos separadamente, e a arte (linha curvada com círculos) não demonstra necessariamente uma soma, mas usada normalmente para tópicos.	FIGURA 1	Pelos motivos explanados na questão anterior. A arte (linha curvada com círculos) não demonstra necessariamente uma soma, mas usada normalmente para tópicos.
10/11/2024 15:37:52	FIGURA 2	Informações mais claras	FIGURA 2	layout mais moderno, colorido e por isso atrativo
10/14/2024 12:20:13	FIGURA 2	Além de ser mais agradável visualmente, a disposição das informações direciona o olhar para trechos segmentados, facilitando a compreensão.	FIGURA 2	O uso de cores, quadros separados torna mais atrativo
10/15/2024 13:27:52	FIGURA 2	A figura 2 tem um desenho mais harmonioso, com um maior espaçamento entre as linhas, de modo que facilita a compreensão.	FIGURA 2	A figura 2 tem um desenho mais harmonioso, como dito acima, de aspecto mais moderno e com um maior espaçamento entre as linhas, de modo que facilita a compreensão.
10/15/2024 15:27:11	FIGURA 2	Maior simplicidade e concisão	FIGURA 2	Melhor apresentação
10/15/2024 17:28:14	FIGURA 1	porque na figura 2 é preciso estar atento para as casas decimais.	FIGURA 2	melhor apresentação.

3) Alguma das figuras acima oferece informação adicional? Se sim, qual figura e que informação?	Informação:	4) Considerando a forma de apresentar o conteúdo, qual a figura lhe parece mais adequada a um relatório público e por qual motivo?	Motivo:
FIGURA 2	(1) Tirar os parênteses do item "Recursos de outros Ramos e Órgãos para o MPF, para haver um paralelismo de informação de valor positivo com os demais itens; e (2) no último item explicar melhor o que seria "Total Autorizado pelo MPF", para mim não ficou intuitivo ou didático como os demais itens do desenho gráfico.	FIGURA 4	Apresentação mais enxuta e as cores trazem uma espécie de conforto visual.
FIGURA 2	Subdivisão dos acréscimos	FIGURA 3	Mais técnico
FIGURA 2	Figura 2 informa o que o MPF recebeu ou repassou, mas considero uma informação insignificante	FIGURA 3	Demonstra as fórmulas o que permite ao cidadão conferir as informações de totais/resumos e utiliza a mesma nomenclatura nas colunas de 2022 e 2023
FIGURA 2	Recursos de outros Ramos e Órgãos para o MPF	FIGURA 4	Fora a apresentação da planilha, que facilita a leitura, a terminologia utilizada em cada uma delas parece ser direcionada a públicos distintos. A primeira planilha talvez seja mais indicada para gestores de orçamento, finanças, contabilidade. A segunda me parece indicada à gestão administrativa e até mesmo ao público em geral.
FIGURA 2	O enunciado da figura 2 explica o significado da expressão "alterações orçamentárias"	FIGURA 4	Além da melhor formatação textual (tipo e tamanho das fontes), a disposição e diferenciação por cores permite maior clareza e objetividade na interpretação do texto.
FIGURA 2	Detalhamento das movimentações encaminhadas e recebidas. Faltou apenas a diferença, que poderia ser inserida no texto.	FIGURA 4	Visual mais limpo e moderno (exclusão da linha de fórmulas), com o uso de cor e linguagem mais clara (substituição de "Dotação Atual" por "Autorizado"). Um relatório público deve ser escrito por meio de uma linguagem mais acessível ao homem médio, resultando na "tradução" da linguagem e códigos técnicos em termos mais comuns e inteligíveis ao público a que se destina.
FIGURA 2	Mostra que os acréscimos envolvem incremento e decremento.	FIGURA 4	Melhor visualização por causa das cores e tamanho.
FIGURA 2	De recursos repassados e recebidos.	FIGURA 4	Mais claro.
FIGURA 1	Detalha as alterações orçamentárias	FIGURA 4	Colorida e apresenta destaques
FIGURA 1	Explicativas no nível de detalhamento das despesas e numerais por extenso	FIGURA 4	divisão mais claras por cores, contudo sem poluição visual, sendo mais fácil compartimentalizar o que se pretende avaliar.
FIGURA 2	A figura 2 detalha a origem do acréscimo	FIGURA 4	A apresentação parece mais clara.
FIGURA 2	Esclarece a forma de alteração orçamentária e traz dados sobre as transferências entre ramos do MPU	FIGURA 4	layout
FIGURA 2	o que veio e/ou foi encaminhado a outros ramos.	FIGURA 4	mais amigável.
FIGURA 2	"Recursos do MPF para ramos do MPU" e "Recursos de outros Ramos e Órgãos para o MPF"	FIGURA 4	A utilização de cores, para facilitar a compreensão dos dados expostos na tabela, e a ausência do destaque em vermelho, que pode passar uma má impressão da execução orçamentária pelo órgão
FIGURA 2	Detalha a diferença dos recursos transferidos do MPF para outros Ramos, bem como aqueles recebidos de outros Ramos do MPU e outros órgãos.	FIGURA 3	Detalha as células e as fórmulas que compõem o resultado final obtido nas duas últimas colunas. Adiciona informação absoluta e relativa (percentual)
FIGURA 2	Definitivamente a Figura 2, demonstra as alterações no valor aprovado, acréscimos e supressões, por categoria	FIGURA 3	Se for escolher apenas uma, a primeira apresenta a memória de cálculo, o que permite melhor entendimento de totalizadores e da variação. Isso porque facilita ao público em geral (muitos leigos) a compreender os resultados (variações apresentadas). Porém, a colorização da imagem demonstra melhor separação entre os exercícios. O ideal seria, a meu ver, um formato com os identificadores simples dos dados (letras entre colchetes) e coloração diferente entre exercícios.
FIGURA 2	Pq os valores constam na figura, e não no texto.	FIGURA 4	Informações mais destacadas e claras
FIGURA 2	Ela traz os sinais de +/- indicando acréscimo ou decréscimo	FIGURA 4	é mais intuitivo
FIGURA 2	Quanto aos recurso DO e PARA o MPF.	FIGURA 4	Apresenta um desenho mais interessante, o que facilita a compreensão e aguça o interesse.
FIGURA 2	Demonstra a origem e destino de recursos do MPF	FIGURA 4	Facilita a leitura e análise pela definição de cores
FIGURA 1	valores detalhados.	FIGURA 3	porque apresenta a fórmula de cálculo

5) Qual figura lhe parece mais compreensível e por qual motivo?	Motivo:	6) Se você fosse elaborar um relatório dos resultados da sua unidade, e precisasse optar por apenas um modelo de apresentação aqui utilizado, optaria por qual conjunto de figuras e por qual motivo?	Motivo:
FIGURA 4	Em razão das nomenclatura e de parecer mais suave.	Conjunto Figuras 2 e 4	Linguagem simplificada e visão fotocromática.
FIGURA 3	Contém a forma de cálculo de cada coluna da tabela	Conjunto Figuras 1 e 3	1 e 3 são mais precisos
FIGURA 3	Prefiro a forma de apresentação da figura 3	Conjunto Figuras 1 e 3	Facilita a conferência dos valores, padroniza nome das colunas, etc
FIGURA 4	Terminologia e formatação permitiram compreensão e visualização mais clara e direta.	Conjunto Figuras 2 e 4	Para o tipo de informação tratada e para os objetivos dos relatórios apresentados, o conjunto 2 e 4 permite leitura mais direta. Como se trata de relatório gerencial, a compreensão da informação com mais clareza e agilidade são fatores importantes.
FIGURA 4	Embora as informações são basicamente as mesmas, a aplicação de cores e melhor formatação da tabela facilitam a rápida interpretação/compreensão.	Conjunto Figuras 2 e 4	Pela clareza na exposição dos resultados, permitindo rápida e eficaz interpretação pelos destinatários.
FIGURA 4	Visual mais limpo e moderno (exclusão da linha de fórmulas), com o uso de cor e linguagem mais clara (substituição de "Dotação Atual" por "Autorizado").	Conjunto Figuras 2 e 4	Apenas com um ajuste no texto da figura 2 para deixar mais acessível ao público geral (observação da questão 3). Nenhuma retificação para a figura 4.
FIGURA 4	Melhor visualização.	Conjunto Figuras 2 e 4	Prefiro a figura 1 do que a figura 2, mas há quase um empate. Contudo, acho a figura 4 muito melhor que a 3. Por isso escolho a opção que usa a figura 4.
FIGURA 4	Cores diferentes para cada ano. Tipo de letra mais clara.	Conjunto Figuras 2 e 4	Visualização e compreensão mais rápida.
FIGURA 4	As cores e os destaques orientam o olhar	Conjunto Figuras 2 e 4	São mais didáticos
FIGURA 4	Visualmente as letras são mais nítidas (maiores) e as cores ajudam no foco nas informações daquela área.	Conjunto Figuras 2 e 4	Entendendo que o público do relatório são autoridades negociais, que não trabalham diariamente na área de contabilidade pública, e com pouco tempo para desprender em um apresentação e leitura, o modelo escolhido é mais didático para tanto.
FIGURA 4	Acredito que pela forma de disposição dos dados.	Conjunto Figuras 2 e 4	São as figuras de mais fácil compreensão
FIGURA 4	Layout	Conjunto Figuras 2 e 4	Expostos nas repostas acima
FIGURA 4	linguagem mais compreensível ao leigo.	Conjunto Figuras 2 e 4	mais amigável.
FIGURA 4	Utilização de cores para sinalizar os valores das colunas	Conjunto Figuras 2 e 4	Utilização de cores e recursos de facilitação da compreensão
FIGURA 3	Detalha as informações em valores e percentuais.	Conjunto Figuras 1 e 3	Maior detalhamento de informações
FIGURA 3	pele motivo exposto na questão anterior	Conjunto Figuras 1 e 3	Pelos motivos explanados anteriormente, resumindo em clareza nas informações ao deixar claro ao público leitor o que representa a variação indicada.
FIGURA 4	o quadro é mais moderno e de fácil compreensão	Conjunto Figuras 2 e 4	As informações nas figuras 2 e 4 são mais evidentes e o conteúdo fica devidamente separado dos cabeçalhos.
FIGURA 4	Não existem fórmulas ou sinais que indicam contas, o que normalmente gera repulsa do leitor.	Conjunto Figuras 2 e 4	São mais intuitivas, agradáveis e diretas. comunicam melhor.
FIGURA 4	Apresenta um desenho mais moderno, que facilita a compreensão.	Conjunto Figuras 2 e 4	Como já exposto, parecem ter mais informações e apresentam um desenho mais moderno, que facilita a compreensão.
FIGURA 4	Facilidade na leitura	Conjunto Figuras 2 e 4	Apresentação e facilidade na leitura
FIGURA 4	para mim, o sistema de cores facilita a visualização.	Conjunto Figuras 1 e 3	seria mais fácil para qualquer um entender.